



JOSIMARI VITURINO SANTOS

**O 13 DE MAIO NA IMPRENSA SERGIPANA DO SÉCULO XIX:
HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E ENSINO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
SETEMBRO/2018

JOSIMARI VITURINO SANTOS

**O 13 DE MAIO NA IMPRENSA SERGIPANA DO SÉCULO XIX:
HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E ENSINO**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Petrônio José Domingues

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237t Santos, Josimari Viturino
O 13 de maio na imprensa sergipana do século XIX : história, historiografia e ensino / Josimari Viturino Santos ; orientador Petrônio José Domingues. – São Cristóvão, 2018.
103 f. : il.

Dissertação (mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. História – Estudo e ensino. 2. Escravidão. 3. Imprensa - Sergipe. I. Domingues, Petrônio José, orient. II. Título.

CDU 94:326.8(813.7)

TERMO DE APROVAÇÃO

JOSIMARI VITURINO SANTOS

O 13 DE MAIO NA IMPRENSA SERGIPANA DO SÉCULO XIX: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E ENSINO

Dissertação aprovada como partes das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História, no Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe, Linha de Pesquisa: Linguagem e Narrativas Históricas: Produção e Difusão, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Petrônio José Domingues (Orientador)

Prof.ª Janaína Cardoso de Mello (Membro Interno)

Prof. Dr.º Antônio Liberac Cardoso Simões Pires (Membro Externo a Instituição)

APROVADA EM: _____ / _____ / _____.

AGRADECIMENTOS

Caminhante, são tuas pegadas
O caminho e nada mais;
Caminhante, não há caminho,
Se faz caminho ao andar.
(Cantares, Antônio Machado)

Quero agradecer a todas e todos que de alguma maneira contribuíram para o êxito desta jornada:

Á Deus por me dar forças para prosseguir.

Á minha família por sempre estar ao meu lado. Esta conquista é nossa!

Aos meus professores e professoras da Educação Básica.

Á comunidade escolar do Centro de Excelência Vitória de Santa Maria em especial aos discentes das turmas do 6º ao 9º do Ensino Fundamental do turno da tarde por me ensinarem a ser uma pessoa melhor a cada dia.

Ao meu orientador Petrônio Domingues pelo incentivo dado ao longo da elaboração deste trabalho.

Aos professores que participaram das bancas de qualificação e defesa Prof. Dr.^a Janaína Mello, Prof. Drº Fernando Aguiar e Prof. Drº Antônio Liberac Cardoso Simões Pires pelas relevantes contribuições.

Aos professores e colegas do Mestrado pela troca de experiências e conhecimentos. Em especial as companheiras de jornada Ana Silvia, Andreia, Fernanda e Monaquelley por compartilharem as angústias e os momentos felizes.

Gratidão!!!

RESUMO

Este trabalho tem por objetivos contribuir para o debate historiográfico e com a inserção dos conteúdos no ambiente escolar da História Afro-Brasileira do Pós-Abolição. Para alcançar essas metas realizamos a análise das representações do 13 de Maio difundidas em jornais que circularam na capital de Sergipe no final do século XIX e elaboramos propostas didáticas sobre esse tema. Desse modo, nos valemos de uma pesquisa de cunho qualitativo, caráter bibliográfico e documental e como técnica a análise de conteúdo. A pesquisa foi realizada em dois sites que disponibilizam jornais digitalizados, o site da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe (www.jornaisdesergipe.ufs.br) e o da Hemeroteca Digital Brasileira (memoria.bn.br/hdb/uf.aspx). Foram objetos da nossa análise os seguintes jornais: A Reforma (1888-1889), O Monitor (1889), Gazeta de Sergipe (1890-1891), O Republicano (1890-1891) e A Notícia (1896-1897). Com essa pesquisa, constatamos que a assinatura da Lei Áurea trouxe, sobretudo, para os senhores de engenhos sergipanos, um tempo de incertezas, as suas lamentações, eram frequentes nas páginas dos jornais. Além disso, a população aracajuana comemorava os aniversários da abolição da escravatura com pompa, identificamos a participação de libertos, seja na organização ou como participantes de destaque nas celebrações, foram em espaços como esses que a “redenção dos escravos” era constantemente (re) significada e os jornais como difusores de ideias também deram a sua parcela de contribuição nesse processo.

Palavras-Chave: Ensino de História; Produção e difusão de narrativas históricas; Relações étnico-raciais; Pós – Abolição; Imprensa; Aracaju.

ABSTRACT

This work aims to contribute to the historiographic debate and to the insertion of the contents in the school environment of the Afro-Brazilian History of Post-Abolition. In order to reach these goals, we analyzed the representations of May 13 published in newspapers that circulated in the capital of Sergipe at the end of the 19th century and elaborated didactic proposals on this theme. We use a qualitative research, bibliographical and documentary character and as a technique the analysis of content. The research was conducted in two sites that provide digitized newspapers, the site of the Central Library of the Federal University of Sergipe (www.jornaisdesergipe.ufs.br) and the Brazilian Digital Newspaper Library (memoria.bn.br/hdb/uf.aspx). The following newspapers were the object of our analysis: A Reforma (1888-1889), O Monitor (1889), Gazeta de Sergipe (1890-1891), O Republicano (1890-1891) e A Notícia (1896-1897). With this research, we find that the signing of the Golden Law brought, mainly, to the Sergipe mill owners, a time of uncertainty, their regrets, were frequent in the pages of newspapers. In addition, the Aracaju population celebrated the anniversaries of the abolition of slavery with pomp, we identified the participation of freedmen, whether in the organization or as prominent participants in the celebrations, it was in places like these that the "redemption of slaves" and newspapers as diffusers of ideas also gave their share of contribution in this process.

Keywords: History teaching; Production and diffusion of historical narratives; Ethnic-racial relations; Post-Abolition; Press; Aracaju.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 Introdução | 10 |
| Capítulo I: Faces da Abolição: História e Historiografia | 14 |
| 1.1- Memórias da Abolição: “O Olhar Contemporâneo” sobre a Abolição da Escravidão | 15 |
| 1.1.1- A Obra O Abolicionismo de Joaquim Nabuco (1883) | 15 |
| 1.1.2- A Obra a Extinção da escravidão no Brazil (Lei n. 3353 de 13 de Maio de 1888) Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado (1889)..... | 17 |
| 1.1.3-A Abolição de Osório Duque Estrada (1918) | 22 |
| 1.1.4- A Campanha Abolicionista (1879-1888) de Evaristo de Moraes (1924) | 23 |
| 1.2-A Abolição na Historiografia..... | 26 |
| 1.2.1-Historiografia da Abolição no Brasil: Algumas tendências | 26 |
| 1.2.2- A Abolição na Historiografia Sergipana | 29 |
| 1.3-O que é a História Afro-Brasileira do Pós-Abolição? | 31 |
| 1.4 – A Consolidação da História Afro-Brasileira do Pós-Abolição como Campo de Pesquisa | 32 |
| 1.4.1-O Campo de Pesquisa do Pós Abolição: Anos 1980 e 1990 | 34 |
| Capítulo II: Os Significados do 13 de Maio na Imprensa Aracajuana do final do Século XIX..... | 36 |
| 2.1-A Imprensa Sergipana e A Abolição | 36 |
| 2.2-Imprensa Aracajuana do final do Século XIX..... | 43 |
| 2.3-Significados da Abolição na Imprensa Aracajuana do final do Século XIX..... | 45 |
| Capítulo III: O Ensino da História Afro-Brasileira do Pós -Abolição: Desafios e Possibilidades | 55 |
| 3.1-Contribuições das Pesquisas sobre o Pós-Abolição para uma Educação Antirracista | 55 |
| 3.2-A História Afro-Brasileira do Pós –Abolição nas Legislações Educacionais e nos Referenciais Curriculares | 63 |
| 3.2.1- A História Afro-Brasileira do Pós-Abolição nas Leis 2251/95 e 10.639/03 | 63 |
| 3.2.2- A História Afro-Brasileira do Pós-Abolição nos Referenciais Curriculares | 65 |

| | |
|---|------------|
| 3.3- Sugestões de Propostas Didáticas para o Ensino da História Afro-Brasileira do Pós-Abolição | 73 |
| 3.3.1- Proposta 1: Como a assinatura da Lei Áurea foi recebida em Aracaju? | 74 |
| 3.3.2- Proposta 2: Para os redatores dos jornais que circulavam em Aracaju na primeira década após a assinatura da Lei Áurea quais foram as consequências da Abolição?..... | 76 |
| 3.3.3- Proposta 3: Como os (as) libertos (as) que viviam em Aracaju comemoravam os aniversários da assinatura da Lei Áurea? | 82 |
| 4 Considerações Finais | 88 |
| 5 Fontes | 90 |
| 6 Referências | 91 |
| Apêndice A –Ficha para Análise dos Jornais | 98 |
| Anexo A- Jornal A Reforma de 13 de Maio de 1888 (p.3) | 99 |
| Anexo B-Jornal A Reforma de 20 de Maio de 1888 (p.1) | 100 |
| Anexo C- Jornal O Monitor de 16 de Maio de 1889 (p.1) | 101 |
| Anexo D-Jornal O Monitor de 16 de Maio de 1889 (p.2) | 102 |
| Anexo E- Jornal O Republicano de 12 de Maio de 1891 (p.2) | 103 |
| Anexo F- Jornal O Republicano de 13 de Maio de 1891 (p.2) | 104 |

1 INTRODUÇÃO

A Abolição da Escravatura é sem dúvida um dos acontecimentos mais debatidos da História do Brasil, obra das ações empreendidas “pelas senzalas” (resistências escravas desde o início do sistema escravista) e “dos movimentos abolicionistas” (imprensa abolicionista, associações abolicionistas, ações no parlamento) dentre outros, ainda hoje é motivo de debates acalorados, para uns é uma farsa, pois não foi pensado um projeto de inserção dos (as) ex- escravizados (as) a sociedade brasileira para outros apesar da inexistência desse projeto é um acontecimento que tem a sua relevância, pois extinguiu um dos maiores crimes da história da humanidade, a escravização por mais de três séculos de milhões de africanos e seus descendentes.

Este trabalho tem por objetivo contribuir para a inserção dos conteúdos sobre a História Afro-Brasileira do Pós-Abolição no ambiente escolar, através da proposta de análise e difusão de documentos de época.

Nesse sentido, dialoga com Schimdt (2009) já que para essa autora,

Uma nova concepção de documento histórico implica, necessariamente, repensar seu uso em sala de aula, já que sua utilização hoje é indispensável como fundamento do método de ensino, principalmente porque permite o diálogo do aluno com realidades passadas e desenvolve o sentido da análise histórica. O contato com fontes históricas facilita a familiarização do aluno com formas de representação das realidades do passado e do presente, habituando-o a associar o conceito histórico à análise que o origina e fortalecendo sua capacidade de raciocinar baseado em uma situação dada.¹

Além disso, intenta-se saber qual era a ideia de abolição difundida em jornais que circularam na primeira década após a assinatura da Lei Áurea na capital sergipana. A análise das representações sobre a abolição divulgadas nos jornais contribuirá para examinarmos, por exemplo, o processo de apropriação desse fato histórico pela sociedade aracajuana da época, seja através da produção e divulgação de textos jornalísticos sobre esse tema ou das notícias de comemorações do 13 de maio. Pois como sugere Chartier (2002),

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.[...] As lutas de representações tem tanta importância

¹ SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. 2 ed. São Paulo: Scipione, 2009, p.116.

como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.²

Contudo, faz-se necessário ressaltar que essa temática ainda carece de uma melhor atenção por parte de historiadoras e historiadores. Dentre os trabalhos encontrados, destaca-se o do professor da Universidade Federal Fluminense Humberto Fernandes Machado cujo título é *A Imprensa do Rio de Janeiro e o Pós Abolição* (2015), nesse o autor através da análise de textos publicados em jornais discorre sobre as manifestações em homenagem a abolição da escravatura, os participantes dessas festividades, os discursos contrários e a favor da abolição, dentre outros aspectos. Algo semelhante com o que pretendemos fazer através do estudo dos jornais que eram publicados em Aracaju.

Encontramos também a pesquisa do professor da Universidade Federal de Pelotas, Aristeu Elisandro Machado Lopes , intitulada: *Os aniversários da abolição da escravatura e a imprensa ilustrada do Rio de Janeiro (1890-1902)* de 2016. Ao verificar artigos e as ilustrações contidas na Revista ilustrada e Don Quixote o autor investiga como a abolição foi abordada nos referidos periódicos , um enfoque desse trabalho que fora de grande valia para a nossa pesquisa é análise dos primeiros anos da República na corte e como as questões políticas(disputas entre conservadores e liberais/monarquistas e republicanos) contribuiu para as representações da abolição que eram difundidas, em Aracaju ,esse também é um aspecto relevante .

Todavia, são os trabalhos de Elisabete Rodrigues Moraes e de Juremir Machado da Silva que mais dialogam com a nossa proposta. Na dissertação de mestrado defendida em 2014 na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), *Abolição da Escravatura no Brasil sob o prisma da Imprensa: Fontes para o Ensino e a Pesquisa da História (1871-1885-1888)* além da pesquisa das representações da abolição na imprensa , Elisabete Moraes ,propõe atividades educativas para alunos do oitavo ano do ensino fundamental que têm como mote a análise de matérias de jornais, que se referem as chamadas leis abolicionistas de 1871(Ventre Livre),1885(Sexagenário) e 1888 (Áurea). Já o livro de Juremir Machado da Silva *Raízes do Conservadorismo Brasileiro: A Abolição na Imprensa e no Imaginário social*, de 2017, analisa o processo que culminou na abolição da escravatura e como esse fato histórico foi sendo ressignificado, utilizando como fontes, sobretudo, jornais produzidos no século XIX.

² CHARTIER, Roger. **A História cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 2002. (p.17)

A partir desses argumentos, para alcançar os objetivos propostos, optamos por uma pesquisa de caráter qualitativo, já que “o tipo de pesquisa qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos profundos do homem, da sociedade como hábitos, ideias, atitudes, tendências de comportamentos, formas de sentir”.³

E como instrumentos de coleta de dados, uma pesquisa bibliográfica e documental. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica,

Abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferencias seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.⁴

No caso da investigação ora apresentada, a documentação utilizada é, sobretudo, a hemerográfica, as quais consideramos fontes importantes para analisar “as mentalidades” da época, contudo, sua análise e utilização deve ser realizada de maneira cuidadosa.

A pesquisa foi realizada em dois sites que disponibilizam jornais digitalizados, o site da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe (www.jornaisdesergipe.ufs.br) e o da Hemeroteca Digital Brasileira (memoria.bn.br/hdb/uf.aspx). Fora realizada a seleção e posteriormente a análise de conteúdo do material encontrado, nesse sentido, entende-se a análise de conteúdo como,

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos ás condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.⁵

Por conseguinte, realizamos também o fichamento e a catalogação documental. Para isso utilizamos a ficha catalográfica que está disponível no apêndice desse trabalho.

³ SOBRAL, Maria Neide; BRETAS, Silvana Aparecida. (Orgs.) **Pesquisa em Educação** :Interfaces, Experiências e Orientações. Maceió: EDUFAL, 2016, p.228.

⁴ LAKATOS, Eva Maria. MARCONI Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003. 5^a Edição, p.183.

⁵ BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70,1977, p.42.

Desse modo, para reconstituir o clima que antecedeu a assinatura da Lei Áurea foram analisados jornais que circularam em Sergipe nos meses finais a extinção da escravatura, já para identificar os significados do 13 de maio para a imprensa aracajuana foram examinados jornais que circularam em Aracaju de 1888 a 1898, uma semana antes e uma semana depois e na semana do 13 de maio.

Contudo, não encontramos exemplares dentro desse recorte temporal, nos anos de 1892, 1893, 1894, 1895 e 1898, com isso, foram analisados os seguintes jornais: *A Reforma* (1888-1889), *O Monitor* (1889), *Gazeta de Sergipe* (1890-1891), *O Republicano* (1890-1891) e *A Notícia* (1896-1897).

Por fim, essa dissertação além da introdução conta com três capítulos e considerações finais. O primeiro capítulo intitulado **Faces da Abolição: História e Historiografia** versará sobre os aspectos históricos da Abolição e como a historiográfica em âmbito nacional e local abordou essa temática. O segundo capítulo **Os Significados do 13 de Maio na Imprensa Aracajuana do final do Século XIX** discorre sobre os significados da abolição para os editores e colaboradores dos jornais analisados nos últimos anos antes da assinatura da Lei Áurea, como a notícia da abolição foi recebida e divulgada, como eram as comemorações em Aracaju, dentre outros aspectos. O terceiro capítulo **O Ensino da História Afro-Brasileira do Pós-Abolição: Desafios e Possibilidades**, apresenta um panorama geral sobre o Ensino da História Afro-Brasileira do Pós-Abolição através da análise de pesquisas acadêmicas sobre essa temática bem como de legislações e referencias curriculares locais e nacionais. Além disso, aponta sugestões de propostas didáticas para que essa temática seja inserida no ambiente escolar utilizando os jornais que foram catalogados e analisados em nossa pesquisa.

CAPÍTULO I - FACES DA ABOLIÇÃO: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Este capítulo tem por objetivo apresentar ideias, projetos e interpretações a respeito da abolição da escravatura no Brasil difundidas por autores que vivenciaram a campanha abolicionista, sobretudo, no final da década de 1880. Pois como nos sugere Machado (2010),

Momento privilegiado da história do Brasil, à década da abolição foi um período fértil em debates, movimentações políticas e projetos reformadores que em seu conjunto ensejaram, pela primeira vez uma difusa vontade política popular de reformas e mudanças estruturais.⁶

Nesse sentido analisaremos obras como *O Abolicionismo* (publicada em 1883) de Joaquim Nabuco considerado um dos maiores abolicionistas brasileiros , a *Extincção da escravidão no Brazil (Lei n. 3353 de 13 de Maio de 1888) Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado,*(publicada em 1889) organizada pelo diretor da Secretaria da Câmara dos Deputados o Conselheiro Jorge J. Dedsworth como o próprio subtítulo sugere, reúne a compilação de todos os discursos proferidos na câmara e no senado desde a solicitação para a apresentação da proposta da extinção da escravidão no Brasil na sessão de 7 de maio de 1888 até a assinatura da Lei Áurea em 13 de Maio de 1888,outra obra que será analisada é *A Abolição de Osório Duque Estrada*, autor da letra do Hino Nacional, poeta, historiador e professor ,nascido em 1870, participou da campanha abolicionista ao lado de abolicionistas como José do Patrocínio, sua obra foi publicada em 1918,escreve uma história do abolicionismo no Brasil, finalizamos esse estudo dos escritos contemporâneos sobre a abolição com o livro *A Campanha Abolicionista 1879-1888* publicado em 1924 por Evaristo de Moraes, o autor nasceu em 1871, era advogado criminal, e também vivenciou a efervescência dos últimos anos da escravidão.

Já no que diz respeito, a análise especificamente historiográfica serão apresentadas as principais tendências sobre a História da Abolição em nosso país, intenta-se saber como esse acontecimento fora interpretado pela historiografia ao longo do tempo.

Além disso, serão verificados textos clássicos da historiografia sergipana, como *O Negro e a Violência do Branco: O negro em Sergipe* de Ariosvaldo Figueiredo e *A Sociedade Libertadora Cabana do Pai Thomaz: Francisco José Alves uma História de Vida e outras Histórias* de Maria Nely Santos.

⁶ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O Plano e o Pânico:** Os Movimentos Sociais na Década da Abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,2010, p.227-228.

Por fim, nesse capítulo intenta-se responder os seguintes questionamentos: O que é a História Afro-Brasileira do Pós-Abolição? Quais são os seus principais temas de pesquisa? esse último tópico tem por objetivo apresentar um panorama geral sobre o campo de pesquisa no qual está inserido o nosso trabalho, campo que é ainda recente se o compararmos a outros, por exemplo, o da historiografia da escravidão.

1.1- Memórias da Abolição: “O Olhar Contemporâneo” Sobre A Abolição da Escravidão

Neste tópico apresentaremos a análise das obras: *O Abolicionismo* de Joaquim Nabuco (publicada em 1883), *Extincção da escravidão no Brazil (Lei n. 3353 de 13 de Maio de 1888) Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado*, (publicada em 1889) organizada pelo diretor da Secretaria da Câmara dos Deputados o Conselheiro Jorge J. Dedsworth, *A Abolição de Osório Duque Estrada* (publicada em 1918) e *A Campanha Abolicionista 1879-1888* publicada em 1924 por Evaristo de Moraes.

1.1.1- A Obra O Abolicionismo de Joaquim Nabuco (1883)

Nessa obra o autor apresenta um panorama sobre a história do abolicionismo no Brasil que para ele tem início a partir de 1879. De acordo com Joaquim Nabuco “o abolicionismo, antes de discutir qual o melhor modo para um povo ser livre para governar-se a si mesmo [...], trata te tornar livre a esse povo, aterrando o imenso abismo que separa as duas castas sociais” [...]⁷

Além de apresentar os fundamentos do abolicionismo o autor discorre sobre a importância da liberdade, a ilegalidade da escravidão, analisa a relevância das chamadas leis abolicionistas como a lei de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre), quem deveria ser o responsável ou os responsáveis pela abolição da escravatura e quais seriam as consequências da abolição para o Brasil.

Sobre esses últimos aspectos faz-se necessário a transcrição de alguns trechos da obra. No que diz respeito a quem deveria ser o responsável pela abolição no Brasil. Para Nabuco (2010),

⁷ NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2010, p.43.

A emancipação há de ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras. É assim, no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade.⁸

A citação é bastante explícita o autor defendia a via da legalidade, isto é, a abolição deveria ser discutida no parlamento, esse mesmo parlamento seria o responsável por elaborar uma lei que iria garantir a estabilidade do país, livre da rebeldia escrava ou dos abolicionistas mais exaltados. Isso de fato, aconteceu em partes, como podemos observar na análise da próxima obra, a rebeldia escrava e atuação desses abolicionistas exaltados tornaram a votação da Lei Áurea no Parlamento um fato inadiável.

Já no que diz respeito, as consequências da abolição, de acordo com Joaquim Nabuco,

Quando a escravidão houver sido de toda abolida, começará a vida normal do povo, existirá mercado para o trabalho, os indivíduos tomarão o seu verdadeiro nível, as riquezas se tornarão legítimas, a honradez cessará de ser convencional, os elementos de ordem se fundarão sobre a liberdade, e a liberdade deixará de ser privilégio de classe [...] só com a emancipação total podem concorrer para a grande obra de uma pátria comum, forte e respeitada.⁹ [...]

Como podemos observar Joaquim Nabuco tinha uma percepção bastante otimista da abolição, via esse acontecimento como uma espécie de “salvação da pátria”, após a libertação dos escravizados “todos os problemas estariam resolvidos”, o país se tornaria finalmente civilizado. Conforme Nabuco, “não há dúvida de que o trabalho livre é mais econômico, mais inteligente, mais útil à terra, benéfico ao distrito onde ela está encravada, mais próprio para gerar indústrias, civilizar o país e elevar o nível de todo o povo”.¹⁰

Para finalizar a análise da obra de Joaquim Nabuco traremos uma última citação que para nós resume a ideia de abolição do referido abolicionista.

O trabalho livre, dissipando os últimos vestígios da escravidão, abrirá o nosso país à imigração europeia; será o anúncio de uma transformação viril, e far-nos- à entrar no caminho do crescimento orgânico e, portanto, homogêneo. O antagonismo latente das raças – a que a escravidão é uma provocação constante, e que ela não deixa morrer, por mais que isso lhe convenha desaparecerá de-todo. Tudo isso servirá para reconstruir, sobre

⁸ NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2010, p.52.

⁹ NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2010, p.109.

¹⁰ NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2010, p.184.

bases sólidas, o ascendente social da grande propriedade, para abrir- lhe altas e patrióticas ambições [...].¹¹

Alguns pontos chamam a atenção no excerto acima, primeiro, a ideia de que com a abolição haveria a chegada de europeus para trabalharem na lavoura brasileira e o segundo ponto é que para Nabuco a introdução do trabalho livre extinguiria todos os resquícios da escravidão, esses dois posicionamentos nos fazem indagar qual seria o projeto do nobre abolicionista para os ex- escravizados, onde eles iriam trabalhar, já que seriam substituídos por imigrantes europeus?

1.1.2- A Obra a Extinção da escravidão no Brazil (Lei n. 3353 de 13 de Maio de 1888) Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado (1889)

Organizada pelo diretor da Secretaria da Câmara dos Deputados o Conselheiro Jorge J. Desworth essa obra apresenta o processo de discussão da Lei Áurea, os debates acalorados ocorridos na Câmara e no Senado desde a solicitação para a apresentação da proposta, ocorrida em 7 de maio de 1888 até o recebimento das correspondências nacionais e internacionais parabenizando pela a aprovação da lei. Para essa análise apresentaremos argumentos a favor e contra o projeto de extinção da escravatura e as reflexões sobre as consequências da abolição, após a assinatura da referida lei.

No dia 8 de maio de 1888 o ministro da agricultura Rodrigo Silva apresenta a seguinte proposta: “Art. 1º. É declarada extinta a escravidão no Brazil , Art.2º. Revogam-se as disposições em contrario. Palacio do Rio de Janeiro em 8 de Maio do 1888.-Rodrigo A . da Silva.”¹²

Após a apresentação da proposta foi constituída a comissão especial que era formada pelos deputados Duarte de Azevedo, Joaquim Nabuco, Gonçalves Ferreira, Affonso Celso Júnior e Alfredo Côrrea para elaborar um parecer que deveria ser apresentado a Câmara, e como já era esperado, o parecer foi a favor da proposta. De acordo com o relator (Deputado Duarte de Azevedo) “para satisfazer uma necessidade social e política, que é ao mesmo tempo

¹¹ NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2010, p.189.

¹² CÂMARA DOS DEPUTADOS. Extinção da escravidão no Brazil (Lei n.3353 de 13 de Maio de 1888). Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados,1889, p.6.

um preito de homenagem prestada à civilisação do seculo e a generosidade do coração de todos aquelles que amam o bem da humanidade”¹³.

O Deputado pelo Rio de Janeiro Andrade Figueira rejeitou o parecer da comissão especial, faz-se necessário ressaltar que o nobre deputado também foi contra a aprovação da Lei do Ventre Livre de 1871.

O orador conserva hoje a mesma posição que assumiu no anno de 1871. Condemna hoje como condemnou outr'ora, a intervenção dos poderes publicos na solução de um assumpto eminentemente social, que aos interessados à sociedade, e não ao poder publico competia ter.¹⁴

Além disso, “o orador acredita que, si o governo se contivesse nesta senda, dentro em poucos mezes não teria a quem libertar, porque a libertação se completaria pela iniciativa individual”.¹⁵ E conclui que, “si o Estado não pode, como orador reconhece, indemnizar os proprietarios, mais prudente é deixar que eles, consultando as suas circunstancias particulares, o façam.¹⁶

Como resposta, ao discurso do Deputado Andrade Figueira que via a Abolição enquanto algo a ser resolvido pela sociedade, sem a intervenção do governo, Rodrigo Silva o ministro da agricultura defende que o poder público deve ser o precursor das reformas sociais.

O poder publico, em todos os paizes onde as correntes da opinião exercem uma influencia preponderante na solução de problemas politicos e sociais, tem o dever imprescindivel de intervir em movimentos, como este, que abalam a sociedade inteira, de dirigil- os e procurar-lhes leito profundo na legalidade, afim de que as reformas não sejam feitas pela revolução.¹⁷

¹³ **CÂMARA DOS DEPUTADOS.** Extincção da escravidão no Brazil (Lei n.3353 de 13 de Maio de 1888). Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados,1889, p.10.

¹⁴ **CÂMARA DOS DEPUTADOS.** Extincção da escravidão no Brazil (Lei n.3353 de 13 de Maio de 1888). Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados,1889, p.16.

¹⁵ **CÂMARA DOS DEPUTADOS.** Extincção da escravidão no Brazil (Lei n.3353 de 13 de Maio de 1888). Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados,1889, p.19.

¹⁶ **CÂMARA DOS DEPUTADOS.** Extincção da escravidão no Brazil (Lei n.3353 de 13 de Maio de 1888). Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados,1889, p.29.

¹⁷ **CÂMARA DOS DEPUTADOS.** Extincção da escravidão no Brazil (Lei n.3353 de 13 de Maio de 1888). Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados,1889, p.30.

O Deputado Alfredo Chaves também foi contra a proposta apresentada pela comissão especial, em seu discurso demonstra preocupação com a “lavoura do país”.

Não votaremos por este projecto, que [...] fere de frente a produção do paiz. Demais como é que podemos ter garantias para a transformação do trabalho, dando-se a extinção da escravidão nas condições em que quer o governo? Quais foram as medidas tomadas em bem da lavoura, e portanto da sua produção? Nenhuma.¹⁸

E continua, refletindo sobre as consequências sociais da abolição.

O projecto, nas condições em que se acha, é também uma ameaça imminente à ordem publica, porque não se tomaram precauções para garantir a sociedade contra essa classe de cidadãos novos que a ella são atirados, sem os meio, siquer, de proverem à sua subsistência.¹⁹

Após essa primeira rodada de discussões, oitenta e dois deputados votaram a favor do projeto e nove votaram contra. Dois discursos chamam a atenção pela eloquência e pela distinção de ideias, o do deputado Lourenço Albuquerque que previa que a abolição traria consequências drásticas para a sociedade brasileira e o de Joaquim Nabuco que promove uma verdadeira ode ao movimento abolicionista.

Transcrição de parte do Discurso de Lourenço Albuquerque após a aprovação da proposta de extinção da escravidão no Brasil:

Prevejo grandes males, e peço a Deus das infinitas misericordias que se amerceu de nós, em atenção às boas intenções com que a nação brasileira procede no passo muito grave que vai dar; que dê a nosso solo maior fertilidade; que nos inspire a todos coragem, resignação e amor ao trabalho, para que não se possa dizer um dia que o resultado da abolição foi a miseria publica e particular.²⁰

Transcrição de parte do Discurso de Joaquim Nabuco após a aprovação da proposta de extinção da escravidão no Brasil:

¹⁸ **CÂMARA DOS DEPUTADOS.** Extinção da escravidão no Brazil (Lei n.3353 de 13 de Maio de 1888). Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados,1889, p.39.

¹⁹ **CÂMARA DOS DEPUTADOS.** Extinção da escravidão no Brazil (Lei n.3353 de 13 de Maio de 1888). Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados,1889, p.40.

²⁰ **CÂMARA DOS DEPUTADOS.** Extinção da escravidão no Brazil (Lei n.3353 de 13 de Maio de 1888). Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados,1889, p.48.

A victoria final do abolicionismo no Parlamento não é a victoria de uma luta cruenta, não ha vencidos e nem vencedores nesta questão [...] Nós [...] estaremos tão cansados como os escravos; mas o nosso cansaço não era de trabalhar; mas porque estava ligada ao nosso nome a idéa, si não de uma degradação, ao menos de uma humilhação para a nossa pátria.²¹

Em suma, Nabuco conclui que,

Não pensa que o abolicionismo tivesse sido outra causa mais do que o instinto nacional. [...] Não foi outra causa mais do que o sentimento verdadeiramente inconsciente do nosso povo que, educado nas senzalas e na escravidão, não podia ter outra visão no seu espírito sinão esta primeira aspiração nacional.²²

Após ser aprovado na Câmara o projeto foi enviado ao Senado em 10 de maio de 1888. No Senado as discussões em torno da proposta variavam, para alguns a sua aprovação seria ratificar um fato já existente, para outros era um meio de acalmar as revoltas dos escravizados que estavam ocorrendo em diversas províncias do Império, havia também a preocupação de qual seria o futuro dos libertos, e ainda aqueles que defendiam a indenização “aos proprietários” e por fim os que acreditavam que a abolição traria a desorganização do trabalho. Algumas dessas ideias serão transcritas a seguir.

Transcrição de parte do Discurso do Barão de Cotelipe sobre as consequências da Abolição:

A verdade é que ha de haver uma perturbação enorme no paiz durante muitos annos, o que não verei, talvez, mas aquelles a quem Deus conceder mais vida, ou que forem mais moços, presenciarão. [...] pergunto (e agora entro em cheio no mar da caridade e da filantropia) qual é a sorte dos libertados, quaes os preparativos para que aquelles que abandonarem as fazendas tenham ocupação honesta?²³

O Barão de Cotelipe também demonstra “preocupação” com os escravizados mais velhos e defende a criação de sociedades de proteção aos libertos.

²¹ **CÂMARA DOS DEPUTADOS.** Extinção da escravidão no Brazil (Lei n.3353 de 13 de Maio de 1888). Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 1889, p.54.

²² **CÂMARA DOS DEPUTADOS.** Extinção da escravidão no Brazil (Lei n.3353 de 13 de Maio de 1888). Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 1889, p.55.

²³ **CÂMARA DOS DEPUTADOS.** Extinção da escravidão no Brazil (Lei n.3353 de 13 de Maio de 1888). Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 1889, p.69.

O que será feito dos velhos, daquelles que estão incapazes de serviços, e que, segundo a lei de 1885, estavam a cargo dos ex-senhores? [...]Falla-se em sociedades de protecção a libertos; sim, senhores, são necessarias sociedades de protecção aos libertos, para dar-lhes occupação e collocal-os.²⁴

Transcrição de parte do Discurso de Paulino de Souza sobre as consequências da Abolição:

Illudem-se ou querem illudir-se aquelles que acreditam remover uma grande dificuldade com esta lei da abolição do elemento servil; pelo contrário, é agora que recrescem, com a desorganização do trabalho e com a entrada de 700 mil indivíduos não preparados pela educação e pelos habitos da liberdade anterior para a vida civil, as contingencias previstas para a ordem economica e social.²⁵

Após essas previsões pessimistas sobre as consequências da Abolição, o Sr. Dantas defende que o fim da escravidão será o início de uma época de prosperidade para o Brasil.

Transcrição de parte do Discurso do Sr. Dantas sobre as consequências da Abolição:

Senhores, a abolição da escravidão não marcará para o Brazil uma época de miseria ,de soffrimentos ,uma época de penuria.[..] o que se deve esperar é que o desaparecimento de 600.000 criaturas escravas não produzirá a nossa ruina,antes augmentará a nossa prosperidade e o engradecimento do Brazil, graças ao trabalho livre, ao trabalho nobilitado o que não só levantará os créditos da nossa patria ,como attrahira para nós o estrangeiro, que encontrará no sólo fecundo e uberrimo deste paiz certas e inexcediveis vantagens.²⁶

A análise da referida obra²⁷ é de grande valia para compreendermos a face histórica da abolição da escravatura no Brasil, ao acompanharmos as discussões sobre a aprovação da lei

²⁴ **CÂMARA DOS DEPUTADOS.** Extincção da escravidão no Brazil (Lei n.3353 de 13 de Maio de 1888). Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados,1889, p.70.

²⁵ **CÂMARA DOS DEPUTADOS.** Extincção da escravidão no Brazil (Lei n.3353 de 13 de Maio de 1888). Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados,1889, p.84-85.

²⁶ **CÂMARA DOS DEPUTADOS.** Extincção da escravidão no Brazil (Lei n.3353 de 13 de Maio de 1888). Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados,1889, p.86.

²⁷Outra obra de referência é **BRASIL**. A Abolição no Parlamento: 65 anos de luta, (1823-1888) / Apresentação do presidente José Sarney. – 2^a ed. – Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012. v. 1 e v.2 que apresenta as leis, discussões sobre a extinção da escravidão no Brasil desde 1823 (proposta feita por José Bonifácio) até a lei nº3353 de 13 de maio de 1888.

Áurea pudemos identificar o clima de ebuição e de incertezas que assombrava os parlamentares brasileiros.

1.1.3 - A Abolição de Osório Duque Estrada (1918)

Com mais de duzentas páginas a obra tem o prefácio escrito por Ruy Barbosa, o qual faz questão de ressaltar que “é a primeira iniciativa resoluta e larga de preparação dos materiais para a história do abolicionismo no Brasil”²⁸.

Osório Duque Estrada inicia os seus escritos com a história do tráfico dos africanos, destacando a elaboração de leis que visavam a extinção do tráfico, trata também a respeito do movimento abolicionista, assinatura da Lei Áurea, dentre outros temas. Em nossa análise enfocaremos, a ideia de abolição do referido autor e como ele demonstrou a participação da família real nesse processo.

De acordo com Osório Duque Estrada os responsáveis pelo 13 de maio foram o povo e o Exército, para confirmar esse argumento o autor elenca uma série de fatos que na sua concepção foram fundamentais para que o processo da assinatura da lei Áurea fosse acelerado. Dentre esses destacam- se:

Desde outubro do ano anterior (1887) que a situação do ministério Cotegipe se tornara insustentável. A marcha do abolicionismo acelera-se vertiginosamente, conquistando o país inteiro e já o governo se via desamparado não só da opinião pública e do Exército, como da magistratura e até mesmo dos próprios fazendeiros, que, compreendendo, [...] a impossibilidade e o perigo de resistir obstinadamente à avalanche que se desenhava de todos os lados, procuravam transigir, para prolongar por algum tempo mais a agonia da instituição moribunda.²⁹

Como podemos observar na citação acima o autor defende que a abolição se tornou algo irreversível a partir do momento que outras forças como o exército, e setores da sociedade, complementam-se as ações realizadas pelo movimento abolicionista.

E conclui, “foi justo e sincero esse regozijo; e por isso dissemos, [...], haver sido a campanha travada em prol da Abolição a mais generosa, a mais entusiástica e a mais popular de quantas até hoje se tem pelejado no Brasil”.³⁰

²⁸ DUQUE- ESTRADA. Osório. **A Abolição**. Brasília: Edições do Senado Federal,2005, v.39, p.14.

²⁹ DUQUE- ESTRADA. Osório. **A Abolição**. Brasília: Edições do Senado Federal,2005, v.39, p.179.

³⁰ DUQUE- ESTRADA. Osório. **A Abolição**. Brasília: Edições do Senado Federal,2005, v.39, p.198.

Já no que diz respeito à participação da família real na campanha abolicionista, Duque Estrada afirma que o Conde D' Eu era o único membro da família real declaradamente abolicionista, para ratificar essa afirmação, o autor cita o fato do Conde ter imposto a República do Paraguai a abolição da escravidão em 1870 após a fatídica Guerra ocorrida de 1864 a 1870, entre o Império Brasileiro e essa República. Sobre o Imperador D. Pedro II, o autor enfatiza que,

Dotado, embora, de coração magnânimo e de sentimentos generosos e humanitários, o Imperador não teve jamais uma iniciativa francamente abolicionista, nem contribuiu para qualquer medida de caráter acentuadamente liberal, que pusesse em sério perigo a existência da instituição servil³¹.

Conforme Duque Estrada,

Só quando a torrente se desenhou fragorosa, ameaçando engolir o próprio trono e ao êxodo dos negros se veio juntar a atitude decisiva do Exército, recusando-se a capturar os fugitivos, foi que a Regência compreendeu, afinal, a necessidade imediata de transigir e de ratificar oficialmente uma reforma que já estava, de fato, realizada pelo povo, pelos negros que a si mesmos se emancipavam recorrendo à fuga, e pela generosidade das classes militares. [...] A verdade, muito outra, é que o trono imperial nenhum abalo sofreu com a Abolição, e que esteve até durante toda a sua vida separado dela³².

O estudo da obra nos faz concluir que para Osório Duque Estrada, a abolição é fruto das ações desenvolvidas pelo movimento abolicionista e seus seguidores seja no parlamento, como nas ruas, nas associações, na imprensa, dentre outros meios, somadas a essas ações tem-se a atuação dos líderes negros, dos militares e de outros grupos sociais. Já ao governo imperial restou aceitar o clamor de parte da população e encaminhar o projeto de lei para apreciação do parlamento, encerrando com a assinatura da lei pela princesa imperial regente.

1.1.4- A Campanha Abolicionista (1879-1888) de Evaristo de Moraes (1924)

A obra de Evaristo de Moraes inicia com a análise das consequências da Lei do Ventre Livre, em seguida, o autor se detém ao período que é destacado no título da sua obra

³¹ DUQUE- ESTRADA. Osório. **A Abolição**. Brasília: Edições do Senado Federal,2005, v.39, p.237.

³² DUQUE- ESTRADA. Osório. **A Abolição**. Brasília: Edições do Senado Federal,2005, v.39, p.239;242.

(1879-1888). O ano de 1879 é significativo para Moraes pois é quando inicia a “campanha abolicionista no Parlamento” e o precursor foi o deputado baiano Jeronymo Sodré que em 5 de março de 1879 defendeu em seu discurso, a abolição imediata.

A obra também destaca a atuação do movimento abolicionista em várias regiões do país como o Ceará e o Amazonas, as discussões sobre a extinção da escravidão no Brasil nos ministérios, a assinatura da Lei Áurea, dentre outros temas.

Em nossa análise, além da ideia de Abolição do autor, apresentaremos as concepções emancipacionistas de Sylvio Romero, intelectual sergipano nascido em 1851, que são apresentadas na obra.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, a ideia de abolição do autor, Evaristo de Moraes defende que já existia uma espécie de “abolição virtual” da escravidão antes mesmo do 13 de Maio, para ele, dentre as causas que provocaram-na, destacam-se:

a) A intransigencia escravista do barão de Cotelipe ,levando-o a excessos ,na reacção contra o Abolicionismo e na perseguição dos escravos; **b)** A revogação do art.60 do Cód. Criminal e da lei n.4,de 10 de junho de 1831(na parte em que esta impunha a pena de açoites);**c)** as manifestações anti-escravistas do Imperador ,por occasião do seu passeio atravez da provincia de S.Paulo; **d)** a attitude das autoridades judiciarias e policiaes ,francamente sympathicas à causa dos captivos ;**e)** o protesto energico opposto pelos escravos ao facto da própria escravidão ,traduzindo-se por fugas em massa e pelas exigencias de libertação e salário; **f)** a representação ,só apparentemente respeitosa ,dos militares ,mostrando-se pouco dispostos a perseguirem escravos fugidos ;**g)** a vira -volta na opinião de Antônio Prado, decidindo pela emancipação em curtissimo prazo a maioria dos proprietarios paulistas e desanimando qualquer resistencia por parte dos outros; **h)** a transformação,tanto sentimental,quanto por interesse dynastico,da Princeza Regente ,que,sob o impulso dos acontecimentos ,se desprendeu da pressão reaccionaria do barão de Cotelipe.³³

Diante do que foi exposto, podemos concluir que para o autor as ações tanto contrárias, como as atribuídas ao Barão de Cotelipe, e as favoráveis, a reação dos escravizados, por exemplo, contribuíram para que a assinatura da lei de extinção da escravatura no Brasil fosse enfim assinada. Com isso ao analisar as declarações proferidas no Parlamento quando das discussões sobre a extinção da escravidão, Evaristo de Moraes afirma que,

³³ MORAES, Evaristo de. **A Campanha Abolicionista (1879-1888)**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro,1924, p.299-300.

Por elas, mais uma vez se evidenciará que as posições assumidas, nos últimos tempos, por todos os dirigentes do Estado (Princeza, ministros, deputados, senadores, conselheiros, funcionários administrativos) foram determinadas pela precipitação dos acontecimentos, resultaram de necessidade imperiosa. Todos pensavam, mudando de rumo e apressando a Abolição, evitar mal maior³⁴. (MORAES,1924, p.339).

Em síntese, mesmo acreditando no espírito generoso da Princesa Isabel, Evaristo de Moraes concluiu que uma série de acontecimentos contribuiu para a assinatura da Lei Áurea, após mais de sessenta anos de discussão no parlamento, o projeto de lei é em fim aprovado.

Já sobre o segundo aspecto, as concepções emancipacionistas de Sylvio Romero, de acordo com Evaristo de Moraes o que separou, o intelectual sergipano, dos abolicionistas militantes foi seu espírito livre, que tinha aversão a ideias prontas. Para defender a preocupação e a valorização que Romero teria com “a população negra” o autor faz uma breve explanação de algumas de suas obras, por exemplo, *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna de 1880*, na qual Romero destaca a importância dos negros e negras para a formação do povo brasileiro, e cita textos publicados em periódicos como a Revista Brasileira.

Sobre a ideia de abolição defendida por Sylvio Romero, segundo Evaristo de Moraes, “pendia[...] para a solução particular, domestica , individualistica do problema, sem directa intervenção do Estado.”³⁵

Assim pensava. O melhor meio de se acabar com a escravidão não é formular projectos absurdos e combinações legislativas engenhosas. O melhor meio de acabar-a é cerceal-a, pôr-a em estado de sitio, estabelecer com ella a concorrência, tornar-a inutil, e depois nociva e impossível. É fazer crescer a seu lado o trabalho livre, mais fecundo, e depois mais fácil, mais barato; é, em uma palavra, matar- a economicamente.³⁶

Lendo a citação acima é muito fácil deduzir por quê Sylvio Romero não era bem quisto pelos abolicionistas mais radicais, ele defendia uma abolição lenta, gradual, a extinção se daria pela própria incoerência do regime escravista. Associado a isso, de acordo com Evaristo de Moraes, Sylvio criticava publicamente líderes abolicionistas como Joaquim

³⁴ MORAES, Evaristo de. **A Campanha Abolicionista (1879-1888)**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro,1924, p.339.

³⁵ MORAES, Evaristo de. **A Campanha Abolicionista (1879-1888)**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro,1924, p.30.

³⁶ MORAES, Evaristo de. **A Campanha Abolicionista (1879-1888)**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro,1924, p.30.

Nabuco e José do Patrocínio se redimindo após a assinatura da Lei Áurea quando segundo o autor prestou reverências a luta dos referidos defensores dos escravizados.

1.2- A Abolição na Historiografia

Como fora referenciado na introdução desse trabalho a Abolição é um dos temas mais debatidos da História brasileira e como assinala Maria Helena Machado (2010).

Desde 1988, ano do centenário, questões relativas à representatividade histórica da abolição e do processo abolicionista vêm sendo apaixonadamente debatidos e revisados, marcando a emergência de uma saudável tendência de passar pelo crivo da crítica os marcos fundantes de uma história mistificadora.³⁷

Ao longo do tempo a historiografia tratou esse fato histórico através de diversas abordagens, dentre essas podemos destacar: **a)** como um fato exclusivo das elites, isto é, produzido pelas elites para beneficiar exclusivamente o seu grupo; essa abordagem apresenta os escravizados como seres passivos, atônicos ao regime escravista; **b)** a segunda abordagem transfere o protagonismo da abolição para os escravizados, de acordo com essa, a abolição foi o resultado das lutas, revoltas empreendidas pelos escravizados e escravizadas ao longo do regime, com isso, a assinatura da Lei Áurea foi o reconhecimento das elites a um fato inevitável, se curvando ao “grito das senzalas e dos quilombos”; **c)** a terceira abordagem enfatiza a atuação dos libertos, dos cativos e do movimento abolicionista em suas mais variadas vertentes, no processo de abolição.

Diante do que foi exposto neste item essas abordagens serão apresentadas de forma mais detalhada.

1.2.1- Historiografia da Abolição no Brasil: Algumas tendências

A abolição da escravatura é tema da historiografia brasileira desde a primeira república, exemplos dessas produções, são as obras *A Abolição* de Osório Duque Estrada publicada em 1918 e *A Campanha Abolicionista(1879-1888)* de Evaristo de Moraes publicada em 1924, analisadas no início desse capítulo.

³⁷ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O Plano e o Pânico:** Os Movimentos Sociais na Década da Abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,2010, p.227.

A publicação dessas obras, é vista por muitos, como “ações panfletárias”, de cunho memorialístico, como é o caso, do Osório Duque Estrada que participou ativamente do movimento abolicionista, contudo, durante muito tempo, essas foram referências importantes para os estudiosos desse fato histórico, destacando -se nesse sentido, o uso dos escritos de um dos mais famosos abolicionistas brasileiros, Joaquim Nabuco.

É o que sugere Ângela Alonso, “até mais ou menos os anos 1950, as abordagens seguiram tributárias do diapasão do memorialismo. Nabuco permaneceu a referência, seja por sua saliência no parlamento, seja pela riqueza de seu arquivo pessoal”³⁸.

Já nos anos 1960 tem-se como destaque nos estudos sobre a abolição no Brasil, as pesquisas realizadas pela Escola Paulista, da qual participaram autores como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Emília Viotti da Costa, para esses autores, de modo geral, “a abolição é explicada a partir da dinâmica peculiar do capitalismo brasileiro e de sua expansão, que exigiria um mercado de trabalho livre”³⁹.

Além disso,

A ideia de “escravo coisa”, muito discutida pela Escola Paulista, não caracterizou o escravo como um sujeito histórico, ou seja, os negros escravos não foram indivíduos que contribuíram para sua libertação, para esses autores, em especial para Fernando Henrique Cardoso, o escravo era um indivíduo inferiorizado que não conseguiria sair da sua condição de escravo devido a sua incapacidade de se organizar.⁴⁰

O papel dos brasilianistas, também é de grande valia para os estudos da abolição, sobretudo, por trazerem novos questionamentos acerca desse fato histórico.

Nesse sentido, de acordo com Salles (2017),

No final dos anos 1960 e início da década seguinte, contudo, as perguntas sobre a abolição voltaram a ser formuladas por historiadores, em especial por dois brasilianistas. São de 1972 as duas grandes histórias da abolição brasileira: *The destruction of Brazilian slavery*, de Robert Conrad, publicada em português em 1975, com o título de *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, e *The abolition of slavery in Brazil*, de Robert Toplin[...]

³⁸ ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos estudos – CEBRAP*. 2014, n.100,p.117.

³⁹ ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos estudos – CEBRAP*. 2014, n.100,p.117.

⁴⁰ RAIMUNDO, Gisele Carolina; LEONATO, Jadson Luiz da Cruz; ROCHA, Cristiany Miranda. A Abolição da Escravidão no Brasil: Um Debate Historiográfico. *Revista do Curso de História da Estácio BH*. Belo Horizonte.2017, n.10, p.10-11.

A partir dos anos 1980 com o advento do centenário da abolição, a historiografia sobre a escravidão e a emancipação no Brasil passa por um processo revisionista, com isso, surgem novos protagonistas, entre autores dessa nova abordagem historiográfica destacam-se Sidney Chalhoub, Hebe Maria Mattos de Castro, Maria Helena Machado, Célia Maria Marinho de Azevedo, Maria Helena Pereira Toledo Machado, dentre outros.

O objetivo dos estudiosos da década de 1980 era trazer os sujeitos para a História, buscar perceber as experiências e as percepções dos indivíduos. [...] o processo abolicionista tem como ator principal o escravo, suas experiências e lutas. A ação empreendida neste momento é a negação de pressupostos que se ligam ao estruturalismo, para ressaltar aquilo que até então não fora visto, ou seja: os escravos enquanto classe e portadores de autonomias em suas lutas.⁴¹

Outra característica das pesquisas dessa geração é que,

No plano institucional, atentou para o processamento de conflitos em torno da escravidão pelo Judiciário e para o manejo por escravos e ex-escravos (o caso exemplar de Luiz Gama) das contradições da lei como meio de contestação da ordem escravista. Essa corrente privilegiou a cultura e, como os estudos anteriores, pouco se interessou pelas formas político-institucionais dos conflitos.⁴²

A mudança de protagonistas nessa nova historiografia deve ser vista também como uma espécie de resposta a parte das reivindicações postas sobretudo, pelo movimento negro, quando da passagem do centenário da abolição, a “farsa da abolição” como esse acontecimento era visto por muitos, passa a ganhar um novo sentido. A Abolição não é mais um presente da Princesa Isabel, a Redentora, e sim obra da luta de escravizados e escravizadas.

Então, nos últimos anos tem-se o surgimento de pesquisas que enfatizam uma análise mais ampla desse processo, destacando-se não só a participação dos libertos e cativos e dos ditos abolicionistas no processo de abolição, mas ressaltando a existência de abolicionismos, isto é, os movimentos abolicionistas aconteceram em espaços diversos, nas senzalas, na

⁴¹ MAXIMIANO, Adriano Braz; QUEIROZ, Jonas Marçal. Quando e como se fala: a historiografia brasileira da abolição da escravatura e o estruturalismo. In: XVIII ENCONTRO REGIONAL (ANPUH MG),2012, Mariana. *Anais*.Mariana:ANPUH,2012, p.7.Disponível em:

http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340755654_ARQUIVO_anpuhtextofinal.pdf
(Acesso em 30/06/2018)

⁴² ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos estudos – CEBRAP*. 2014, n.100,p.118.

imprensa, nas rebeliões, no parlamento, na cidade, no campo, dentre outros, e a abolição é o resultado desses complexos movimentos de lutas em prol da extinção da escravatura.

1.2.2- A Abolição na Historiografia Sergipana

Os estudos específicos sobre a abolição e o abolicionismo em Sergipe ainda são escassos, são exceções a obra da historiadora Maria Nely Santos que versa sobre a história de vida do abolicionista Francisco José Alves publicada em 1997, e trabalhos monográficos como os defendidos no Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe.

Nesse sentido, destacam-se os de Laís Amaral Vieira Lima, *A Participação Feminina na Imprensa Abolicionista em Aracaju (1881-1885): Etelvina Amália de Siqueira*, do ano de 1998, que aborda a trajetória da abolicionista Etelvina Amália de Siqueira, sobrinha de Francisco José Alves, consideramos esse trabalho relevante por trazer a público a reflexão acerca da participação das mulheres no processo de abolição da escravatura, outros trabalhos referem-se a imprensa abolicionista, como é o caso do estudo de Rogério Almeida Santos, *Fim do Escravismo: Uma Análise da Questão Abolicionista no Jornal “O Laranjeirense” (1887-1888)* de 1999 e o da autora dessa dissertação intitulado “*Impressões de Cor*”: *Debates na Imprensa Sergipana sobre a Abolição da Escravatura (Década de 1880)*, de 2008, dentre outros.

Além disso, existem autores que em suas obras, reservaram capítulos para tratar sobre esse tema, como Ariosvaldo Figueiredo em seu livro *O Negro e a Violência do Branco em Sergipe* de 1977, no qual afirma que a sociedade sergipana não tomou nenhum tipo de iniciativa sobre a abolição, contudo, em outros trechos da obra destaca atuações isoladas nessa perspectiva, como a fundação do jornal *A Marseleza* em 1881, e do abolicionista Francisco José Alves que para Ariosvaldo foi a figura maior na luta contra a escravidão em Sergipe. Para Ariosvaldo Figueiredo,

A abolição era uma sequência lógica, inevitável, de conflitos econômico-sociais de maior profundidade. Se algum erro a ela deve ser atribuído, é que foi decisão retardatária, emocional, improvisada. A Abolição contrariava os grupos aos quais o Império servira. O Império não organizara os cativos, para os quais a abolição fora destinada⁴³.

⁴³ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **O Negro e a violência do Branco:** O negro em Sergipe. Rio de Janeiro: José Alvaro, Editor, 1977, p.110-111.

Em *Textos para a História de Sergipe* de 1991, obra organizada pelas pesquisadoras Terezinha Alves de Oliva, Maria da Glória Santana de Almeida, Maria Andrade Gonçalves, Lenalda Andrade Santos, Diana Maria de Faro Leal Diniz, Beatriz Gois Dantas, encontramos referências ao movimento abolicionista no capítulo intitulado “Estruturas de poder”, onde são abordados a criação e a atuação dos jornais abolicionistas, *O Horizonte*(1885) e *O Larangeirense* (1888) na cidade de Laranjeiras.

Já em *Sergipe Provincial II* publicado em 2006, pela historiadora Maria Thetis Nunes encontramos o capítulo nono intitulado *O Abolicionismo e a Campanha Republicana*. Para essa autora, “os movimentos abolicionistas que agitavam várias províncias do país não sensibilizaram a sociedade sergipana”⁴⁴.

Contudo, ressalta a atuação do abolicionista sergipano Francisco José Alves, e da imprensa abolicionista, destacando o papel dos jornais *O Horizonte* e *O Larangeirense* de Laranjeiras, como exceções no processo de contestação do regime escravista na Província de Sergipe.

Para finalizar, esta breve análise sobre como a historiografia sergipana abordou a abolição da escravatura, será analisada a obra *Saindo da Senzala, mas não da História: Libertos em Sergipe no Pós-Abolição (1888-1900)* do historiador Edvaldo Alves de Souza Neto publicada em 2017.

Nessa obra, encontramos referências a abolição, sobretudo, no capítulo intitulado, “O Glorioso 13 de Maio: da boa nova da abolição ás estratégias de liberdade”, que tem por objetivo “reconstruir as experiências dos libertos no momento de recepção da boa nova da abolição na província⁴⁵”.

A boa nova da abolição, assim como nas demais regiões do Brasil, chegou a Sergipe no dia 13 de maio de 1888 e foi recebida de maneiras distintas pelos contemporâneos. Uma quantidade significativa de libertos saiu às ruas para comemorar e reverenciar aqueles que consideravam figuras importantes e que contribuíram decisivamente para extinção da escravidão no Brasil.⁴⁶

⁴⁴ NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial II (1840/1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju, SE: Banco do Estado de Sergipe, 2006, p.248.

⁴⁵ SOUZA NETO, Edvaldo Alves de. **Saindo das Senzalas, mas não da História: libertos em Sergipe no pós-abolição (1888-1900)**. São Cristóvão: Editora UFS,2017, p.67.

⁴⁶ SOUZA NETO, Edvaldo Alves de. **Saindo das Senzalas, mas não da História: libertos em Sergipe no pós-abolição (1888-1900)**. São Cristóvão: Editora UFS,2017, p.102.

Desse modo, inserindo-se na abordagem historiográfica que trata os escravizados como protagonistas, atores do processo de abolição da escravatura, o historiador nos brinda com uma análise relevante sobre os últimos momentos da escravidão em solo sergipano.

1.3-O que é a História Afro-Brasileira do Pós-Abolição?

Entende-se como História Afro Brasileira do Pós-Abolição a experiência histórica que corresponde as primeiras discussões sobre a extinção da escravidão no Brasil no século XIX cujo o limite cronológico de acordo com o manifesto de fundação do Grupo de Trabalho Nacional Emancipações & Pós-Abolição da Associação Nacional de História (ANPUH), é “a memória da escravidão no tempo presente”⁴⁷.

Para Ângela Oliveira “o pós-abolição só terminaria quando tivéssemos o fim das estruturas como formas de tratamento que levam ao preconceito de cor e ao racismo, de mentalidades, de imposições e de barreiras sociais aos negros”⁴⁸.

Contudo, Petrônio Domingues ressalta que “o pós Abolição deve ser visto como um campo de disputa, e não como uma realidade dada, uma herança inexorável da escravidão”⁴⁹, isto é, como em todo processo histórico deve ser entendido como um período no qual coexistem continuidades e rupturas, para além de ser um estudo sobre as consequências da escravidão, objetiva-se pensar como os ex- escravizados (as) contribuíram para o processo que culminou com o 13 de Maio de 1888 e após a abolição como esses e seus descendentes vivenciaram as suas experiências de liberdade, lutaram e lutam pela sua cidadania, e contribuíram para a construção da nação brasileira, em seus variados aspectos, culturais, sociais, políticos, econômicos .

⁴⁷Para mais informações sobre a fundação desse Grupo de Trabalho, bem como acesso a bibliografias, eventos, pesquisadores, dentre outros aspectos sobre a História do Pós-Abolição acesse a página: <https://emancipacoeseposerabolicao.wordpress.com/> (acesso em 30/03/2018)

⁴⁸ OLIVEIRA, Ângela Pereira. Pensar a História Social a partir da Emergência do Pós-Abolição como Campo Histórico. In: III Encontro de pesquisas Históricas- PPGH/ PUCRS,2016, Porto Alegre. **Anais do III Encontro de Pesquisas Históricas**, Porto Alegre: PPGH/ PUCRS, 2016, p.1025.Disponível em: <https://ephisrs.files.wordpress.com/2017/01/64-st13-05-oliveira-angela-pereira.pdf> (acesso em 30/06/2018)

⁴⁹ DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: O protagonismo negro no Pós-Abolição. **Anos 90**.Porto Alegre, v.16, n.30,2009, p.240.

1.4 – A Consolidação da História Afro-Brasileira do Pós-Abolição como Campo de Pesquisa

De acordo com Domingues,

Durante um longo espaço de tempo, os historiadores apreenderam o negro como sinônimo de escravo, de modo que a história das experiências e vivências específicas desse segmento populacional ficou circunscrita ao período do cativeiro. Para o período imediatamente após a abolição, observava-se um fato curioso: os ex- escravos, libertos e seus descendentes desapareciam dos registros historiográficos [...].⁵⁰

Com base no exposto, podemos afirmar que o surgimento do Grupo de Trabalho Nacional Emancipações & Pós-Abolição da Associação Nacional de História (ANPUH) em 2013 é um marco no processo de consolidação da historiografia sobre a pós- abolição, já que essa temática, durante muito tempo fora objeto de estudo quase que exclusivo de sociólogos e antropólogos, sobretudo, nas décadas de 1950, 1960 e 1970. É nos anos 2000 que essa historiografia se consolida com a realização de eventos científicos, a publicação de livros, dossiês, projetos, dentre outras ações.

Para se ter ideia da efervescência dos anos 2000, sobretudo o início da segunda década, listaremos aqui algumas publicações que foram originárias de eventos científicos ou são coletâneas que reuniram uma diversidade de pesquisadores o que indica que essa consolidação está sendo construída por várias mãos. Algumas dessas estão disponíveis de forma gratuita na internet, acreditamos que garantir o acesso a essa produção é de suma importância para o fortalecimento do campo de pesquisa da História Afro Brasileira do Pós- Abolição.

Nesse sentido dentre outras publicações podemos citar: O Livro *Caminhos da Liberdade: Histórias da Abolição e do Pós -Abolição no Brasil* publicado em 2011, pela Editora da Universidade Federal Fluminense (UFF), organizado por Martha Abreu e Matheus Serva Pereira, disponível online⁵¹, constituído por textos que foram apresentados durante o I Seminário de Pós-Graduandos em História do Processo de Abolição realizado entre os 11 e 13 de maio de 2010, o livro além dos textos dos pós-graduandos , conta com as contribuições dos historiadores Eduardo Silva e Maria Helena Machado que são referências na área.

⁵⁰ DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. **Topoi**. Rio de Janeiro, v.12, n.23,2011, p120.

⁵¹http://www.historia.uff.br/stricto/files/public_ppgh/hol_2011_CaminhosLiberdade.pdf (Acesso em 31/03/2018)

Em 2011, tem-se a publicação de mais uma coletânea, *Experiências da Emancipação :Biografias, Instituições e Movimentos Sociais no Pós-Abolição*, organizada por Petrônio Domingues e Flávio Gomes, foi publicada pela Editora Selo Negro, além de contar com textos dos organizadores, publicam nessa coletânea, Wlamyra Albuquerque; Elizabeth do Espírito Santo Viana; dentre outros, os textos tratam da trajetória de ex-escravizados e seus descendentes do final do século XIX até a década de 1980.

Uma outra obra desses historiadores, de grande destaque para os estudos do pós-Abolição, por ressaltar também o protagonismo dos afrodescendentes é *Da Nitidez e Invisibilidade :Legados do Pós -Emancipação no Brasil*, publicada em 2013, pela Editora Fino Traço.

Outra coletânea que também é originária de um evento científico é o livro *História do Pós Abolição no Mundo Atlântico*, publicado em 2013 e organizado por Martha Abreu, Carolina Dantas, Hebe Mattos, Beatriz Loner, Karl Monsma, reúne textos apresentados no Seminário Internacional Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico, que fora realizado no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói (RJ), entre 14 e 16 de maio de 2012.

Essa obra foi publicada pela Editora da Universidade Federal Fluminense(UFF) encontra-se disponível na internet, está dividida em três volumes⁵², “O primeiro, enfoca variados projetos políticos e questões de identidade; o segundo, as experiências ligadas ao mundo do trabalho, e o terceiro volume trata da dinâmica cultural em seus mais variados aspectos⁵³”.

Em 2014, é lançada pelos historiadores Petrônio Domingues e Flávio Gomes uma outra coletânea intitulada *Políticas da Raça: Experiências e Legados da Abolição e da Pós-Emancipação no Brasil*, reúne textos de autores brasileiros e estrangeiros também versa sobre o protagonismo negro, contudo, ao invés de contar como ponto de partida a década de 1890, como a obra dos historiadores que fora referida anteriormente ,o marco cronológico dos seus textos inicia nos anos 1870, mais precisamente em 1871 com artigo sobre a chamada Lei do

⁵² Os três volumes podem ser acessados através deste site:<http://www.eduff.uff.br/index.php/livros/622-historias-do-pos-abolicao-no-mundo-atlantico-v-1-identidade-e-projetos-politicos> (Acesso em 31/03/2018)

⁵³ ABREU, Martha. et. al. **Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico**. Niterói :Editora da UFF ,2013. (Identidades e Projetos Políticos, v.1), p.9.

Ventre Livre e encerra no ano 2010 com um texto sobre a criação das cotas raciais na Universidade de Brasília (UNB).

Por fim, em 2015 tem-se a publicação pela Revista Brasileira de História, vinculada a Associação Nacional de História (ANPUH), que é considerada uma das mais importantes revistas brasileiras da área de História, de um Dossiê intitulado *Pós - Abolição no Mundo Atlântico*⁵⁴, o qual reúne textos que versam sobre cultura afro brasileira, questões de trabalho, política, família, dentre outros.

Faz-se necessário ressaltar que a produção historiográfica sobre a Pós-Abolição no Brasil, vai muito além do que fora citado aqui. Essa pequena amostragem tem o intuito de demonstrar a variedade de material que está sendo produzido.

1.4.1-O Campo de Pesquisa do Pós Abolição: Anos 1980 e 1990

O centenário da abolição da Escravatura ocorrido em 1988 provocou o surgimento de um tipo de historiografia revisionista, sobretudo, no que diz respeito, ao papel do escravizado, que era retratado como um ser passivo, que não reagia à escravidão, e quando porventura resistia, não seria de forma consciente, a partir dessa nova historiografia da escravidão o escravizado passa a ser retratado como um ser pensante capaz de elaborar estratégias de resistência, de negociação.

Essa mudança de postura ocorrida na década de 1980 conforme fora assinalado no tópico anterior também irá contribuir para os estudos do pós-Abolição no Brasil, com isso surgem novas representações também sobre os ex- escravizados, libertos e seus descendentes, esses passam a ser vistos como sujeitos históricos, mesmo que o papel de ser marginal, isto é, que vivia a margem da sociedade por causa dos séculos de escravidão no Brasil, ainda estivesse presente. Desse modo,

Até a década de 1990, aproximadamente, apenas a marginalização dos libertos no mercado de trabalho pós-emancipação era enfatizada nas análises historiográficas. Os últimos cativos e seu destino após a abolição atraíam compaixão e simpatia, mas não pareciam apresentar maior potencial explicativo para a história do período. Com a abolição do cativeiro, os escravos pareciam ter saído das senzalas e da história, substituídos pela chegada em massa de imigrantes europeus.⁵⁵

⁵⁴Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/revistas-anpuh/rbh> (acesso em 31/03/2018)

⁵⁵ MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, 2004, p. 170.

No entanto, um aspecto importante dos estudos desse período, é que ao lado dessa análise que preocupava-se basicamente com a marginalização dos ex- escravizados no mercado de trabalho, por exemplo, estava também a denúncia contra o racismo, com isso, reconhecer a existência do preconceito racial no Brasil nas suas mais variadas esferas, pode ser considerado um dado inovador, já que ainda é comum ouvirmos no ano de 2018 que não existe racismo no Brasil, que negros e negras são tratadas de forma igualitária⁵⁶.

A partir dos anos 1990 os trabalhos sobre o pós-abolição ganham impulso, tem-se o alargamento dos temas de pesquisa cujo mote é o protagonismo das negras e dos negros, os significados que esses personagens deram a liberdade, as suas lutas em busca de cidadania.

O que se almeja não é simplesmente dar visibilidade à experiência afro-brasileira em uma perspectiva temporal, mas, também, reposicionar o lugar ocupado pelos negros na narrativa nacional, sem, contudo, perder a especificidade do tipo particular de história – neste caso, a afro-brasileira -, além de interrogar leitura hegemônica acerca do passado nacional.⁵⁷

Essa mudança de percurso na historiografia, proporcionou a busca pela participação dos afro-brasileiros em outros espaços, para além dos estudos sobre o mercado de trabalho, nesse sentido, são significativas pesquisas sobre a participação dos afrodescendentes no campo cultural, teatro, música, literatura, artes plásticas, escolas de samba, clubes carnavalescos, nos Museus, em exposições.

Desse modo, esses são objetos de estudos como produtores de cultura e também pela forma que são representados nesse campo, outros temas relevantes são: a participação dos afrodescendentes na imprensa, na elaboração de jornais ou como notícias dos periódicos, no esporte, em outros movimentos sociais, como o operário, das mulheres, as preocupações com a educação, formal, não formal, dentre outros.

⁵⁶Desde 2010 com a criação do Estatuto da Igualdade Racial podemos afirmar que o Estado brasileiro reconheceu de forma mais veemente, perante a lei, que as negras e os negros que vivem no Brasil não são tratadas de forma igualitária. Para mais informações acesse: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm (acesso em 31/03/2018)

⁵⁷ROZA, Luciano Magela **A História Afro Brasileira Pós Abolição em Livros Didáticos.** Belo Horizonte:UFMG,2014, 268p.Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte,2014, p.106-107.

CAPÍTULO II - OS SIGNIFICADOS DO 13 DE MAIO NA IMPRENSA ARACAJUANA DO FINAL DO SÉCULO XIX

Este capítulo tem por objetivos apresentar o contexto que antecedeu a assinatura da Lei Áurea na Província de Sergipe através da análise de jornais sergipanos que foram produzidos nos meses finais que precederam a extinção da escravatura. Além disso, intenta-se saber os significados da abolição para os redatores e colaboradores dos jornais *A Reforma*, *O Monitor*, *Gazeta de Sergipe*, *O Republicano* e *A Notícia* que circulavam em Aracaju na primeira década após a abolição da escravatura, com isso, voltamos o nosso olhar aos termos que eram utilizados por esses para se referir a abolição da escravatura e como fora apresentado o contexto pós-abolição, isto é, como esse imaginário foi sendo (re)construído ao longo dos anos.

2.1-A Imprensa Sergipana e a Abolição

Os primeiros jornais publicados em Sergipe foram o Recopilador Sergipano (1832 - Estância), o Noticiador Sergipense (1835- São Cristóvão) e o Monarchista Constitucional (1841-Laranjeiras).

De acordo com SANTOS (2012),

Por serem na maioria das vezes, propriedades de escravocratas ou estarem diretamente ligados a esses, pouco se via por parte da imprensa sergipana algum tipo de crítica a escravidão. A postura adotada pela maioria dos jornais que circularam em Sergipe durante o século XIX foi a de omissão ou como defensores da exploração do trabalho escravo. Contudo, havia exceções, podemos destacar como propagadores das ideias antiescravistas, em Aracaju, os jornais Luz Matinal (1882), O Descrido (1881) e O Libertador (1882-1884) em Laranjeiras, podemos destacar os jornais O Horizonte(1885-1886) e O Larangeirense (1887-1888).⁵⁸

Diante do que foi exposto, neste item analisaremos jornais que circulavam na Província de Sergipe, de janeiro a abril de 1888, com o intuito de identificar o contexto

⁵⁸ SANTOS, Josimari Viturino. A Campanha Abolicionista em Terras Sergipanas. In: I Simpósio Regional Vozes Alternativas,2012, Aracaju. **Anais do I Simpósio Regional Vozes Alternativas**, Aracaju,2012, p.5-6. Disponível em: https://simposioregionalvozesalternativas.files.wordpress.com/2012/11/texto_completo_josimari_viturino_santos.pdf (Acesso em 30/06/2018)

anterior a assinatura da lei Áurea e quais as expectativas dos editores dos jornais para o fim da escravidão no Brasil.

Em síntese, os jornais demonstravam que tanto para os escravizados como para os “seus senhores” o fim estava cada vez mais próximo, com isso, são comuns notícias sobre fugas, revoltas de escravizados como também da libertação por parte dos senhores e das senhoras. Ademais, identificamos a realização de festivais abolicionistas, os quais serviam de cenário para a entrega de cartas de alforrias aos ex- escravizados. E como nos sugere MACHADO (2017),

O ano de 1888 pode ser rotulado como o ano da aceleração de todos os processos contidos ao longo dos anos por diques de conservadorismo e de interesses econômicos poderosos. Foi como se, de repente, nada mais pudesse deter as forças das águas da liberdade.⁵⁹

A partir de agora percorreremos os caminhos dessas “águas da liberdade” na Província de Sergipe. Para tanto, daremos início com as notícias sobre a libertação de escravizados e escravizadas:

Acção Meritoria: No dia 25 de Dezembro ultimo, em comemoração do nascimento do Redemptor do mundo, foram libertas, sem condição alguma, as escravas Chrispiana, Martha e Joanna de 22,26 e 30 annos de idade, por sua senhoras D.Francisca das Chagas, Senhorinha V. Dantas e Umbelina V. Dantas, moradoras no povoado de N.S. Da Saude, termo de Villa Nova⁶⁰.

Como referenciamos no texto de abertura deste item, a libertação dos escravos por parte “dos senhores e senhoras” as vésperas da abolição, foi algo comum na Província de Sergipe, a ideia era tentar assegurar o trabalho na lavoura, já que para alguns desses senhores, a libertação espontânea faria com que os então ex- escravizados adquirissem uma espécie de “dívida moral” para com aquela família.

E analisando a notícia acima, as senhoras ainda “garantiriam um lugar no céu”, já que fizeram esse ato caridoso em pleno dia de Natal e conseguiriam angariar o título de caridosas, pois as suas escravizadas foram libertas sem nenhum tipo de condição.

Outra notícia que nos chamou muita atenção foi publicada originalmente pelo jornal O Larangeirense, trata sobre a libertação de todos os escravos do Coronel José de Faro.

⁵⁹ MACHADO, Juremir da Silva. **Raízes do Conservadorismo Brasileiro – A Abolição na Imprensa e no Imaginário Social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p.93.

⁶⁰ Jornal A Reforma, 29 de Janeiro de 1888, p.4.

O Abolicionismo em Sergipe – Sacerdote do bem, José de Faro Rollemburg deu-se hoje em sacrificio pelo sentimento sacro-santo da humanidade.[..] Invejavel emblema do abolicionismo em Sergipe,tornou se legendario o nome do chefe dos arautos da liberdade ,na fé politica desta terra.[..]O Engenho - S. Joaquim deixou de ser o palco em que debatiam- se contra a tyrannia da lei os tyteres do nefando e impiedoso esclavagismo ,e passa a ser a fazenda soridente e feliz sobre cujas ameias roçagou o anjo da liberdade as brancas e perfumosas azas. A senzala, a que faltava o ar necessario à alimentação dessa luz divina que Deus ateiou no coração humano transformou-se no tugurio humilde, porem oxigenado por um ambiente de felicidade e relativa independencia, garantia solemne da dignidade e honradez do lar. Bruxoleia já com todo seu esplendor a aurora de uma epucha para esta província, assignalada pela substituição do braço escravo pelo livre com a resolução realisada pelo exm.coronel José de Faro, a quem coube a gloria de ter iniciado a reforma mais necessaria e mais palpitante das que são apontadas por todo pensador, como salvadoras da classe agricola. [...]⁶¹.

O surgimento de abolicionistas de última hora foi outro fator que ganhou destaque nos jornais sergipanos desse período, com isso ,poucos meses antes da abolição, escravocratas de famílias tradicionais de Sergipe, decidem libertar todos os seus escravizados geralmente de forma condicional, isto é, com a obrigação de ficar prestando serviços para o “seu senhor” durante um determinado período, é o que podemos constatar nas transcrições das notícias a seguir, publicadas respectivamente no Jornal A Reforma de 4 e 11 de Março de 1888.

O nosso digno e ilustrado co-religionario e amigo dr.Thomaz Rodrigues da Cruz,proprietario do engenho Varzea Grande,do municipio da Capella,acaba de dar com a condição da prestação de serviços até o fim de 1889 liberdade a todos os seus escravizados que são em numero superior a 60.A grande idéa da redempção dos captivos tomando largas proporções entre nós e nem de outro mundo podia ser desde que o semeador da semente benefica foi um espirito eminentemente liberal,o nosso inscansavel chefe coronel José de Faro Rolemburg. Parabéns, pois, ao dr. Thomaz Cruz que, assim praticando, manifestou a grandeza de su’ alma, preparada pra todas as concepções nobres⁶².

Emancipação - Alguns lavradores, à frente o coronel José de Faro, distinto chefe do partido liberal, tomaram a acertada resolução de libertar seus escravos. Já era tempo de iniciar nesta província a sua libertação, quando não incondicionalmente, ao menos mediante a prestação de serviços por um prazo curto, como estão fazendo os lavradores de S.Paulo e de outras províncias, e a concessão de alguns favores ou de salario aos escravos durante este prazo. A extincção total do elemento servil ha de ser um facto

⁶¹ Jornal A Reforma ,12 de Fevereiro de 1888, p.1.

⁶² Jornal A Reforma ,4 de Março de 1888, p.2.

consummado em um prazo mais curto do que se pensa; o melhor será que os lavradores vão ao seu encontro do que que elle os surprehenda^[..]

Outrossim, as notícias de festivais abolicionistas também aparecem com frequência nos meses anteriores a abolição da escravatura demonstrando que as “águas da liberdade” estavam cada vez mais ganhando adeptos em solo sergipano, nesses festivais além da entrega das cartas de liberdade, eram comuns a declamação de discursos inflamados sobre a necessidade de extinguir a escravidão em nosso país, esses locais constituíam- se como espaços de ação e reflexão a respeito do movimento emancipacionista.

Notícias sobre Festival Abolicionista organizado pelo Club Zé Pereira em 07 de Abril de 1888:

Festival Abolicionista: Teve lugar,hontem,no salão do Lyceu,uma festa abolicionista promovida pelo Club Zé Pereira,tão sabiamente instituido e presidido pelo conhecido e intelligente sr,tenente Nicolao Tolentino [...] Apreciadores do grandioso,apressamo-nos em dizer algumas palavras,embora impotentes para mover o instincto abolicionista de nossos leitores e amigos,mas que,ao menos,registrarão a nossa tendencia para a destruição desta negra avalanche que ,partindo dos altos picos dos seculos já passados e,felizmente,suffocados por desdenhosa e impermeiavel camada de esquecimento,vai,tendo por alvo a civilisação, esmagal - a sob o seu pezo nefando e abjecto ,a escravidão! Escravidão! Essa torva palavra que outr'ora fazia assomar aos labios dos potentados um sorriso de prazer, hoje não é mais do que um estigma lançado à memoria desses senhores!⁶³

Festival Abolicionista: No dia 7 do corrente, conforme noticiamos, teve lugar no salão da congregação dos lentes da eschola normal do 2º gráu o festival abolicionista, promovido pelo Club Carnavalesco Zé Pereira, sob a immediata e intelligente direcção do sympathico e generoso snr.tenente Nicolau Tolentino de Lemos. Ás 8 horas da noite, [...] o snr.Tenente Tolentino presidente do Club, em breves palavras abrio a sessão, declarando qual o seu fim [...] terminando o snr.presidente por entregar a uma escravizada a carta de liberdade^[..]

Para além da “generosidade” dos senhores e senhoras, das ações do movimento abolicionista, a atuação dos escravizados e das escravizadas que resistiram desde o início a instituição escravista, são o grande destaque também nos últimos meses de vida da escravidão no Brasil, com isso, tornam-se ainda mais comuns notícias sobre revoltas.

⁶³ Jornal A Luz do Seculo - Orgão Literário ,8 de abril de 1888, p.2

Em face do exposto, ao analisar a ebuição que foi a década de 1880, sobretudo, nas regiões cafeeiras do Império brasileiro, Maria Helena Pereira Toledo Machado, nos brinda com uma das análises mais completas desse período, ao comentar sobre a reação dos escravizados nos últimos anos da escravidão no Brasil. A autora afirma que,

Os escravos, por seu turno, ansiosos e desinquietados pela postergação da solução emancipacionista, manifestavam seus descontentamentos através de constantes movimentos de rebeldia, que se esparravam pelas fazendas e cidades cafeeiras, sugerindo aos proprietários e às autoridades os riscos de uma eminente perda de controle sobre a mão de obra.⁶⁴

Movimento parecido com o que foi descrito acima aconteceu na Província de Sergipe, é o que podemos verificar a partir das próximas citações.

Providencias- São aterradoras as notícias que nos chegam do interior da província acerca de levantamento de escravos nas fazendas, e das ameaças e ataques aos viajantes. Por toda parte se estende o panico e a não haver serias medidas repressivas por parte do governo para a extinção dos quilombos que se tem formado em quasi todos os municipios, os proprietarios, como já tem acontecido a diversos, se verão forçados a emigrarem para as cidades e villas, melhores garantias encontrarão. Já não são propriamente escravos que abandonam por este ou aquele motivo as fazendas em que habitam; são verdadeiros salteadores, dispostos a tudo emprehenderem, desde o saque até o assassinato. [...] É tremenda a situação da província.⁶⁵

Revolta de Escravos: Segundo consta, n' esta província [ilegível] o levantamento de escravos. Segundo dizem-nos abandonam somente as propriedades dos seus possuidores, sem commetimento de crime algum. Estão, conforme as notícias, se reunindo no sítio Jacaré, onde levantam casas e dedicam-se ao trabalho da lavoura. Os crimes que se tem ultimamente dado nas estradas são atribuidos aos antigos fascinoras e não aos infelizes escravizados que só pagnam pela liberdade, pelo dia da regeneração".⁶⁶

Essas duas transcrições nos dão uma ideia do clima de insegurança que rondava o interior da Província às vésperas da abolição e também do papel da imprensa nesse período através da disputa de ideias, concepções que são comuns, sobretudo, antes de eventos de grande relevância como era o caso da abolição da escravatura, nesse sentido, para os editores

⁶⁴ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O Plano e o Pânico:** Os Movimentos Sociais na Década da Abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, p.229.

⁶⁵ Jornal A Reforma, 29 de Janeiro de 1888, p.2.

⁶⁶ Jornal O Larangeirense, 12 de Fevereiro de 1888, p.1.

do jornal *A Reforma* os moradores dos quilombos ameaçavam a ordem estabelecida. Já o Jornal *O Laranjeirense* confirma o abandono das fazendas por parte dos escravizados, contudo, esclarece que esses não são os responsáveis pelos crimes que estão sendo cometidos no interior.

Algo que também foi destaque nos jornais que circulavam as vésperas da abolição foi a migração dos escravizados das fazendas de diversas partes da Província para a capital Aracaju em busca do chefe de polícia, o motivo é que, para eles, a lei que abolia a escravidão já havia sido aprovada.

Estão infestadas as ruas da cidade com dezenas de escravos, saídos das fazendas com o falso pressuposto de já estarem por lei livres. O snr. dr. chefe de polícia tem procedido com certa prudência, aconselhando-os a que voltem à suas fazendas. A continuar a imigração de escravo para esta capital, onde não há serviço suficiente para eles, parece-nos que em bem da segurança pública os agentes do poder devem tomar providências bem energicas, afim de evitar que esses homens e mulheres, sem poderem ganhar o pão quotidiano, se entreguem ao saque e perturbem a segurança individual.⁶⁷

Hegira dos escravos: A residência do honrado dr. chefe de Polícia tem sido nestes últimos dias invadida por uma onda de escravizados, que estão persuadidos invencivelmente de que por lei geral já foi decretada a abolição da escravidão no Império. [...] Este facto, se prova de um modo peremptório que a escravidão está irremissivelmente abolida no seio da nossa pátria, demonstra também de maneira a excluir toda dúvida que, uma vez extinto o estado servil, as indústrias agrícolas serão por muitos anos, assoberbadas por uma crise temerosa. No afan nobilísmo de dar o golpe mortal no ominoso instituto, os nossos estadistas e patriotas esqueceram-se do mister utilíssimo e inadiável de inaugurar o trabalho livre, mediante a coerção legal.⁶⁸

Essa última notícia intitulada “A Hegira dos Escravos”, nos dá uma ideia do que foi a tão falada “onda negra, medo branco”, que Célia Maria Marinho de Azevedo, analisa em sua obra: *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites Século XIX*(2004)⁶⁹, as ações dos escravizados deixaram em pânico as elites provinciais que previam não só uma crise econômica como social também.

Continuaremos tratando sobre esse pânico das elites nas próximas citações.

De acordo com Santos(2008),

⁶⁷ Jornal A Reforma, 15 de abril de 1888, p.4.

⁶⁸ Jornal A Reforma, 15 de abril de 1888, p.1-2.

⁶⁹ A primeira edição dessa obra foi publicada em 1987.

Em Sergipe as discussões acerca do processo de substituição do trabalho e porque não dizer sobre o futuro do “ex-escravo” tem inicio com a criação do Imperial Instituto Sergipano de Agricultura em 20 de janeiro de 1860 pelo Imperador D. Pedro II. É também em 1860 que os debates sobre o emprego de imigrantes na lavoura sergipana se intensificam onde é aprovado um projeto de colonização que pretendia criar cinco colônias (duas nacionais e três estrangeiras).⁷⁰

Com o passar do tempo as discussões sobre a organização do trabalho tornam-se cada vez mais frequentes, sobretudo, com a proximidade da abolição, com isso, os proprietários de terras utilizam diversas estratégias, que vão desde a libertação “espontânea” de seus escravizados, como as que foram referenciadas anteriormente, até a apresentação de queixas na imprensa, tentando sensibilizar autoridades e seus contemporâneos, acerca dos “males da extinção da escravidão”. Duas dessas queixas serão apresentadas nas citações a seguir.

Quando este golpe que não virá longe fôr dado, os que morrerem impenitentes verão suas fazendas abandonadas de momento e o seu trabalho completamente desorganizado; e, o que peor será, uma multidão de escravos, entregues de vez a si próprios, no goso de plena liberdade, infestarão esta província em bandos organizados de salteadores. Ninguem espere que o acto legislativo que ha de cortar definitivamente a questão servil previna por meio de medidas efficases todos estes males ,inevitaveis se não procurarmos desde já por nós mesmos prevenil-os.[..] Se nesta penosa e difficult transição do trabalho escravo para o trabalho livre conservarmos-nos parados,confiados no accaso ,ou entregues ao será o que Deus quiser;se não acompanharmos tambem o movimento evolucionista que por toda parte se manifesta da conversão do trabalhador escravo no trabalhador livre ;se não cuidarmos tambem e quanto antes de organisar o nosso trabalho por um outro systhema ,o acto legislativo que cortar o ultimo fio a que ainda se prende a instituição maldita será também o golpe de morte ferido em a nossa já tão definhada lavoura⁷¹[..]

Como podemos perceber o autor descrevia a abolição da escravatura como um golpe, previa que as fazendas seriam abandonadas, que o trabalho na lavoura ficaria desorganizado após a extinção da escravatura e sugere como solução para os problemas que foram elencados a manutenção dos ex- cativos agora como trabalhadores livres.

⁷⁰ SANTOS, Josimari Viturino. “Qual Abolição Queremos?” Debates na Imprensa Sergipana sobre a Abolição da Escravatura (Década de 1880).In: I Congresso Sergipano de História,2008,Aracaju. **Anais Eletrônicos do I Congresso Sergipano de História**, Aracaju,2008, p.143.Disponível em:
http://www.anchietaba.com.br/area_conhecimento/professor/disciplinas/historia/joelnolasco/Teorias%20sobre%20a%20escravid%C3%A3o%20-%20texto%20VIII%20_Anais_eletronicos_ANPUH_e_IHGSE.pdf (Acesso em 30/06/2018)

⁷¹ Jornal A Reforma, 11 de Março de 1888, p.3.

Porém, enquanto alguns defendiam a continuidade dos ex- escravizados nas fazendas, havia quem acreditasse que seria penoso para os ex- cativos continuarem em um local onde durante muitos anos vivenciaram o regime cruel do cativeiro.

A eloquencia do facto consummado vem agora provar-nos sem replica possivel, que procedemos sem a devida cautella, não preparando simultaneamente a suppressão da escravidao e o systema do serviço livre.O escravo, por força do habito, confunde n' um só conceito as ideás diversissimas de servidão e de trabalho. Uma vez emancipado, elle guardará odio ao seu antigo estado, e a consequencia desde odio será o despreso do trabalho. Para os novos cidadãos a liberdade só é coisa real e positiva representada na ociosidade. Entendem elles que, se continuarem a trabalhar, a sua libertação será uma coisa normal e fictícia. Para entrarem no gozo do novo estado, é-lhes mister a fruição da ociosidade. Pelo menos a lua de mel da liberdade será assignalada pela vadiação^[..]

Outra questão apontada é que após anos de trabalhos forçados, os ex- escravizados confundiriam a liberdade com ociosidade, isto é, optariam por não trabalhar, com isso, para além da desorganização do trabalho, esses provocariam a desordem social. Sem o trabalho como os ex-cativos se manteriam? As previsões não eram nada otimistas. Para muitos membros da elite que utilizavam as páginas dos jornais para difundir as suas lamentações, a Província seria tomada por “um bando de vadios sem controle”, cabia ao governo provincial tomar atitudes para que isso não acontecesse.

2.2- Imprensa Aracajuana do Final do Século XIX

De acordo com a historiadora Maria Thétis Nunes desde 1834 ano da fundação do primeiro jornal sergipano intitulado de Recopilador Sergipano, “até o final do Império, circularam 134 jornais: setenta e nove em Aracaju. [...] esses jornais, geralmente, eram órgãos políticos, porta-vozes dos partidos que disputavam o poder da Província”⁷².

Ao analisar os primeiros anos da República em Sergipe, o historiador Ibarê Dantas afirma que “a vida cultural (de Aracaju) era acanhada. Mas circulavam vários jornais (pelo menos seis)”^[..]⁷³. Dentre esses destacam-se os jornais *A Reforma, O Monitor, Gazeta de Sergipe, O Republicano e A Noticia*, que serão objetos de nossa análise a partir de agora.

⁷² NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial II (1840/1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju, SE: Banco do Estado de Sergipe, 2006, p.285-286.

⁷³ DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p.18.

O jornal *A Reforma* era um órgão do Partido Liberal e fora fundado em 1887 por José de Faro Rollemburg um dos líderes locais desse partido e circulou na capital sergipana até 1889, nesse período seu diretor foi Apulchro Motta (político, deputado estadual e secretário de governo) e o redator Gumercindo Bessa (jurista, deputado provincial), dentre os seus colaboradores estavam A. Ferreira Vianna, João Gomes Barreto, Henriqueta C. Ferreira.

O lema desse periódico era “A razão por apoio, a liberdade por intuito”, possuía quatro páginas, dentre as suas seções destacam -se: Officio; Última hora; Seção Assembleia Provincial; Quadro de honras; Noticiário e Secção Livre. Era publicado uma ou mais vezes por semana.

O Monitor, fundado em 1889, era o órgão do comércio, da lavoura e da indústria, publicado uma ou mais vezes por semana, possuía quatro páginas, seu diretor era L. C. Silva Lisbôa, esse periódico dizia-se apartidário, dentre as suas seções destacam-se: Noticiário; Secção Humoristica; Secção Livre; Declaração e Annuncios.

A folha *Gazeta de Sergipe*, fundada em 1890, por Apulchro Motta. “Fez oposição ao governo de Felisbelo Freire ⁷⁴(1889-1890) [...] Ficaram celebres as seções intituladas “revistinha” e “o nosso e o alheio”, esta, em verso, assinada por K.Nudo”⁷⁵. Além dessas seções destacam-se: Noticiário; Folhetim; Secção Livre; Declaração; Editaes e Annuncios. Possuía quatro páginas.

O Republicano era propriedade do farmacêutico Josino Menezes⁷⁶, diretor J. A. Menezes, tinha como colaboradores, Moreira Guimaraes, Julia Lopes de Almeida, Nicolau Pungitori, Severiano Cardoso, Alvaro Ribeiro Maciel, dentre outros. Foi editado em Aracaju de 1890 a 1893, possuía quatro páginas, dentre as suas seções destacam-se: Regulamento; Actos Officiaes; Variedade; Secção Livre; Editaes e Annuncios.

Já *A Noticia* fora fundado em 1896, seus diretores eram Agapito Dantas e Zacheu Dantas, entre os seus colaboradores destacam-se, Manoel Viotti, Aristeo d' Andrade, Carvalho Lima, Vicente de Carvalho, Vianna de Carvalho. A partir de 1897 passou a apresentar o seguinte subtítulo, *Diario da Tarde Orgão de Propaganda Republicana*. Possuía quatro páginas e entre as suas seções estavam: Annuncios; Ephemerides Nacionaes; Salão Azul, Bilhetes Postaes, Diversões, Gabinete de Riso, Secção Alheia e Avisos.

⁷⁴Primeiro Governador de Sergipe (Presidente do Estado).

⁷⁵ ARAÚJO, Acrílio Torres. **Imprensa Sergipana**. Brasília: gráfica do Senado, 1993, p.105.

⁷⁶Presidente do Estado no triênio de 1902 a 1905.

2.3 -Significados da Abolição na Imprensa Aracajuana do Final do Século XIX

Como referenciado na introdução deste trabalho no levantamento das fontes realizado nos sites da Hemeroteca Digital Brasileira (memoria.bn.br/hdb/uf.aspx) e da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe (www.jornaisdesergipe.com.br), o enfoque recaiu na semana em que se comemorava a Abolição da Escravatura e uma semana antes e uma semana depois, ao 13 de Maio, nesse sentido foram encontrados vinte exemplares.

Desses não identificamos dados referentes ao nosso objeto de estudo em dois exemplares da *Gazeta de Sergipe* (9 e 13 de maio de 1891). Outrossim, em nossa pesquisa não foram localizados periódicos dos seguintes anos (1892, 1893, 1894, 1895 e 1898).

Em face do exposto, a partir de agora apresentaremos os significados da abolição difundidos nos jornais *A Reforma*, *O Monitor*, *Gazeta de Sergipe*, *O Republicano* e *A Notícia*, que circulavam em Aracaju durante o recorte temporal da nossa pesquisa.

Jornal A Reforma (1888 -1889)

No afã de receber a notícia da assinatura da lei que extinguia a escravidão no Brasil, os editores e colaboradores desse jornal descreviam a Abolição como a “grande e generosa aspiração nacional, [...] grande e generosa reforma que abre para a pátria um caminho indefinido de prosperidades”

E nessa mesma edição relata como o projeto da lei foi recebido na Câmara.

Antes de hontem recebemos um despacho telegraphico comunicando-nos haver passado em 3^a discussão na camara dos deputados o projecto do governo extinguindo imediatamente a escravidão no Imperio. ; A celeridade com que o projeto foi discutido na camara baixa, onde suppunha-se encontraria da parte dos srs. Cotelipe e Paulino tenaz e vigorosa oposição ,podendo-se dizer que ahi foi antes aclamado do que discutido e votado ,leva-nos a crer que até o dia 15 deste mez,o mais tardar,a grande e generosa aspiração nacional estará convertida em lei do estado.⁷⁷

E como seria recebido no Senado.

⁷⁷ Jornal A Reforma, 13 de Maio de 1888, p.1.

É sabido que no senado obstaculo de natureza alguma será opposto à passagem do projecto; liberaes e conservadores, estão todos impacientes por terminar esta incandescente questão que tem trazido o paiz agitado e em sobressalto e são conhecidos os sentimentos abolicionistas da Serenissima Princeza Imperial⁷⁸.

Já no que diz respeito à participação dos escravizados no processo de extinção do cativeiro, essa folha afirma que, “os escravos não queriam mais servir”⁷⁹, fato que fora ratificado no início deste capítulo quando analisamos notícias que versavam sobre a saída dos cativos das fazendas do interior para a capital.

Além da participação dos escravizados na luta pela abolição, *A Reforma*, destaca a atuação de personalidades como José do Patrocínio.

Os louros desta grande e generosa reforma que abre para a patria um caminho indefinido de prosperidades cabem incontestavelmente na ultima phase da questao servil a estes notaveis e generosos paladinos Dantas, José Bonifácio, Nabuco, Ruy Barbosa e mais talvez do que a estes a um cidadão que só com a força da sua intelligencia e da sua palavra minou os reductos do escravismo, a José do Patrocínio!⁸⁰

Na edição de 20 de maio de 1888, *A Reforma*, apresentou a proposta de lei da extinção da escravatura que havia sido levada a Câmara em 8 de maio de 1888 pelo Ministro da Agricultura, Rodrigo Augusto da Silva, e como essa proposta foi recebida nesse recinto, além disso, descreve uma lista com os nomes dos deputados que votaram a favor do projeto.

Nessa mesma edição, tem-se a notícia de como a aprovação da Lei Áurea fora recebida em Sergipe.

O exm. Presidente da provincia mandou fechar no dia 17 do corrente as repartições publicas em regosijo da noticia, que só n'esses dia recebera, de haver sido sancionada a lei que libertou os escravos no Brazil. Hoje à noite os sócios do club carnavalesco Ze Pereira, farão uma passeata pelas ruas da cidade em regosijo pela victoria dos abolicionistas Precedera o grupo a banda de musica do corpo de policia”.⁸¹

⁷⁸ Jornal A Reforma, 13 de Maio de 1888, p.1.

⁷⁹ Jornal A Reforma, 13 de Maio de 1888, p.1.

⁸⁰ Jornal A Reforma, 13 de Maio de 1888, p.1.

⁸¹ Jornal A Reforma, 20 de Maio de 1888 p.1.

Quase um ano após a assinatura da Lei Áurea na edição de 12 de Maio de 1889, o jornal descreve a abolição como o,

Dia que assignala uma epocha gloriosa para a patria brazileira”. [...] não ha na historia uma data que deva ser mais festejada do que a de 13 de Maio de 1888. Essa epocha synthetisa a liberdade de uma raça , que por longos e afflictivos annos viveu curvada ao peso dos mais duros trabalhos ,sem direitos,sem justiça ,sem família ,sem patria sem nada emfim, sentindo nas costas [ilegível] desmoralisador do senhor deshumano .[...]⁸²

Assinala também, como seria as comemorações do aniversário da Lei Áurea na capital sergipana,

Amanha, anniversario da lei aurea que extinguiu a escravidão no Brazil, o Club carnavalesco Mercuriano, percorra as ruas desta cidade [ilegível], uma marche aux flambeaux⁸³ em regosijo de tão faustoso dia que assignala uma epocha gloriosa para a patria brazileira”.

Por fim, na edição de 19 de Maio de 1888, *A Reforma*, apresenta descrição detalhada sobre a referida comemoração.

Ao despontar da aurora, os echos adormidos foram accordadas aos sons maviosos da banda de musica do corpo de policia, que fasiam verdadeiro contraste com o estourar das girandolas o salvas, cobrindo com uma densa camada de fumo a egreja matriz em cuja porta se fasia aquella recepção ao astro rei, que vinha innundar de luz toda a creaçao. Á uma hora da tarde, reunidos os libertos no paço da camara municipal, para commemorar a gloriosa data de sua redempçao, fallou em nome d'elles o sr.professor Moura Mattos, delegado de policia, elevando se muitos vivas à Serenissima Princeza Imperial. Á tarde, por iniciativa do exm. sr.dr.vice presidente da provincia houve na igreja matriz Te Deum⁸⁴ solemne em acção de graças pela promulgação da aurea lei, orando o reverendo Job de Magalhães, que pronunciou um discurso eloquente. A' noute, o <<Club Mercuriano >> realisou a anunciada << marche aux flambeaux>> á luz de deslumbrantes fogos de Bengalla que produziram effeito magico e surprehendente. O << Club percorreu muitas das ruas da cidade, recebendo muitas ovações [...].⁸⁵

⁸² Jornal A Reforma, 12 de Maio de 1889, p.2.

⁸³ Marcha noturna em que os participantes carregam balões e /ou lanternas.

⁸⁴ Hino de Ação de Graças.

⁸⁵ Jornal A Reforma, 12 de Maio de 1889, p.3.

O destaque dessa comemoração é sem dúvida a presença dos libertos, pois “rememorar, [...] significava um grito pungente de alerta e sensibilização da sociedade [...]”⁸⁶, longe de ser um ato de pessoas que estavam alheias as suas condições após a abolição da escravatura.

Jornal O Monitor (16 de Maio de 1889)

Para os editores e colaboradores desse jornal, a abolição é apontada como a “redempção dos escravos” (p.1), o “facto mais grandioso de nossa historia” (p.3), [...] e “para a lavoura é um enorme pesadelo.” (p.2)⁸⁷.

Ainda sobre as consequências da abolição para a lavoura, o jornal ressalta que,

Entre as imagens ridentes que de- ram a' festa de 13 de maio um aspecto tão encantador, pareceu nos ver, tristemente abatida, pallida e desgrenhada, sedenta e angustiada, a imagem da lavoura nacional. [...]Ao hymno de gloria que se entoa em louvor da liberdade, deve tambem juntar se o brado de angustia da pobre naufraga. O anniversario da lei aurea é também o dia do anniversario em que começou a agonia de misera abandonada. A poderosa arteria de nosso organismo economico, vao sentindo dia a dia diminuir se lhe as pulsações, indicio vehemente da fraquesa ou antes da [ilegível] que se aprofunda em seu seio. [...]Mas a extincção immediata e incondicional decretada pela lei de 13 de Maio, que tantos aplausos arrancou a' consciência publica, devia seguir-se tambem immediatamente, o emprego de medidas que poszessem a lavoura a abrigo de todas as necessidades. Nada se faz a respeito.⁸⁸

De acordo com o historiador sergipano Ibarê Dantas após a assinatura da Lei Áurea,

A primeira safra de açúcar (de Sergipe) [...]rendeu 29% da média anual exportada no período 1871/1888.Num Estado que dependia sobretudo das exportações da produção rural, o impacto foi enorme. O patronato em grande parte endividou-se ou faliu, os comerciantes entraram em dificuldades[...].⁸⁹

Faz-se necessário ressaltar que essa folha intitulava-se como um “órgão do comércio, da lavoura e da indústria”, logo essa preocupação com os rumos da lavoura após a abolição da escravatura não causa estranhamento.

⁸⁶ DOMINGUES, Petrônio. “A redempção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 62, 2011, p.36.

⁸⁷ Jornal O Monitor ,16 de Maio de 1889 p.1-3.

⁸⁸ Jornal O Monitor, 16 de Maio de 1889 p.1-2.

⁸⁹ DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,2004, p.17.

As comemorações do 13 de Maio também foram notícias, nesse sentido, destacam-se:

Te Deum - O dr. vice presidente da província mandou celebrar no dia 13 do corrente um Te Deum na igreja matriz desta cidade, para solemnizar religiosamente o aniversário da lei que estenguiu a escravidão no Brasil. A festa teve lugar as 4 horas da tarde e esteve bastante concorrida. Orou Reverendo padre Job Moreira de Magalhães.⁹⁰

As festas organizadas por libertos: “Os libertos desta cidade, vivamente entusiasmados pelo 1º aniversário da lei que os remia commemoram o acto com uma festa solemne na casa da respectiva camara”.⁹¹

E as passeatas como a realizada pelo Club Mercuriano,

Um grande grupo de cavalheiros vestidos de branco, precedia o cortejo patriota, illuminando a cena com deslumbrante fogos de bengala. Após seguia um carro artisticamente preparado, no qual se via um indígena representando a America Livre, acompanhando o estandarte do Club. Ao lado uma creança, ricamente vestida, symbolizando a Liberdade, quebrava os grilhões do cativeiro. O cortejo percorreu diversas ruas, sempre acompanhado por uma multidão enorme, que a cada passo irrompia em vivas calorosos ao dia 13 de Maio e ao Club Mercuriano. As frentes das casas estavam illuminadas e algumas delas enfeitadas com flores e flamulas, apresentando ao espectador um lindo panorama. Foram de diversas janellas recitadas eloquente poesias e discursos saudando o aniversário da redempção. No meio do delirante entusiasmo que reinava entre todos, os libertos do sexo masculino desatrelavam os [ilegível] que conduziam o carro, passando a levalo a' mão. As libertas, querendo por sua vez compartilhar a gloria de conduzirem o carro da liberdade, tomaram os [ilegível] e o levaram em triumpho. A musica do corpo de policia que seguia na frente, enchia os ares de alegres harmonias. [...] E assim passou se o dia 13 de Maio na capital sergipana.⁹²

Lendo essa notícia podemos constatar que as passeatas do Club Carnavalesco Mercuriano eram eventos aguardados pela população aracajuana, tudo era feito de forma caprichada, desde a presença dos carros alegóricos que além de abrilhantar a festa tinham um papel de rememorar o passado escravista e celebrar a liberdade até a decoração das casas das ruas por onde o cortejo passava, demonstram a grandiosidade da festa.

⁹⁰ Jornal O Monitor, 16 de Maio de 1889 p.2.

⁹¹ Jornal O Monitor, 16 de Maio de 1889 p.2.

⁹² Jornal O Monitor, 16 de Maio de 1889 p.3.

Gazeta de Sergipe (1890-1891)

Para os editores do jornal *Gazeta de Sergipe*, “a lei de 13 de maio de 1888 foi [...] a precursora do movimento revolucionário de 15 de novembro” [...].⁹³ Sobre as personalidades que participaram do processo de abolição, o jornal afirma que,

Manda a justiça inscrever [ilegível] em primeiro logar o nome daquelle que não [ilegível] arriscar, em favor da [ilegível], o throno sobre que [ilegível][ilegível] do povo o epitheto de Isabel a Redemptora. Segue -se o nome do grande estadista João Alfredo Corrêa de Oliveira, chefe do gabinete que levou a effeito [ilegível] lei. [Ilegível] em diante se torna [ilegível] citar nomes, sob pena de commeter alguma injustiça.⁹⁴

Nos chama a atenção o fato que, em pleno regime republicano a ex- regente imperial é homenageada, sendo considerada uma “mártir” do processo de abolição da escravatura já que de acordo com essa folha, arriscou o trono em favor da redenção dos escravos.

Nessa edição também tem-se a notícia de uma solenidade em comemoração ao 13 de Maio que fora organizada por libertos.

Os libertos Placido Penna e Manoel Vieira da Costa, para commemorarem o grandioso dia 13 de maio que relembra – a redempção dos captivos mandão celebrar na igreja matriz d' esta cidade uma missa pelo eterno repouso da alma da ex- imperatriz do Brazil D. Thereza Cristina Maria, e pedem a todos os que souberam apreciar as virtudes da excelsa senhora o caridoso obsequio de assistirem àquele acto de religião, que é também uma lembrança da Liberdade⁹⁵.

Além dessa missa, clubes carnavalescos da capital também organizaram celebrações nesse maio de 1890.

Os clubs Cordovinico, Mercuriano e Zé Pereira realizaram ante-hontem uma bonita marcha aux flambeaux, percorrendo reunidos as principaes ruas da cidade. Das janellas do palacio do governo e em outros pontos do projecto fizeram-se ouvir diversos oradores.⁹⁶

⁹³ Jornal *Gazeta de Sergipe*, 13 de maio de 1890, p.1.

⁹⁴ Jornal *Gazeta de Sergipe*, 13 de maio de 1890, p.1.

⁹⁵ Jornal *Gazeta de Sergipe*, 13 de maio de 1890, p.4.

⁹⁶ Jornal *Gazeta de Sergipe*, 15 de maio de 1890, p.2.

No ano seguinte mais uma vez, os libertos Placido Penna e Manoel Vieira da Costa comemoram o Treze de Maio com a celebração de uma missa em homenagem a ex-imperatriz Thereza Cristina.

Tributo de respeito e veneração à memoria de D. Thereza Christina ex-imperatriz do Brazil- Placido Penna e Manoel V. da Costa, convidam a todas as pessoas rezidentes nesta capital, especialmente aos libertos deste municipio, para assistirem à missa que mandam rezar, na Egreja Matriz, ás 7 horas da manhã do dia 13, anniversario de redempção dos captivos, pelo repouso eterno d'alma de D. Thereza Christina, ex- imperatriz do Brazil. A uns e outros seu profundo reconhecimento. Aracajú, 9 de Maio de 1891.⁹⁷

Já na edição de 15 de Maio de 1891 tem-se notícias de como se deu a passagem do 13 de Maio em outros estados brasileiros, como a Bahia e o Rio de Janeiro. “O dia 13 de maio passou frio por entre a indifferença do povo. (Notícia da Bahia,14 de maio de 1891.) As festas do 13 de maio foram muito frias.(Notícia do Rio de Janeiro,14 de maio de 1891)⁹⁸”

O Republicano (1890-1891)

Para *O Republicano* a abolição é uma “brilhante página da nossa historia [...], primeira mola da grandeza brasileira, [...]primeiro grilhão de nossas liberdades publicas⁹⁹. Além disso, o 13 de Maio, representava,

Um immenso passado de vergonhas para os brasileiros, mas cujas recordações por mais longinquas que estejão, jamais se perderão nos crepusculos da memoria: curarão-se as feridas vilipendiosas e sangrentas de uma raça; mas cicatrizes ficarão, porque não podia deixar de ficar.” [...] sublime aspiração nacional.[...] data altamente altruística. [...] “acontecimento de grande alcance sociológico.¹⁰⁰

Sobre as consequências do 13 de Maio, essa folha afirma que, [...] a emancipação do elemento servil apressou o advento da democracia¹⁰¹.

Outrossim,

⁹⁷ Jornal Gazeta de Sergipe, 12 de maio de 1891, p.3.

⁹⁸ Jornal Gazeta de Sergipe, 15 de maio de 1891, p.2.

⁹⁹ Jornal O Republicano, 13 de Maio de 1890, p. 2- 3.

¹⁰⁰ Jornal O Republicano, 13 de Maio de 1891, p.2.

¹⁰¹ Jornal O Republicano, 13 de Maio de 1890, p.3.

Ha tres annos, no dia de hoje, cessárão as desigualdades de condição no Brazil. Do peito de um milhão de homens, tristes como as folhas séccas, porque eram despojados do direito de sua actividade e do amôr de uma patria, irrompeu, n' uma impressão eterna que o tempo não pôde destruir, este grito de victoria embriagador: Somos livres! Não padecião mais nem no coração, nem na cabeça. Estavão salvos de todas as dôres. [...]. A igualdade social tinha-lhes aberto o livre acesso a todos os empregos, a todos os gráus e a todas as dignidades. Deixarão de ser couosas, começarão a ser homens[...] Despachamos os escravos; porque tinhamos de fazer a revolução. E os reis não comprehenderão. Não comprehenderão esses irmãos do sacerdote Limoelan, esses inventores da machina infernal que destróe os povos desde os começos do mundo. Na sua compaixão, que não passava de uma astucia para sustentação do throno, forão ludibrio de tudo e de todos. E a liberdade dos escravos esmagou o throno. [...] Foi neste dia, no anno de 1888, que deixou de existir a instituição negreira nesse paiz, ficando todos os brasileiros eguaes perante a sociedade e a lei.¹⁰²

Em resumo, para os redatores dessa folha a abolição da escravatura provocou o advento do regime republicano e trouxe igualdade social para o Brasil.

As comemorações do 13 de Maio em Aracaju também eram noticiadas nesse periódico.

Os clubs carnavalescos Mercuriano, Cordovinico e Zé Pereira commemorarão o brilhante dia 13 de maio com uma festiva passeata aux flambeaux, em que tomou parte um esplendido e grande concurso de cidadãos. A vistosa marcha era precedida de uma harmoniosa e patriotica banda de musica. De uma das varandas do palacio do digno governador, o cidadão Felinto Elycio do Nascimento prenunciou um eloquente discurso allusivo, sendo calorosamente aplaudido.¹⁰³

Bem como, as comemorações realizadas entre outros estados brasileiros e em outros países.

Bahia,¹⁴ Passou completamente indiferente aqui o dia 13 de maio [...] Londres,¹⁴ A colonia brasileira, aqui residente, festejou hontem com um banquete, a emancipação geral dos escravos no Brazil. Assistiram a festa o dr. Joaquim Nabuco e os conselheiros Silveira Martins e Dantas.¹⁰⁴

¹⁰² Jornal O Republicano, 13 de Maio de 1891, p.2.

¹⁰³ Jornal O Republicano, 15 de Maio de 1890, p.3.

¹⁰⁴ Jornal O Republicano, 15 de Maio de 1891, p.3.

A Notícia (1896-1897)

Para *A Notícia*, a Abolição é um [...] “facto grandioso da história pátria” (p.2) [...] “facto estrondoso” [...] “gloriosa data”¹⁰⁵.

Além disso, foi o,

Fim do imperio do chicote, que retalhava o dorso do escravo nos immensos canaviaes do norte, e nos extensos cafesaes do sul [...] é uma epocha que resume em si a transformação dos principios anachronicos que o passado nos legou em derivações de luz, tão queridas pelos ideaes modernos. [...].¹⁰⁶

Essa folha defende que o papel do movimento abolicionista foi primordial para a assinatura da Lei Áurea.

A luta para a extincção total desse cancro roedor de nossos créditos, foi titanica, descommunal, excedendo ás raias humanas. De um lado os proprietarios da carne de seus irmãos, não poupavam esforços nem sacrificios de todas as especies para prolongarem o mercantilismo indecente da carne humana, posta em um balcão infame, e do outro o partido abolicionista compacto cheio de vigor e de coragem, dando combate sem tregua aos especuladores impiedosos.¹⁰⁷

A gloria da lucta que sem tregoa se travou em todos os angulos da nação cabe directamente ao pujante partido abolicionista ,que, sempre firme na estacada ,não trepidou um só momento no cumprimento de seu dever, desfechando golpe sobre golpe na negreada instituição, até que a causa santa, pela qual tão heroicamente se bateu, surgiu triumphante na arena social. Foi supremo o esforço desse grande partido; foram sublimes todos os actos de abnegação e de coragem que praticou em prol da raça votada pelo egoísmo [...] Mas, se os trabalhos da immortal campanha abolicionista ,atravez do tempo ,no meio das difficuldades innumeraveis que se amontoavam em seu caminho foram penosos e gigantescos ,a victoria alcançada tocou a meta do delirio ,sendo saudada com hymnos e por uma multidão de flores.¹⁰⁸

As comemorações em prol da libertação dos escravos também eram noticiadas nesse periódico.

¹⁰⁵ Jornal A Noticia ,12 de Maio de 1896, p.2.

¹⁰⁶ Jornal A Noticia, 13 de Maio de 1897, p.1;3.

¹⁰⁷ Jornal A Notícia ,12 de Maio de 1896, p.2.

¹⁰⁸ Jornal A Notícia, 13 de Maio de 1897 p.1.

As repartições publicas estaduaes e federaes commemorando a data de 13 de maio conservaram-se fechadas e içaram no topo de seus mastros o pavilhão estrellado da Republica. As 5 horas da manhã diversas bandas de musica tocaram em frente do palacio do governo do Estado. [...] S. ex. o sr. general Savaget ,foi tambem muito saudado em commemoração a data de hoje ,porquanto o exercito brazileiro occupou papel salientissimo na campanha abolicionista. A noite haverá retrêta na praça do governador, em frente ao palacio do governo tocando todas as bandas dos batalhões aqui estacionados.¹⁰⁹

Ao longo dessa análise podemos apreender as esperanças, angústias e incertezas dos redatores de periódicos sergipanos que circularam nos meses anteriores a assinatura da Lei Áurea até o período conhecido como o imediato pós-abolição. A Abolição foi descrita de diversas maneiras, contudo, um traço semelhante nessas abordagens, é identificá-la como um dos acontecimentos mais importantes da História do Brasil.

Além disso, através das notícias divulgadas na imprensa conhecemos como a população aracajuana vivenciava os aniversários do 13 de Maio, é nesse momento também que encontramos os libertos e libertas nas páginas dos jornais, celebrando a conquista da liberdade, participando com destaque das comemorações ou sendo os organizadores dessas.

¹⁰⁹ Jornal A Notícia ,13 de Maio de 1897, p.1.

CAPÍTULO III - O ENSINO DA HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA DO PÓS-ABOLIÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Neste capítulo intenta-se responder o seguinte questionamento: Como as pesquisas sobre a História do Pós-Abolição podem contribuir para o desenvolvimento de uma Educação Antirracista, sobretudo, no ambiente escolar?

Iniciaremos as nossas reflexões analisando pesquisas que versam sobre o ensino da História do Pós-Abolição na Educação Básica e no Ensino Superior, em seguida deteremos o nosso olhar para as legislações educacionais nacionais e locais interessa-nos saber como ou se, a História Afro Brasileira do Pós -Abolição é retratada nessas legislações.

Por fim, apresentaremos sugestões de atividades didáticas com os jornais que foram utilizados em nossa pesquisa.

3.1-Contribuições das Pesquisas sobre a Pós-Abolição para uma Educação Antirracista

Em artigo publicado no ano passado os autores Luís Cerri e Rubia Janz apresentam dados de uma pesquisa realizada com 254 alunos do primeiro ano do Ensino Médio em quatro escolas das redes pública e particular localizadas na cidade de Ponta Grossa, no Paraná, dentre as questões que constavam no instrumento de coleta de dados, estava uma que versava sobre a situação do ex- escravizados após a assinatura da Lei Áurea.

A primeira afirmação do instrumento de coleta de dados analisada aqui enuncia que “Após a abolição da escravatura, os negros foram inseridos na sociedade brasileira, passando a uma condição de igualdade com os outros brasileiros”. Essa afirmação está em contradição com os estudos historiográficos e acadêmicos atuais nos vários âmbitos das ciências humanas e sociais, assim como nos dados disponíveis sobre as condições de acesso a direitos, vida e trabalho da população negra; vale dizer, não corresponde ao estágio atual do conhecimento sobre o assunto.¹¹⁰

E para a surpresa dos pesquisadores,

Apesar disso, 39.8% dos alunos que participaram dessa pesquisa concordaram ou concordaram totalmente com essa afirmativa. Embora não seja a maioria, é um número bastante representativo e indica fortemente que

¹¹⁰ CERRI, Luís Fernando; JANZ, Rubia Caroline. Articulação entre passado e presente a partir da compreensão do 13 de maio e do 20 de novembro por estudantes. *Diálogos*. Maringá, v.21, n.2,2017, p.101-102.

esta parte dos sujeitos da amostra não está pautando seu conhecimento pelos estudos acadêmicos e dados produzidos por agências idôneas, mas por outro(s) tipo(s) de fonte. Em oposição a isso, 54.3% dos alunos discordaram ou discordaram totalmente da afirmação e apenas 5.9% não souberam opinar.¹¹¹

Não obstante ser uma pesquisa pontual, realizada na região sul, considerada a mais “branca” do país, graças a significativa presença de imigrantes europeus e seus descendentes, esse dado demonstra que apesar dos avanços historiográficos, percebe-se um total desconhecimento por uma parte significativa dos estudantes entrevistados sobre a situação dos afrodescendentes após a abolição e dos diversos mecanismos de luta pela igualdade que ainda perduram até os dias de hoje.

Com isso, a reflexão que propomos nesse tópico é a seguinte: Por que mesmo com os avanços sobre a História Afro-Brasileira do Pós-Abolição ainda encontramos no ambiente escolar situações como essa? Por que ainda existe essa distância entre o conhecimento que é produzido no meio acadêmico e o que é trabalhado nas escolas?

Ao analisar as narrativas de cento e quarenta e um graduandos do último período do curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari(FAFIMAN), da Universidade Estadual de Londrina(UEL), da Universidade Estadual de Maringá(UEM) e da Universidade Estadual do Norte do Paraná(UENP) sobre a História da população negra no Pós-Abolição a pesquisadora Glaucia Murinelli, constatou que.

Para os futuros professores, [...] a abolição em 1888 não significou necessariamente uma melhoria nas condições de vida dos descendentes de escravos [...]. No trabalho ocorreu “a substituição pelo imigrante europeu” regada pelo “despreparo” e “autoexclusão” do próprio afrodescendente. Acontecimentos imersos ao “desamparo governamental e civil” e, além, do “preconceito”, embasado nas “teorias raciais” e, ainda, “política do branqueamento”.¹¹²

A autora ainda conclui que,

¹¹¹ CERRI, Luís Fernando; JANZ, Rubia Caroline. Articulação entre passado e presente a partir da compreensão do 13 de maio e do 20 de novembro por estudantes. *Diálogos*. Maringá, v.21, n.2,2017, p. 102.

¹¹² MURRINELLI, Glaucia Ruivo. **Narrativas de Futuros Professores de História sobre os Afrobrasileiros no Contexto do Pós -Abolição:** um estudo em meio a Lei federal 10.639/03.175f.Dissertação(Mestrado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina,2012, p.110-111.

Portanto, com as questões introdutórias foi possível evidenciar a contextualização da vida dos afrodescendentes na zona urbana e rural no contexto posterior ao 13 de Maio, no sentido da exclusão e, consequente, exploração e marginalização. Posteriormente, foi possível verificar nas argumentações os conhecimentos históricos apropriados como fundamentação. Neste ponto, acredita-se que a junção dos sentidos introdutórios com os conhecimentos históricos adequados nas narrativas dos futuros professores podem ser aproximados às contribuições de Florestan Fernandes.¹¹³

Mais uma vez salientamos que essa é uma pesquisa pontual, realizada em um estado da região sul do Brasil, o Paraná, contudo, o que chama a atenção na análise empreendida pela Glaucia Murinelli foi o fato de que os futuros professores de História do século XXI ainda baseiam-se em pesquisas realizadas no século passado, entre as décadas de 1950 a 1970, para retratar a História dos ex-escravizados no período Pós-Abolição.

Faz-se necessário ressaltar que não estamos desqualificando os trabalhos produzidos por essa geração de pesquisadores, esses são frutos da época em que foram produzidos e ocuparam durante um bom tempo a lacuna deixada pelos historiadores.

Outro ponto que ratifica o que está sendo discutido nesse tópico, isto é, a existência de um certo descompasso entre a produção historiográfica e a História ensinada, é o crescente número de pesquisas que investigam como a História Afro – Brasileira do Pós -Abolição tem sido retratada nos livros didáticos de História. A seguir apresentaremos quatro dessas pesquisas que foram desenvolvidas entre 2011 e 2016 e analisam livros didáticos produzidos na década de 1990 até 2013.

Nesse sentido, iniciamos essa análise com a pesquisa desenvolvida por Mirian Ribeiro em 2011, que tem por objetivo estudar as representações dos negros no período do pós-abolição que são apresentadas nos livros didáticos do ensino médio, a autora analisou as seguintes obras: *História Global e Geral* (1995,2005),*Saber e Fazer História :Pré – História ,Primeiras Civilizações e Antiguidade Clássica* (2002) de Gilberto Cotrim; *História da Civilização Ocidental :Geral e do Brasil* (1997) de Antônio Pedro ,*História do Mundo Ocidental* (2005) de Antônio Pedro, Lizâncias de Souza e Yone Carvalho ;*Nova História*

¹¹³ MURRINELLI, Glaucia Ruivo. **Narrativas de Futuros Professores de História sobre os Afrobrasileiros no Contexto do Pós -Abolição:** um estudo em meio a Lei federal 10.639/03.175f.Dissertação(Mestrado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina,2012, p 111.

Crítica da América (1993), *Nova História Crítica do Brasil: 500 anos de História Mal Contada* (1993), *Nova História Crítica* (2005) de Mário Schmidt.

A autora afirma que,

Temas centrais para a valorização dos negros continuam a ser abordados de forma estereotipada, sem uma reflexão crítica que permita ao aluno compreender que existem pontos de vista diferentes sobre uma mesma questão e que essas visões diferentes influem no cotidiano dessas pessoas, no passado e no presente¹¹⁴.

Como podemos apreender a autora analisa se ocorreram mudanças nas representações dos negros em obras produzidas entre a década de 1990 e nos anos 2000, algumas delas inclusive foram elaboradas após a promulgação da Lei 10.639/03 que incluiu no currículo da rede oficial de ensino a temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A pesquisadora concluiu “que o exposto por autores de livros didáticos a respeito do pós-abolição não apresenta uma redação que valorize o segmento negro da sociedade¹¹⁵”.

Outro pesquisador da História do Pós -Abolição no Livro Didático é Luciano Roza, em pesquisa realizada para a sua Tese de Doutorado, defendida em 2014, que tem por objetivo analisar as abordagens da História Afro- brasileira no contexto do pós-abolição como conteúdos curriculares em Livros Didáticos, que foram produzidos após a publicação da Lei no 10.639/03.

O autor analisou cinco coleções, as obras analisadas foram as seguintes: *História: Sociedade e Cidadania*(2006,2009) de Alfredo Boulos; *História. Das cavernas ao terceiro milênio: Dos primeiros seres humanos à queda do Império Romano*; *História. Das cavernas ao terceiro milênio: Da formação da Europa medieval à colonização do continente americano*; *História. Das cavernas ao terceiro milênio: Séculos XVIII e XIX: as fundações do mundo contemporâneo*; *História. Das cavernas ao terceiro milênio: Desafios do terceiro milênio*(2006); *História. Das cavernas ao terceiro milênio: Dos primeiros seres humanos à queda do Império Romano*; *História. Das cavernas ao terceiro milênio: Da formação da Europa medieval à colonização do continente americano*, *História. Das cavernas ao terceiro*

¹¹⁴RIBEIRO, Mírian Cristina de Moura Garrido. **Escravo, Africano, Negro e Afrodescendente:** a representação do negro no contexto pós-abolição e o mercado de materiais didáticos (1997-2012). 210f.Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.p.119.

¹¹⁵RIBEIRO, Mírian Cristina de Moura Garrido. **Escravo, Africano, Negro e Afrodescendente:** a representação do negro no contexto pós-abolição e o mercado de materiais didáticos (1997-2012). 210f.Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.p.130.

milênio: Séculos XVIII e XIX: as fundações do mundo contemporâneo; História. Das cavernas ao terceiro milênio: Desafios do terceiro milênio(2009) de Patrícia Braick e Miriam Mota; *História: conceitos e procedimentos* (2006, 2009) de Ricardo Dreguer e Eliete Toledo; *Projeto Araribá História* (2006, 2009) da Editora Moderna; *História em projetos. As primeiras culturas humanas, os primeiros impérios e as primeiras religiões monoteístas; História em projetos. Velhos mundos e mundos novos: encontros e desencontros - do século XV ao XVIII; História em projetos. O mundo do avesso: o embate entre novas e velhas ideias – do século XVII ao XIX; História em projetos. A encruzilhada dos mundos: consertos e desconcertos nos séculos XX e XXI* (2006, 2009) de Maria da Conceição Carneiro de Oliveira, Carla Muicci Ferraresi e Andréa Paula dos Santos da Editora Ática. O autor afirma que,

A análise empreendida, sobre a abordagem acerca de como História afro-brasileira no pós-abolição tem ocorrido nos livros didáticos de História, aponta para a superação do “lugar enclapsurado”, que associava e remetia a experiência afro-brasileira exclusivamente à condição do escravismo. É possível dizer que os limites que apontavam os poucos trabalhos que se dedicavam a investigar a relação entre o pós-abolição e a história escolar, ao analisarmos parte da produção didática em circulação posteriormente a Lei 10.639/03, nos parece que estão sendo superados.¹¹⁶

Nessa pesquisa como podemos inferir ao analisarmos a citação acima, o autor já consegue identificar mudanças no tratamento que é dado a História Afro-Brasileira do Pós-Abolição nos livros didáticos que foram produzidos após a promulgação da Lei 10.639/03, se compararmos a pesquisa anterior que a autora constatou a manutenção de certos estereótipos, por exemplo, em livros publicados em 2005 com as obras analisadas por esse pesquisador em 2006 (sem esquecermos que são obras de autores diferentes), percebemos que existe um cuidado por parte de autores e editoras para que haja uma mudança de postura frente as demandas surgidas com a referida lei.

Por fim, Luciano Roza concluiu que,

A visibilidade dispensada ao protagonismo negro no período posterior ao fim da escravidão é perceptível, em graus diversos, em todas as coleções analisadas. Contudo, é importante ponderar acerca dos lugares na “ordem dos livros” reservados ao tema em questão. Neste sentido, notamos dois movimentos. Um é a abordagem do pós-emancipação imerso em unidades e

¹¹⁶ ROZA, Luciano Magela **A História Afro Brasileira Pós Abolição em Livros Didáticos.** Belo Horizonte:UFMG,2014, 268p.Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte,2014, p.233.

capítulos que tratam de conjunturas políticas, sociais, culturais e econômicas da História nacional ou mundial de forma bastante ampla. À exceção de um capítulo presente em apenas uma coleção, não há capítulos ou unidades dedicados separadamente a História da África ou dos africanos no Brasil, em que o pós-abolição é abordado. Isso demonstra que se trata de um tema que tem sido abordado em associação a contextos históricos mais amplos. Outro aspecto a ser observado é que, a despeito da inclusão da história afro-brasileira no pós-emancipação, a organização curricular baseada em pressupostos etnocêntricos, para a chamada História Geral, e em parâmetros de uma narrativa nacional, para a História do Brasil, mesmo com inclusão de conteúdos do pós-abolição, não sofreu alterações.¹¹⁷

A próxima pesquisa a ser apresentada é a de Carolina Machado, publicada em 2016, na dissertação do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a pesquisa teve por objetivo analisar a forma como a participação política social e cultural dos negros na História do Brasil do período pós- abolição vem sendo tratada nas aulas de História.

A coleção escolhida pela autora para realizar a sua análise foi: *História - O mundo por um fio: do século XX ao século XXI*. vol.3 (terceiro ano do Ensino Médio) Autores: Jorge Ferreira; Georgina Santos; Ronaldo Vainfas; Sheila de Castro Farias Editora: Saraiva / 2^a edição de 2013.

Sobre a obra a autora afirma que,

Quando se trata da História afro-brasileira, o principal aspecto tratado ainda é a escravidão [...] O período pós-abolição não é sequer citado como conteúdo relevante tanto no Manual do Professor quanto no Guia do PNLD. Contudo, ao se observar o conteúdo do livro nota-se algumas referências bem interessantes sobre a participação dos negros em nossa História ao longo do século XX. O que sem dúvida é um diferencial em relação a grande maioria das demais coleções presentes no Guia do PNLD, nas quais a única referência é a participação do marinheiro João Cândido na Revolta da Chibata.¹¹⁸

De maneira oposta ao que observamos nas duas pesquisas anteriores, a autora analisa uma obra de uma determinada coleção, todavia, faz-se necessário ressaltar que essa é a obra mais recente (2013) das que foram analisadas até agora, e outro ponto que nos chamou

¹¹⁷ROZA, Luciano Magela **A História Afro Brasileira Pós Abolição em Livros Didáticos**. Belo Horizonte:UFMG,2014, 268p.Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte,2014, p.233.

¹¹⁸ MACHADO, Carolina Viana. **O Pós-Abolição nas aulas de História:** uma análise do papel social atribuído aos negros na História ensinada.100f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,2016, p.51.

atenção é que de acordo com a pesquisadora, essa coleção figurou entre as mais escolhidas pelos professores da rede pública do Rio de Janeiro.

Contudo, como podemos constatar na citação a seguir, a pesquisa identificou que foi dado na obra, um tratamento pontual a História Afro-Brasileira do Pós -Abolição, observou-se a dificuldade dos autores em se desvincular da História da Escravidão, no entanto, a autora reconhece que o conteúdo apresentado pode ser visto como um avanço.

Desse modo, Carolina Machado constatou que,

O conteúdo exposto [...] está longe de ser o ideal. Apresenta uma descrição bastante superficial, e fora do texto base (com exceção da Revolta da Chibata), em boxes como uma informação complementar e não como parte do conteúdo referente à História do Brasil nos diversos períodos abordados. O texto sobre o Dia da Consciência Negra se encontra em um capítulo referente à História da África. O texto base não possui qualquer conexão com a realidade brasileira, levando uma discussão importante em nossa sociedade a ser vista pelo leitor como algo aleatório e isolado dentro de um conteúdo referente à África do Sul. [...] No entanto, ao observar o panorama geral das produções didáticas no Brasil, estas pequenas referências representam um avanço.¹¹⁹

A última pesquisa a ser analisada foi também desenvolvida em 2016 no âmbito de um Mestrado Profissional em Ensino de História, o da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por Lorraine Nazário, nessa a autora buscou compreender as transformações ocorridas no currículo e, especialmente, nos livros didáticos de História a partir da incorporação da lei 10.639/03 no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 2011, através da análise comparativa de duas coleções aprovadas no PNLD de 2011 e 2014, investigou a forma como os negros são representados nesses livros.

A autora analisou as seguintes coleções: *Vontade de Saber História e Projeto Radix*, ambas aprovadas nos Guias Didáticos do PNLD de 2011 e de 2014, foram analisados os volumes do 8º ano.

A análise das obras de ambas as coleções demonstra alguns avanços na incorporação da Lei à produção didática de História. Ao ler atentamente os capítulos, percebem-se alterações, por vezes sutis, por outras mais nítidas, que apontam um caminho de transformações na narrativa para acolher as exigências de positivação e visibilidade. [...] Em linhas gerais, o estudo nos mostrou a dificuldade de incluir o negro na narrativa consagrada sobre a História do Brasil, especialmente quando o tema são as questões políticas. A

¹¹⁹ MACHADO, Carolina Viana. **O Pós-Abolição nas aulas de História:** uma análise do papel social atribuído aos negros na História ensinada.100f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,2016, p.54.

narrativa clássica, que elenca partidos, interesses, estruturas de poder, não consegue, por óbvio, encaixar o negro em suas linhas, já que a existência da escravidão como estruturante das relações, impedia a participação negra nos meios decisórios.¹²⁰

Conforme foi citado a análise da autora detém-se as obras do oitavo ano do ensino fundamental, o recorte temporal escolhido pela autora abrange o início do segundo reinado (1840) encerrando na Proclamação da República. Outro ponto que merece destaque é que se parte das obras analisadas fizeram parte do PNLD 2014 essas foram utilizadas por alunos de diversas escolas até 2016/2017.

Passadas essas primeiras considerações, o que chamou a atenção na análise da autora e será ratificado na citação a seguir, é que não foi encontrado, por exemplo, referências a participação dos afrodescendentes no movimento republicano, ou seja, esses são representados como seres apolíticos.

Nesse sentido, Lorraine Nazário identificou,

Uma dificuldade grande em alterar os esquemas narrativos tradicionais e inserir o negro para além dos nichos de conteúdo (escravidão, processo de abolição...). A posição secundária do negro nas questões políticas e econômicas persiste, o que mostra o longo caminho a ser percorrido por autores e editores de livros didáticos.¹²¹

Por ora, finalizamos esse tópico com uma constatação óbvia mas diante do que foi exposto, bastante necessária. É de suma importância para o desenvolvimento de uma educação antirracista, étnico-racial positiva, que tenha como mote o respeito as diferenças, que contribua para a elevação da autoestima de estudantes negras e negros matriculados nos diversos centros educacionais desse país, que os resultados de pesquisas que evidenciam o protagonismo negro em suas diversas vertentes estejam nesses ambientes.

Acreditamos que esse seja um dos principais desafios dos atuais pesquisadores sobre a História Afro-Brasileira da Pós-Abolição que pretendem sair dos seus nichos, que desejam ampliar a sua contribuição para além dos preceitos historiográficos.

¹²⁰ NAZÁRIO, Lorraine Janis Vieira dos Santos. **A Lei e os Livros:** transformações na produção didática de História após a Lei 10.639/03.74f.Dissertação (Mestrado em Ensino de História), Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, São Gonçalo,2016, p.62-63.

¹²¹NAZÁRIO, Lorraine Janis Vieira dos Santos. **A Lei e os Livros:** transformações na produção didática de História após a Lei 10.639/03.74f.Dissertação (Mestrado em Ensino de História), Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, São Gonçalo,2016, p.67.

3.2- A HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA DO PÓS-ABOLIÇÃO NAS LEGISLAÇÕES EDUCACIONAIS E NOS REFERENCIAIS CURRICULARES

Este tópico tem por objetivo analisar como a História Afro-Brasileira do Pós - Abolição é retratada nas legislações educacionais e nos referenciais curriculares a nível nacional e local para tanto escolhemos como objetos de análise a Lei 10.639/03 que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira "e a Lei nº2251 de 31 de março de 1995 que dispõe sobre a inclusão, no currículo escolar da rede municipal (Aracaju) de ensino de 1º e 2º graus ,conteúdos programáticos relativo ao estudo dos negros e negras na formação sócio cultural e política brasileira.

No que diz respeito, aos referenciais curriculares serão objetos de análise, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), O Referencial Curricular da Rede Estadual de Sergipe (2012) e A Base Nacional Comum Curricular (2017).

3.2.1- A História Afro-Brasileira do Pós-Abolição nas Leis 2251/95 e 10.639/03

A lei 2251 foi sancionada em 31 de março de 1995, mesmo ano em que ocorreu a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada em 20 de novembro em Brasília após essa marcha é apresentado ao governo brasileiro o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, o qual, dentre outros temas, defendia a revisão de livros didáticos nos quais os negros fossem representados de forma estereotipada.

A iniciativa do município de Aracaju é uma das primeiras do Brasil a transformar em lei a obrigatoriedade do Ensino da História Afro-Brasileira. Além de se preocupar com os temas que deveriam ser ensinados, a lei prever também a compra de materiais didáticos, no Artigo 4, “Para efeito de suprir a carência de bibliografia adequada, far-se-á levantamento da literatura a ser adquirida pelas bibliotecas escolares do município”.¹²²

Outro ponto que merece destaque, é a formação continuada dos professores que também está prevista no artigo 5º da lei.

¹²² **ARACAJU.** Lei No 2251, DE 31 DE Março de 1995. Dispõe sobre a inclusão no currículo escolar da rede municipal de ensino de 1º e 2º graus, conteúdos programáticos relativos ao estudo da raça negra na formação sócio cultural e política brasileira e dá outras providências.p.1.

A fim de qualificar o professor para a prática em sala de aula, no que diz respeito à matéria objeto da presente Lei, realizar-se-ão cursos, seminários e debates com o corpo docente das escolas municipais, com ampla participação da sociedade civil, em especial dos movimentos populares vinculados à defesa da cultura e da contribuição afro-brasileira.¹²³

No que diz respeito ao Ensino da História Afro-Brasileira do Pós-Abolição encontramos no Art.3º, a seguinte proposta.

Ao lado dos grandes eventos da história da captura e tráfico escravagista, da Condição do cativeiro, das rebeliões e quilombos e da abolição, torna-se obrigatório o ensino sobre a condição social do negro, hoje, bem como sobre a produção cultural de origem afro-brasileira, bem como dos movimentos organizados de resistência no decorrer da História Brasileira.¹²⁴

Por fim, outro ponto da lei que deve ser ressaltado é o uso da interdisciplinaridade na construção das propostas educacionais, como podemos observar no artigo 6º,

A Secretaria Municipal de Educação promoverá a interdisciplinaridade com o conjunto da área humana: Língua Portuguesa; Estudos Sociais; Geografia e Educação Religiosa e História, adequando o estudo da Raça Negra a cada caso.¹²⁵

Já a Lei 10.639 decretada em 9 de janeiro de 2003 é o resultado das reivindicações de mais de vinte anos dos movimentos negros brasileiros. A sua existência deve ser vista como um importante passo no longo processo de implantação de uma educação antirracista. Com isso, ao entendermos a lei como um marco, faz-se necessário analisar como o Ensino da História Afro-Brasileira do Pós-Abolição é apresentado nessa norma.

Dito isso, partiremos para a análise do corpo da Lei 10.639/03, de antemão faz-se necessário ressaltar que as discussões mais amplas sobre os conteúdos que deverão constar nos currículos e projetos pedagógicos das escolas do Brasil estão presentes nas diretrizes

¹²³ ARACAJU. Lei No 2251, DE 31 DE Março de 1995. Dispõe sobre a inclusão no currículo escolar da rede municipal de ensino de 1º e 2º graus, conteúdos programáticos relativos ao estudo da raça negra na formação sócio cultural e política brasileira e dá outras providências, p.1.

¹²⁴ ARACAJU. Lei No 2251, DE 31 DE Março de 1995. Dispõe sobre a inclusão no currículo escolar da rede municipal de ensino de 1º e 2º graus, conteúdos programáticos relativos ao estudo da raça negra na formação sócio cultural e política brasileira e dá outras providências, p.1.

¹²⁵ ARACAJU. Lei No 2251, DE 31 DE Março de 1995. Dispõe sobre a inclusão no currículo escolar da rede municipal de ensino de 1º e 2º graus, conteúdos programáticos relativos ao estudo da raça negra na formação sócio cultural e política brasileira e dá outras providências, p.1.

curriculares, contudo, indícios sobre a História Afro-Brasileira do Pós-Abolição, podem ser encontrados em seu artigo 26-A § 1º.

O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.¹²⁶

Para nós o que chama atenção ao analisarmos esse parágrafo da Lei 10.639/03 é a ideia de se estudar o protagonismo dos afrodescendentes através da luta dos negros, no passado e no presente e o reconhecimento desses como seres construtores da nação brasileira.

Ao compararmos as duas leis podemos afirmar que a do Município de Aracaju é mais completa, pois aborda desde os conteúdos que deverão ser ensinados até a formação continuada dos professores. No que diz respeito ao Ensino da História Afro-Brasileira do Pós-Abolição, em ambas o protagonismo dos afrodescendentes é apresentado como um dos temas que deverão ser abordados em sala de aula.

3.2.2- A História Afro-Brasileira do Pós-Abolição nos Referencias Curriculares

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004):

De acordo Martha Abreu e Hebe Mattos (2008)

As “Diretrizes” trazem para o âmbito da escola, pela primeira vez, a importante discussão das relações raciais no Brasil e o combate ao racismo, tantas vezes silenciado ou desqualificado pelas avaliações de que o Brasil é uma democracia racial.¹²⁷

As diretrizes sem dúvida têm uma grande relevância para o processo de implantação da Lei 10.639/03, pois é o documento norteador, a partir da sua chegada as discussões em

¹²⁶ BRASIL, Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes básicas da educação nacional, p.1.

¹²⁷ ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro- brasileira”: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.21, 2008, n. 41, p.9.

torno da lei passam a ser mais efetivas, consistentes, é o que podemos observar na transcrição de seu artigo 2º.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico- sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.¹²⁸

No que diz respeito ao Ensino da História Afro-Brasileira do Pós-Abolição, encontramos indícios sobre como deverão ser elaboradas as propostas educacionais no Parecer CNE/CP 003/2004 que regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro. É um meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro- brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.¹²⁹

Nessa citação é apresentado o principal objetivo do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, isto é, a valorização da História e Cultura dos Afro-Brasileiros e como ocorrerá essa valorização, através de um ensino que articule o passado e o presente, não se deve deixar de lado o passado escravista, mas entendê-lo como um processo que faz parte da história dos afrodescendentes do Brasil.

Contudo, para além desse passado, existe um presente de lutas e conquistas que poderão trazer “novos capítulos” para essa história. Com relação aos conteúdos sobre a História Afro-Brasileira do Pós-Abolição, podemos encontrá-los na citação a seguir:

¹²⁸ **BRASIL**, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana na educação básica. 2004,p.1.

¹²⁹ **BRASIL**, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana na educação básica. 2004,p.11.

O ensino de História Afro-Brasileira abrangerá, entre outros conteúdos, iniciativas e organizações negras, incluindo a história dos quilombos, a começar pelo de Palmares, e de remanescentes de quilombos, que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões (exemplos: associações negras recreativas, culturais, educativas, artísticas, de assistência, de pesquisa, irmandades religiosas, grupos do Movimento Negro). Será dado destaque a acontecimentos e realizações próprios de cada região e localidade.¹³⁰

Destacam-se nessa citação o diálogo entre passado e presente (Quilombos e Movimento Negro), outro ponto que merece destaque é a importância da história local nesse processo de consolidação do Ensino da História Afro-Brasileira no ambiente escolar, o que dará uma nova ressignificação a esse ensino, sobretudo, na construção das identidades das alunas e dos alunos negros. Tem-se a valorização de personalidades negras,

O ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira, se fará por diferentes meios ,inclusive, a realização de projetos de diferentes naturezas, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social (tais como: Zumbi, Luiza Nahim, Aleijadinho, Padre Maurício, Luiz Gama, Cruz e Souza, João Cândido, André Rebouças, Teodoro Sampaio, José Correia Leite, Solano Trindade, Antonieta de Barros, Edison Carneiro, Lélia Gonzáles, Beatriz Nascimento, Milton Santos, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, Henrique Antunes Cunha, Tereza Santos, Emmanuel Araújo, Cuti, Alzira Rufino, Inaicyra Falcão dos Santos, entre outros).¹³¹

Acreditamos que o desenvolvimento de projetos, pesquisas, atividades sobre personalidades afrodescendentes que se destacaram em diversos espaços sociais do nosso país, é de grande valia pois contribuem para a construção da identidade dos discentes.

¹³⁰ **BRASIL**, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana na educação básica. 2004, p12.

¹³¹ **BRASIL**, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana na educação básica. 2004,p.13.

Referencial Curricular da Rede Estadual de Sergipe (2012):

O referencial curricular da rede estadual de ensino de Sergipe, instituído pela portaria GS num.3364 de 13 de junho de 2012, foi organizado pela equipe de técnicos da secretaria de educação e professores colaboradores que trabalham nas escolas da rede, está estruturado da seguinte maneira: Apresentação, Introdução, Reflexões sobre Metodologia de Ensino, Reflexões sobre Avaliação, Interdisciplinaridade e Transversalidade, Apresentando o Ensino Fundamental de Nove Anos, Referência Bibliográfica, Glossário da Legislação, Referencial Básico dos Componentes Curriculares e organizado por áreas: Linguagens códigos e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ensino Religioso, Ética e Cidadania e anos (Ensino Fundamental e Ensino Médio).

De acordo com esse referencial, o objetivo da disciplina História é o “desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à compreensão das diversas identidades constituintes e formadoras da identidade nacional”.¹³²

Sobre a abordagem da História Afro-Brasileira do Pós-Abolição, apesar de ter sido elaborado, quase dez anos após a promulgação da lei 10.639/03 os poucos indícios encontrados em nossa análise estavam nos conteúdos e competências gerais.

No que diz respeito aos conteúdos foram encontradas referências a História Afro-Brasileira do Pós-Abolição na proposta curricular do nono ano do ensino fundamental, com a sugestão dos seguintes temas: Movimento negro, a cultura afro-brasileira¹³³ e TEN- Teatro experimental negro.¹³⁴

No que se refere às competências no Ensino Fundamental dentre as que podem ser relacionadas à temática, destacam-se as seguintes:

Pensar a diversidade étnica como elemento central na condição humana. Diversidade que nos torna iguais ao delinear nossas diferenças. Localizar nas experiências acumuladas pelas mais diversas culturas os fundamentos para uma ética humanista que possibilite um relacionamento solidário entre os homens e as nações¹³⁵.

¹³² **SERGIPE.** Secretaria de Educação. Referencial Curricular Rede Estadual de Ensino de Sergipe. Aracaju, 2011, p.229-230.

¹³³ **SERGIPE.** Secretaria de Educação. Referencial Curricular Rede Estadual de Ensino de Sergipe. Aracaju, 2011, p.237-238.

¹³⁴ **SERGIPE.** Secretaria de Educação. Referencial Curricular Rede Estadual de Ensino de Sergipe. Aracaju, 2011, p.239-240.

¹³⁵ **SERGIPE.** Secretaria de Educação. Referencial Curricular Rede Estadual de Ensino de Sergipe. Aracaju, 2011, p.231-238.

Já no Ensino Médio, podemos destacar as competências a seguir:

Reconhecer os elementos que constituem sua própria identidade e a do grupo, valorizar o patrimônio sócio cultural respeitando a diversidade considerando critérios éticos. Identificar, compreender e respeitar as diversidades étnicas, sexuais e religiosas de gerações e de classes como manifestações culturais próprias e por vezes conflitantes. Reconhecer os diferentes agentes sociais e os contextos envolvidos na produção do conhecimento histórico.¹³⁶

Diante do que foi exposto, nas competências gerais o desenvolvimento da temática do pós-abolição é apresentado de forma indireta, através de questões como por exemplo, o respeito à diversidade étnica, conhecimento de diversas culturas, dentre outros. Sendo assim, concluímos que a abordagem da História Afro-Brasileira do Pós Abolição no Referencial Curricular da Rede Estadual de Sergipe é superficial e ocorre nas entrelinhas.

Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental (2017):

A Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica[...]’¹³⁷ após muitas discussões e polêmicas foi homologada em dezembro de 2017 e deverá entrar em vigor em 2019.

Sobre o Ensino de História a Base estabelece que um dos seus principais objetivos,

É estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania.¹³⁷

No que diz respeito à abordagem sobre o Ensino da História Afro-Brasileira na Base Nacional Comum Curricular em pesquisa realizada no ano de 2016, Raimundo Pessoa constatou que nas primeiras versões da Base,

¹³⁶ SERGIPE. Secretaria de Educação. Referencial Curricular Rede Estadual de Ensino de Sergipe. Aracaju, 2011, p.241-250.

¹³⁷ BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular- Ensino Fundamental .2017, p.398.

A história e cultura afro-brasileira presente nas duas versões da BNCC, de qualquer perspectiva que avalie, estão muito longe de refletir a presença do homem africano nas terras brasílicas desde os primeiros tempos da época colonial. Mais lastimável é que a 2^a versão reduziu ainda mais a narrativa da contribuição negra para a formação do Brasil. Essa negação ou ausência da história e cultura negra na compreensão histórica do Brasil, fomenta e legitima a existência de brasis que não se reconciliam. Além disso, essas versões da BNCC pouco consideram as contribuições da historiografia dessa temática.¹³⁸

Já na versão atual da Base encontramos algumas menções ao Ensino da História Afro-Brasileira, como por exemplo, na defesa de que,

A inclusão dos temas obrigatórios definidos pela legislação vigente, tais como a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena, deve ultrapassar a dimensão puramente retórica e permitir que se defenda o estudo dessas populações como artífices da própria história do Brasil. A relevância da história desses grupos humanos reside na possibilidade de os estudantes compreenderem o papel das alteridades presentes na sociedade brasileira, comprometerem-se com elas e, ainda, perceberem que existem outros referenciais de produção, circulação e transmissão de conhecimentos, que podem se entrecruzar com aqueles considerados consagrados nos espaços formais de produção de saber.¹³⁹

Além disso, sobre a contribuição dos africanos e seus descendentes para a História do Brasil. Esclarece que,

Problematizando a ideia de um “Outro”, convém observar a presença de uma percepção estereotipada naturalizada de diferença, ao se tratar de indígenas e africanos. Essa problemática está associada à produção de uma história brasileira marcada pela imagem de nação constituída nos moldes da colonização europeia.¹⁴⁰

No que diz respeito a História Afro-Brasileira do Pós-Abolição, encontramos referências nos procedimentos básicos:

¹³⁸ PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. O Conteúdo de História e Cultura Afro-Brasileira Existente na Base Nacional Comum Curricular. In: Congresso Internacional de História: Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas, 2016, Jataí- GO. **Anais do Congresso Internacional de História**, Jataí, 2016, p.9.

Disponível em:

http://www.congressohistoriajatai.org/2016/resources/anais/6/1477880238_ARQUIVO_Analistextocompleto2doc.pdf (Acesso em 30/06/2018).

¹³⁹ BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular- Ensino Fundamental .2017, p.399.

¹⁴⁰ BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular- Ensino Fundamental .2017, p.399.

A valorização da história da África e das culturas afro-brasileira e indígena (Lei no 10.639/2003 e Lei no 11.645/2008) ganha realce não apenas em razão do tema da escravidão, mas, especialmente, por se levar em conta a história e os saberes produzidos por essas populações ao longo de sua duração. Ao mesmo tempo, são objetos de conhecimento os processos de inclusão/exclusão dessas populações nas recém-formadas nações do Brasil e da América ao longo dos séculos XIX e XX.¹⁴¹

Foram encontradas também referências nas unidades temáticas do nono ano:

O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX- Objetos de Conhecimento: A questão da inserção dos negros no período republicano do pós-abolição; Os movimentos sociais e a imprensa negra; a cultura afro-brasileira como elemento de resistência e superação das discriminações.¹⁴²

E nas seguintes habilidades dessa unidade temática:

- (EF09HI03) Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados.
- (EF09HI04) Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil.
- (EF09HI07) Identificar e explicar, em meio a lógicas de inclusão e exclusão, as pautas dos povos indígenas, no contexto republicano (até 1964), e das populações afrodescendentes.¹⁴³

Por fim, encontramos referências na unidade temática:

Modernização, Ditadura Civil e Redemocratização :O Brasil após 1946- Objetos de Conhecimento: As questões indígena e negra e a ditadura; A Constituição de 1988 e a emancipação das cidadanias (analfabetos, indígenas, negros, jovens etc.).¹⁴⁴

As habilidades dessa unidade temática que versam sobre a temática do Pós-Abolição são as seguintes:

- (EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura.
- (EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da

¹⁴¹ BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular- Ensino Fundamental .2017, p.414-415.

¹⁴² BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular- Ensino Fundamental .2017, p.426.

¹⁴³ BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular- Ensino Fundamental .2017, p.427.

¹⁴⁴ BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular- Ensino Fundamental .2017, p.428.

sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo.

(EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, campesinos, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.¹⁴⁵

Diante do que foi exposto, podemos concluir que a despeito dos conteúdos sobre a História do Pós-Abolição estarem restritos ao nono ano do ensino fundamental, a Base Nacional Comum Curricular está adequada aos princípios defendidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Pois como nos sugere a citação a seguir,

Não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades que proporciona diariamente também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia. É preciso ter clareza que o Art.26a, acrescido à Lei 9.394/1996, provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas.¹⁴⁶

Os ajustes sempre serão necessários quando tem-se uma proposta cuja pretensão é abranger um país continental como o Brasil, esses deverão ser feitos por cada Estado, Município e Escola desse país, para adequá-la a realidade local. No entanto, ao elaborarmos as nossas propostas curriculares, projetos pedagógicos e atividades, não podemos esquecer dos preceitos expostos acima.

¹⁴⁵ BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular- Ensino Fundamental .2017, p.429.

¹⁴⁶ BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana na educação básica. 2004,p.17.

3.3-Sugestões de Propostas Didáticas para o Ensino Da História Afro-Brasileira do Pós-Abolição

A promulgação da Lei 10.639/03 que incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro- Brasileira, significou um marco na implantação de uma educação antirracista.

Contudo, apesar dos avanços, principalmente, no que diz respeito, a elaboração e difusão de recursos didáticos, seja como um dos pré-requisitos para a participação no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), ou em publicações do Ministério da Educação, das Redes Municipais e Estaduais de Ensino¹⁴⁷, o ensino da História Afro-Brasileira, sobretudo, a do Pós-Abolição ainda carece de uma melhor abordagem, é o que foi constatado por exemplo, pelas pesquisas apresentadas no início deste capítulo.

Diante do que foi exposto, este tópico tem por objetivo apresentar propostas didáticas que utilizam fontes históricas, isto é, jornais que circularam em Sergipe no final do século XIX, essas são destinadas a professores da educação básica, dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, para que possam adequar a sua realidade e tem o intuito de inserir conteúdos sobre a História Afro-Brasileira do Pós-Abolição no ambiente escolar.

O uso de documentos escritos em sala de aula, além de despertar uma postura crítica e instigar a participação ativa do aluno no processo de aprendizagem, permite-os perceber que, como leitores críticos, não existem documentos que sejam verdadeiros por definição.¹⁴⁸

Além disso, as possibilidades de utilizar jornais como fonte históricas são múltiplas: a análise dos conteúdos das notícias [...] da forma pela qual são apresentadas as notícias, as propagandas, os anúncios, as fotografias, etc. [...].¹⁴⁹

Outrossim, com o uso de fontes é possível trabalhar conceitos que são fundamentais para o ensino de história, tais como: mudanças e permanências, historicidade, memória, fato histórico, dentre outros e a inserção das fontes históricas em sala de aula contribui para

¹⁴⁷ Em Sergipe temos, por exemplo, a publicação :As Relações Étnico- raciais :História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica de Sergipe –Lei nº10.639/03, elaborada pelo Núcleo de Educação da Diversidade e Cidadania- NEDIC da Secretaria de Estado da Educação em 2010.

¹⁴⁸ FARIAS JÚNIOR, José Petrônio. Estratégias de Leitura para Fontes Históricas Escritas na Educação Básica. *Caminhe*. Franca, v.4, n.1,2012, p.11.

¹⁴⁹ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008, p.335.

abordagem de temas pouco explorados nos materiais didáticos disponíveis para estudantes e professores.

Nesse sentido, partindo do pressuposto que “a questão de pesquisa, o uso de fontes (ou evidências) e a produção de resultados que permitam comunicar sobre o passado são três processos chave pelos quais podemos dizer que se dá o aprendizado em história”.¹⁵⁰ Organizaremos o nosso produto didático através de três perguntas norteadoras, quais sejam: **a)** Como a notícia da assinatura da Lei Áurea foi recebida em Aracaju? **b)** Para os redatores dos jornais que circulavam em Aracaju na primeira década após a assinatura da Lei Áurea quais foram as consequências da abolição? **c)** Como os (as) libertos (as) que viviam em Aracaju comemoravam os aniversários da assinatura da Lei Áurea?

Cada uma dessas perguntas norteadoras contará com quatro sugestões de atividades, que terão como fontes principais os jornais que foram utilizados em nossa pesquisa, e já que “uma das demandas dos professores de História nos cursos de formação continuada é a constituição de coletânea de documentos sobre determinados temas”¹⁵¹, também estamos propondo atividades que suscitam o diálogo com outras fontes como a *Lei Áurea*, o *Samba Enredo Meu Deus, Meu Deus, Está Extinta a Escravidão?*, da Escola de Samba Paraíso do Tuiuti - 2018, e fontes iconográficas como a pintura *Abolição da Escravatura* de Victor Meirelles , produzida em 1888, a *fotografia de Antônio Luiz Ferreira da Missa Campal realizada em 17 de Maio de 1888* para celebrar a abolição da escravatura e a charge *Viva a Abolição!* publicada em 2014.

Por fim, faz-se necessário ressaltar que serão disponibilizados nos anexos deste trabalho exemplares dos jornais que foram utilizados nas propostas didáticas.

3.3.1-Proposta 1: Como a notícia da assinatura da Lei Áurea foi recebida em Aracaju?

Fonte 1: Última Hora- Por telegramma hontem a noite recebido da côrte soubemos ter sido sannctionada a lei abolicionista hontem mesmo.¹⁵²

¹⁵⁰ ALBERTI, Verena. Proposta de material didático para a história das relações étnico-raciais. **Revista História Hoje**, v. 1, no 1. Rio de Janeiro, 2012, p.64.

¹⁵¹ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008, p.343.

¹⁵² Jornal A Reforma de 13 de Maio de 1888, p.3.

Fonte 2: O exm. Presidente da provincia mandou fechar no dia 17 do corrente as repartições publicas em regosijo da noticia, que só n'esses dia recebera, de haver sido sancionada a lei que libertou os escravos no Brazil. [...] Hoje à noite os sócios dos club carnavalesco Ze Pereira, farão uma passeiata pelas ruas da cidade em regosijo pela victoria dos abolicionistas. Precedera o grupo a banda de musica do corpo de polícia¹⁵³.

Atividade 1

a) Enquanto a fonte 1 sugere que os aracajuanos ficaram sabendo sobre a aprovação da Lei Áurea já no dia 12 de maio, a Fonte 2 afirma que por conta do “atraso” na recepção da notícia os aracajuanos só comemoraram a aprovação da Lei Áurea no dia 17 de maio. Em sua opinião, por que existe essa discordância entre as duas fontes?

b) Quais outros documentos podem ajudá-lo (a) a confirmar ou contradizer o que foi descrito nos textos analisados?

Divididos em grupo debata sobre essas questões com os seus colegas e em seguida apresente as considerações do grupo para toda a classe.

Atividade 2

a) De acordo com a Fonte 2 a aprovação da Lei Áurea é uma “vitória dos abolicionistas”. Você concorda com essa afirmação? Explique.

b) Professor(a) solicite aos discentes que pesquisem informações sobre abolicionistas sergipanos como Maria dos Prazeres Siqueira Alves, Etelvina Amália de Siqueira, Francisco José Alves e Miguel dos Anjos Monção.¹⁵⁴

¹⁵³ Jornal A Reforma de 20 de Maio de 1888, p.1.

¹⁵⁴ Sugerimos as seguintes leituras: SANTOS, Maria Nely. A Sociedade Libertadora “Cabana do Pai Thomaz” Francisco José Alves Uma História de Vida e Outras Histórias. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1997.

Texto :A Campanha Abolicionista em Terras Sergipanas de Josimari Viturino Santos. Disponível em: https://simposioregionalvozesalternativas.files.wordpress.com/2012/11/texto_completo_josimari_viturino_santos.pdf (acesso em 17/06/2018)

Texto: Liberdade escrava e expectativas senhoriais nos últimos anos da escravidão em Sergipe de Edvaldo Alves de Souza Neto. Disponível em:

http://www.encontro2016.se.anpuh.org/resources/anais/53/1486562242_ARQUIVO_EdvaldoAlves-trabalhocompleto.pdf (Acesso em 17/06/2018)

Atividade 3

- Se você fosse dar a notícia sobre a aprovação da Lei Áurea como faria? Reescreva, o texto da Fonte 1.

Atividade 4

- Represente, através de um desenho, as cenas relatadas na Fonte 2.

3.3.2. Proposta 2: Para os redatores dos jornais que circulavam em Aracaju na primeira década após a assinatura da Lei Áurea quais foram as consequências da abolição?

Fonte 3: [...] Entre as imagens ridentes que de- ram a' festa de 13 de maio um aspecto tão encantador, pareceu nos ver, tristemente abatida, pallida e desgrehada, sedenta e angustiada, a imagem da lavoura nacional. [...] Ao hymno de gloria que se entoa em louvor da liberdade, deve tambem juntar se o brado de angustia da pobre naufraga. O anniversario da lei aurea é também o dia do anniversario em que começou a agonia de misera abandonada. A poderosa arteria de nosso organismo economico, vao sentindo dia a dia diminuir se lhe as pulsações, indicio vehemente da fraquesa ou antes da [ilegível] que se aprofunda em seu seio. [...] Mas a extincção immediata e incondicional decretada pela lei de 13 de Maio, que tantos aplausos arrancou a' consciência publica, devia seguir-se tambem immediatamente, o emprego de medidas que poszessem a lavoura a abrigo de todas as necessidades. Nada se faz a respeito¹⁵⁵.

Fonte 4: Ha tres annos, no dia de hoje, cessárão as desigualdades de condição no Brazil. Do peito de um milhão de homens, tristes como as folhas sêccas, porque eram despojados do direito de sua actividade e do amôr de uma patria, irrompeu, n' uma impressão eterna que o tempo não pôde destruir, este grito de victoria embriagador: Somos livres! Não padecião mais nem no coração, nem na cabeça. Estavão salvos de todas as dôres. [...] Estavão abolidos todos os infames instrumentos de seviciais, extictos os troncos e as cruzes de pescoço, despedaçados os chicotes de couro crú e as correntes de ferro [...]. A igualdade social tinha-lhes aberto o livre acesso a todos os empregos, a todos os gráus e a todas as dignidades. Deixarão de ser coucas, começarão a ser homens [...] Despachamos os escravos; porque tinhamos de fazer a revolução. E os reis não comprehendêram. Não comprehendêram esses irmãos do sacerdote Limoelan, esses inventores da machina infernal que destróe os povos

¹⁵⁵ Jornal O Monitor de 16 de Maio de 1889, p.1-2.

desde os começos do mundo. Na sua compaixão, que não passava de uma astucia para sustentação do throno, forão ludibrio de tudo e de todos. E a liberdade dos escravos esmagou o throno [...] Foi neste dia, no anno de 1888, que deixou de existir a instituição negreira nesse paiz, ficando todos os brazileiros eguaes perante a sociedade e a lei.¹⁵⁶

Atividade 1

- a)** De acordo com a Fonte 3 quais foram as consequências da abolição? Explique.
- b)** Para o redator da Fonte 4 com a abolição da escravatura cessaram todas as “desigualdades de condição” no Brasil. Você concorda com essa afirmação? Explique.
- c)** Em sua opinião, o fato de terem sido escritos em anos diferentes (Fonte 3-1889 e Fonte 4 - 1891) pode ser um dos motivos para que os textos analisados apresentem opiniões divergentes sobre as consequências da abolição? Comente.

Atividade 2

Para esta atividade além das fontes (3 e 4) utilizaremos uma transcrição da Lei Áurea.

LEI N° 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888¹⁵⁷

Declara extinta a escravidão no Brasil.

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brazil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas e interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

¹⁵⁶ Jornal O Republicano de 13 de Maio de 1891, p.2.

¹⁵⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm (Acesso em 14/05/2018)

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império.

Princeza Imperial Regente.

RODRIGO AUGUSTO DA SILVA

Leia as Fontes (3 e 4) e a Lei Áurea com atenção em seguida responda as questões:

- a)** Quais aspectos da Lei 3.353 estão presentes na Fonte 3? Comente.
- b)** A Lei nº3.353 de 13 de maio de 1888 não deixa claro quais seriam as ações promovidas pelo governo para inserir os (as) ex- escravizados (as), por exemplo, no mercado de trabalho. Diante dessa constatação é possível dizer que após a abolição existia igualdade social no Brasil como sugere a Fonte 4? Explique.
- c)** Se você tivesse escrito a lei que abolia a escravidão no Brasil como seria essa lei? Explique.

Atividade 3

- **Leia a Fonte 4 com atenção e responda a questão a seguir:** O que o redator da Fonte 4 quis dizer com as seguintes frases: Despachamos os escravos; porque tínhamos de fazer a revolução. [...]E a liberdade dos escravos esmagou o trono [...]? Redija um texto de no mínimo quinze linhas e no máximo trinta linhas sobre as suas conclusões.

Atividade 4

Para esta atividade utilizaremos a Fonte 4 e o samba enredo do carnaval 2018 da Escola de Samba do Rio Janeiro, Paraíso do Tuiuti, que apresentou um dos desfiles mais comentados do carnaval deste ano, levando para a Marquês de Sapucaí o seguinte questionamento: Meu Deus, Meu Deus, Está Extinta a Escravidão?

*Samba Enredo 2018 - Meu Deus, Meu Deus, Está Extinta a Escravidão?*¹⁵⁸

G.R.E.S Paraíso do Tuiuti

Compositores: Cláudio Russo, Moacyr Luz, Jurandir, Zezé e Aníbal.

Intérprete: Grazzi Brasil

Não sou escravo de nenhum senhor

Meu Paraíso é meu bastião

Meu Tuiuti, o quilombo da favela

É sentinelas na libertação

Irmão de olho claro ou da Guiné

Qual será o seu valor? Pobre artigo de mercado

Senhor, eu não tenho a sua fé, e nem tenho a sua cor

Tenho sangue avermelhado

O mesmo que escorre da ferida

Ao me dar a escravidão e um prato de feijão com arroz

Eu fui mandiga, cambinda, haussá

Fui um Rei Egbá preso na corrente

Sofri nos braços de um capataz

Morri nos canaviais onde se plantava gente

Ê, Calunga, ê! Ê, Calunga!

Preto Velho me contou, Preto Velho me contou

Onde mora a Senhora Liberdade

Não tem ferro nem feitor

Ê, Calunga

Preto Velho me contou

Onde mora a Senhora Liberdade

Não tem ferro nem feitor

¹⁵⁸Disponível em: <https://www.letras.mus.br/gres-paraiso-do-tuiuti/samba-enredo-2018-meu-deus-meu-deus-esta-extinta-a-escravidao/> e <https://www.youtube.com/watch?v=aykxVYBHyEk> (Acesso em 17/06/2018).

Amparo do Rosário ao negro Benedito
 Um grito feito pele do tambor
 Deu no noticiário, com lágrimas escrito
 Um rito, uma luta, um homem de cor

E assim, quando a lei foi assinada
 Uma lua atordoadas assistiu fogos no céu
 Áurea feito o ouro da bandeira
 Fui rezar na cachoeira contra a bondade cruel

Meu Deus! Meu Deus!
 Se eu chorar, não leve a mal
 Pela luz do candeeiro
 Liberte o cativeiro social

Meu Deus! Meu Deus!
 Se eu chorar, não leve a mal
 Pela luz do candeeiro
 Liberte o cativeiro social
 Mostra que a vida se lamenta por nós dois
 Mas falta em seu peito um coração
 Ao me dar a escravidão e um prato de feijão com arroz

Eu fui mandiga, cambinda, haussá
 Fui um Rei Egbá preso na corrente
 Sofri nos braços de um capataz
 Morri nos canaviais onde se plantava gente

Ê, Calunga, ê! Ê, Calunga!
 Preto Velho me contou, Preto Velho me contou
 Onde mora a Senhora Liberdade
 Não tem ferro nem feitor

Ê, Calunga

Preto Velho me contou

Onde mora a Senhora Liberdade

Não tem ferro nem feitor

Amparo do Rosário ao negro Benedito

Um grito feito pele do tambor

Deu no noticiário, com lágrimas escrito

Um rito, uma luta, um homem de cor

E assim, quando a lei foi assinada

Uma lua atordoada assistiu fogos no céu

Áurea feito o ouro da bandeira

Fui rezar na cachoeira contra a bondade cruel

Meu Deus! Meu Deus!

Se eu chorar, não leve a mal

Pela luz do candeeiro

Liberte o cativeiro social

Meu Deus! Meu Deus!

Se eu chorar, não leve a mal

Pela luz do candeeiro

Liberte o cativeiro social

Leia a Fonte 4 e o Samba Enredo Meu Deus, Meu Deus, Está Extinta a Escravidão? Em seguida responda as questões:

- a)** A Fonte 4 e o Samba Enredo Meu Deus, Meu Deus, Está Extinta a Escravidão? Apresentam uma mesma interpretação sobre a abolição da escravidão no Brasil? Explique.
- b)** Professor(a) debata com os(a) alunos(as): Sobre o que poderá ser o “cativeiro social” que é cantado no Samba Enredo Meu Deus, Meu Deus, Está Extinta a Escravidão?

3.3.3-Proposta 3: Como os (as) libertos (as) que viviam em Aracaju comemoravam os aniversários da assinatura da Lei Áurea?

Fonte 5: Festa - Os libertos desta cidade, vivamente entusiasmados pelo 1º anniversario da lei que os remia commemoram o acto com uma festa solemne na casa da respectiva camara¹⁵⁹.

Fonte 6: No intuito de solemnizar o anniversario da emancipação dos escravos, resolveu o Club Carnavalesco Mercuriano fazer uma marche aux flambeaux: [...] No meio do delirant entusiasmo que reinava entre todos, os libertos do sexo masculino desatrelavam os [ilegível] que conduziam o carro, passando a levalo a' mão. As libertas, querendo por sua vez compartilhar a gloria de conduzirem o carro da liberdade, tomaram [...] e o levaram em triumpho^[..]

Fonte 7: Os libertos Placido Penna e Manoel Costa, mandam celebrar, no dia 13 do corrente, anniversario da redempção dos captivos, uma missa à memória da ex-imperatriz do Brasil, senr^a d. Thereza Cristina Maria, a quem sempre foram attribuidas todas as virtudes¹⁶⁰.

Para essas atividades serão utilizadas além das Fontes 5,6 e 7, fontes iconográficas que retratam comemorações pela abolição da escravatura. Análise as com atenção.

¹⁵⁹ Jornal O Monitor de 16 de Maio de 1889, p.2.

¹⁶⁰ Jornal O Republicano de 12 de maio de 1891, p.2

Imagen 1: Abolição da Escravatura (1888) de Victor Meirelles¹⁶¹



¹⁶¹ ABOLIÇÃO da Escravatura. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra66248/abolicao-daescravatura>>. Acesso em: 19 de Jun. 2017. Verbete da Enciclopédia.

Imagen 2: Missa Campal (celebração da Abolição da Escravatura) Fotografia de Antônio Luiz Ferreira¹⁶²



Atividade 1

- a) Essas duas imagens referem-se as festas que aconteceram no Rio de Janeiro logo após a assinatura da Lei Áurea em 1888. Aponte as mudanças e as permanências existentes entre as comemorações que aconteceram no Rio de Janeiro em 1888 e as que aconteceram em Aracaju em 1889 e 1891.

Redija um texto com as suas conclusões.

Atividade 2

Para essa atividade serão utilizadas além das Fontes 5,6 e 7 a charge *Viva A Abolição!* (2014) Análise -as com atenção.

¹⁶² <http://brasiliayanafotografica.bn.br/brasiliiana/handle/bras/1795>(acesso em 18/06/2017)

Imagen 3: Viva A Abolição! ¹⁶³

- Refaça essa charge utilizando as informações sobre as participações dos(as) libertos(as) nas comemorações pela assinatura da Lei Áurea que eram realizadas em Aracaju no final do século XIX, disponíveis nas fontes 5,6 e 7.

Atividade 3

Os libertos Placido Penna e Manoel Costa mandaram celebrar uma missa “em memória da ex- imperatriz do Brasil, senr^a d. Thereza Cristina Maria” para comemorar o aniversário da Lei Áurea em 1891.

- Em grupo discuta com os seus colegas as seguintes questões: Na opinião de vocês por que em pleno regime republicano uma integrante do antigo Império brasileiro era homenageada? Como os republicanos reagiam a essas homenagens?

Atividade 4

Após a Leitura das Fontes (5,6 e 7) responda a seguinte questão:

¹⁶³Disponível em:pstugauchoblogspot.com.br/2014/05/13-data-ser-descomemorada.html?m=1(acesso em 19/07/2017)

- Em sua opinião os (as) negros (as) brasileiros (as) devem comemorar o dia da abolição da escravatura? Explique. Redija um texto de no mínimo quinze linhas e no máximo trinta linhas com a sua opinião sobre esse assunto.

Comentário: Professor(a), para um melhor desenvolvimento das atividades aqui propostas sugerimos que você leia os textos com os seus discentes, esclareça as palavras, expressões que eles/elas desconhecem e leve para as suas aulas informações sobre as fontes iconográficas e o samba enredo que foram utilizados nas propostas. Além disso, é muito importante que a (o) professora/professor já tenha trabalhado em sala de aula aspectos relativos a escravização negra e a campanha abolicionista no Brasil. Outro ponto importante é que se possível, as atividades já fossem levadas impressas para distribuir aos estudantes, com isso, haverá um ganho de tempo para a análise das fontes e cumprimento das tarefas. Por fim, encerro esse capítulo com um modelo de ficha que poderá servir como roteiro para a análise dos jornais utilizados em nossas atividades e fazendo as devidas adequações, com outros tipos de fontes.

Modelo de Ficha de Análise – Fontes Históricas

Primeiro Momento- Descrição da Fonte:

- Qual a data de publicação?
- Qual a localidade (cidade) em que foi publicado?
- Que tipo de fonte histórica está sendo analisada?

Segundo Momento – Análise dos Textos / Notícias Selecionadas:

- Sobre quem ou o quê o texto se refere?
- Identifique palavras-chaves.
- Quais características da abolição da escravatura estão presentes no texto?
- Pesquise sobre a existência de eventos que ocorreram no mesmo período em que o texto foi publicado.

Terceiro Momento- Encerramento- Opinião do discente sobre o texto/notícia analisada:

- Em sua opinião qual foi o objetivo do (a) autor (a) ao publicar o texto/notícia?
- Qual a contribuição do texto para o estudo da História do pós -abolição?

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos com este trabalho contribuir para o debate historiográfico sobre o pós-abolição através da análise das representações do 13 de Maio difundidas em jornais que circularam na Província de Sergipe no final do século XIX.

Além disso, foi também nosso objetivo apresentar subsídios para a inserção dos conteúdos sobre a História do Pós-Abolição em Sergipe no ambiente escolar mediante a elaboração de propostas didáticas sobre esse tema.

A partir desses argumentos, no primeiro capítulo apresentamos uma análise da história e da historiografia da abolição e do pós-abolição, destacando as principais abordagens historiográficas a nível nacional e local.

O segundo capítulo é dedicado a análise dos significados da abolição da escravatura difundidos em jornais que circularam no final do século XIX na Província de Sergipe. O trabalho com jornais tanto na pesquisa como no ensino de História requer uma série de cuidados para aqueles que se aventuram a decifrá-los, contudo, acreditamos que esses são de grande valia para entendermos como se deu a construção do imaginário de uma sociedade.

A análise dos editoriais e noticiários dos jornais *A Reforma*, *O Monitor*, *Gazeta de Sergipe*, *O Republicano* e *A Notícia*, demonstrou que “os generosos” senhores de engenhos sergipanos, apesar de entenderem que a abolição era algo inadiável, estavam preocupados com as suas “terras”. Quem iria arcar com os prejuízos da lavoura sergipana? Era uma pergunta frequente nas páginas dos periódicos.

Com isso, ao lado de denominações como “data gloriosa” lia-se também que a abolição fora péssima para os interesses econômicos da Província de Sergipe, contudo, poucos se preocupavam com o futuro do ex-escravizados e quando tornavam-se “assunto” dos textos publicados nos jornais era em tom de alarde, o famoso “medo branco”.

Nesse sentido, eram comuns textos que propagavam a ideia que, se os ex-escravizados não quisessem trabalhar, Aracaju seria invadida pelos “vadios, desocupados” que sem emprego se entregariam aos “vícios e crimes”, o pânico era evidente.

As comemorações dos aniversários da abolição, acontecimentos que tinham grande participação da população aracajuana, também ganhavam destaque nas páginas dos periódicos, geralmente eram organizadas por clubes carnavalescos como o Mercuriano, que promoviam passeatas pelas ruas da cidade de Aracaju.

Ainda sobre essas comemorações outro aspecto que nos chamou atenção, foram as missas celebradas para homenagear a ex- imperatriz Tereza Cristina em pleno regime republicano, cujos os idealizadores eram os libertos Placido Penna e Manoel Costa.

Já o terceiro capítulo versou sobre o Ensino da História Brasileira do Pós-Abolição, na primeira parte analisamos pesquisas que investigaram como tem sido tratada no ensino básico e superior a História Afro-Brasileira do Pós Abolição, em seguida investigamos esse tratamento em legislações educacionais e referencias curriculares. A parte final desse capítulo é dedicada a sugestões de atividades didáticas que têm como mote a inserção de conteúdos sobre essa temática no ambiente escolar.

Desse modo, analisamos como o Ensino da História Afro-Brasileira do Pós-Abolição tem sido veiculado nos livros didáticos, constatamos que apesar dos avanços sobretudo, após a promulgação da lei 10.639/03 que incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro- Brasileira, ainda carecemos de abordagens que problematizem a abolição da escravatura como um fato histórico que contribuiu para a formação da sociedade brasileira contemporânea. Esse problema também foi constatado quando analisamos referencias curriculares como o Referencial Curricular da Rede Estadual de Ensino de Sergipe.

Diante dessa situação, decidimos sugerir propostas didáticas que utilizem os jornais, objetos da nossa pesquisa, em sala de aula, longe de ser algum tipo de imposição ou receita pronta, essas foram elaboradas no intuito de serem utilizadas por professores não só do Estado de Sergipe mas de outras regiões do país, da forma que julgarem necessário.

Por fim, sabemos dos limites do nosso trabalho mas esperamos que esse instigue outros pesquisadores a busca pelos significados da abolição, seja ampliando o recorte temporal, ou utilizando outros tipos de fontes.

Afinal, como fora dito a abolição da escravatura é um acontecimento que até hoje provoca debates acalorados, entender os seus significados ao longo do tempo poderá contribuir para os debates contemporâneos.

5 FONTES**Jornais:**

- A Luz do Século (1888)
- A Notícia (1896-1897)
- A Reforma(1888-1889)
- Gazeta de Sergipe(1890-1891)
- O Laranjeirense(1888)
- O Monitor (1889)
- O Republicano(1890-1891)

6 REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro- brasileira”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.21, 2008, n. 41, p .5-20.

ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (Org.) **Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil**. Niterói: PPG História- UFF, 2011.

ABREU, Martha. et. al. **Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico**. Niterói :Editora da UFF ,2013. (Identidades e Projetos Políticos, v.1).

_____. **Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico. Niterói**: Editora da UFF,2013. (O Mundo do Trabalho -Experiências e luta pela Liberdade, v.2)

_____. **Histórias do Pós Abolição no Mundo Atlântico**. Niterói :Editora da UFF,2013. (Cultura, Relações Raciais e Cidadania, v.3)

ALBERTI, Verena. Proposta de material didático para a história das relações étnico-raciais. **Revista História Hoje**, v. 1, no 1. Rio de Janeiro, 2012, p.61 – 88.

ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. **Novos estudos – CEBRAP**. 2014, n.100, p. 115-127.

ARACAJU. Lei No 2251, DE 31 DE Março de 1995. Dispõe sobre a inclusão no currículo escolar da rede municipal de ensino de 1º e 2º graus, conteúdos programáticos relativos ao estudo da raça negra na formação sócio cultural e política brasileira e dá outras providências.

ARAÚJO, Acrísio Torres. **Imprensa Sergipana**. Brasília: gráfica do Senado, 1993.

AROSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica**. Teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das

Elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70,1977.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL, Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes básicas da educação nacional.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana na educação básica. 2004.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular- Ensino Fundamental .2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Extincção da escravidão no Brazil (Lei n.3353 de 13 de Maio de 1888). Discussão na Câmara dos Deputados e no Senado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados,1889.

CERRI, Luís Fernando; JANZ, Rubia Caroline. Articulação entre passado e presente a partir da compreensão do 13 de maio e do 20 de novembro por estudantes. **Diálogos**. Maringá, v.21, n.2,2017, p.99-112.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 2002.

DANTAS, Beatriz Góis. Et al. **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, BANESE, 1991.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,2004.

DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: O protagonismo negro no Pós-Abolição. **Anos 90**. Porto Alegre, v.16, n.30,2009, p.215-250.

_____. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. **Topo**. Rio de Janeiro, v.12, n.23,2011, p.118-139.

_____. “A redempção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 62, 2011, p. 19-48.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Da nitidez a invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.

_____. **Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890 – 1980)**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____. **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro edições, 2014.

DUQUE- ESTRADA. Osório. **A Abolição**. Brasília: Edições do Senado Federal,2005, v.39.

FARIAS JÚNIOR, José Petrônio. Estratégias de Leitura para Fontes Históricas Escritas na Educação Básica. **Caminhe**. Franca, v.4, n.1,2012, p.1-15.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **O Negro e a violência do Branco: O negro em Sergipe**. Rio de Janeiro: José Alvaro, Editor, 1977.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003. 5^a Edição.

LIMA, Laís. Amaral Vieira. **A Participação Feminina na Imprensa Abolicionista em Aracaju (1881-1885)**: Etelvina Amália de Siqueira. 70f. Monografia (Graduação em História) -Departamento de História, Universidade federal de Sergipe, São Cristóvão, 1998.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. Os aniversários da abolição da escravatura e a imprensa ilustrada do Rio de Janeiro (1890-1902). **Revista Topo**. Rio de Janeiro, 2016, v. 17, n. 33, p. 535-560.

MACHADO, Carolina Viana. **O Pós-Abolição nas aulas de História:** uma análise do papel social atribuído aos negros na História ensinada.100f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,2016.

MACHADO, Humberto Fernandes. A Imprensa do Rio de Janeiro e o Pós Abolição. IN: XXVIII Encontro Nacional de História,2015, Florianópolis. **Anais do XXVIII Encontro Nacional de História.** Florianópolis, 2015, p.1-15.Disponível em:
http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439600925_ARQUIVO_PosAbolicaoeImprensa.pdf (Acesso em 30/06/2018)

MACHADO, Juremir da Silva. **Raízes do Conservadorismo Brasileiro** – A Abolição na Imprensa e no Imaginário Social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2017.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O Plano e o Pânico:** Os Movimentos Sociais na Década da Abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,2010.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v. 5, n. 8, 2004, p. 170-198.

MAXIMIANO, Adriano Braz; QUEIROZ, Jonas Marçal. Quando e como se fala: a historiografia brasileira da abolição da escravatura e o estruturalismo. In :XVIII ENCONTRO REGIONAL (ANPUH MG),2012, Mariana. **Anais.** Mariana: ANPUH, 2012, p.1-9, 2012.Disponível em:
http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340755654_ARQUIVO_anpuhextofinal.pdf (Acesso em 30/06/2018)

MORAES, Elisabete Rodrigues. **Abolição da Escravatura no Brasil sob o prisma da Imprensa:** Fontes para o Ensino e a Pesquisa da História (1871-1885 1888). 133f.Dissertação(Mestrado)- Mestrado Profissional em História, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande,2014.

MORAES, Evaristo de. **A Campanha Abolicionista (1879-1888).** Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro,1924.

MURRINELLI, Glaucia Ruivo. **Narrativas de Futuros Professores de História sobre os Afrobrasileiros no Contexto do Pós -Abolição:** um estudo em meio a Lei federal 10.639/03.175f.Dissertação(Mestrado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina,2012.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo.** Rio de Janeiro: Bestbolso, 2010.

NAZÁRIO, Lorraine Janis Vieira dos Santos. **A Lei e os Livros:** transformações na produção didática de História após a Lei 10.639/03.74f.Dissertação (Mestrado em Ensino de História), Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, São Gonçalo,2016.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial II (1840/1889).** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju, SE: Banco do Estado de Sergipe, 2006.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. Pensar a História Social a partir da Emergência do Pós-Abolição como Campo Histórico. In: III Encontro de pesquisas Históricas- PPGH/ PUCRS,2016, Porto Alegre. **Anais do III Encontro de Pesquisas Históricas**, Porto Alegre: PPGH/ PUCRS, 2016, p.1021-1030.Disponível em: <https://ephisrs.files.wordpress.com/2017/01/64-st13-05-oliveira-angela-pereira.pdf> (acesso em 30/06/2018)

PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. O Conteúdo de História e Cultura Afro-Brasileira Existente na Base Nacional Comum Curricular. In: Congresso Internacional de História: Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas, J2016, Jataí- GO. **Anais do Congresso Internacional de História**, Jataí,2016, p.1-15. Disponível em: http://www.congressohistoriajatai.org/2016/resources/anais/6/1477880238_ARQUIVO_Anais_textocompleto2doc.pdf (Acesso em 30/06/2018).

RAIMUNDO, Gisele Carolina; LEONATO, Jadson Luiz da Cruz; ROCHA, Cristiany Miranda. A Abolição da Escravidão no Brasil: Um Debate Historiográfico. **Revista do Curso de História da Estácio BH.** Belo Horizonte, n.10,2017, p.1-23.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. São Paulo, v.35, n.69,2015, 395p.Dossiê Pós - Abolição no Mundo Atlântico.

RIBEIRO, Mírian Cristina de Moura Garrido. **Escravo, Africano, Negro e Afrodescendente:** a representação do negro no contexto pós-abolição e o mercado de materiais didáticos (1997-2012). 210f.Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis,2011.

ROZA, Luciano Magela **A História Afro Brasileira Pós Abolição em Livros Didáticos.** Belo Horizonte:UFMG,2014, 268p.Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte,2014.

SALLES, Ricardo. A Abolição Revisitada: Entre continuidades e rupturas. **Revista História**, São Paulo, n.176,2017, p.1-11.

SANTOS, Josimari Viturino. **“Impressões de Cor”:** Debates na Imprensa Sergipana sobre a Abolição da escravatura (Década de 1880). 76f. Monografia (Graduação em História), Departamento de História, Universidade federal de Sergipe, São Cristovão,2008.

_____. “Qual Abolição Queremos?” Debates na Imprensa Sergipana sobre a Abolição da Escravatura (Década de 1880).In: I Congresso Sergipano de História,2008,Aracaju. **Anais Eletrônicos do I Congresso Sergipano de História**,Aracaju,2008,p.138-147.Disponível em:http://www.anchietaba.com.br/area_conhecimento/professor/disciplinas/historia/joelnolasco/Teorias%20sobre%20a%20escravid%C3%A3o%20-%20texto%20VIII%20Anais_eletronicos_ANPUH_e_IHGSE.pdf (Acesso em 30/06/2018)

SANTOS, Josimari Viturino. A Campanha Abolicionista em Terras Sergipanas. In: I Simpósio Regional Vozes Alternativas,2012, Aracaju. **Anais do I Simpósio Regional Vozes Alternativas**, Aracaju,2012, p.1-11.Disponível em:https://simposioregionalvozesalternativas.files.wordpress.com/2012/11/texto_completo_josimari_viturino_santos.pdf (Acesso em 30/06/2018)

SANTOS, Maria Nely. **A Sociedade Libertadora “Cabana do Pai Thomaz”:** Francisco José Alves Uma História de Vida e Outras Histórias. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1997.

SANTOS, Rogério Almeida. **Fim do Escravismo:** Uma Análise da Questão Abolicionista no Jornal “O Larangeirense” (1887-1888). 63f.Monografia(Graduação em História). Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1999.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História.** 2 ed. São Paulo: Scipione, 2009.

SERGIPE. Secretaria de Educação. Referencial Curricular Rede Estadual de Ensino de Sergipe. Aracaju, 2011.

SOBRAL, Maria Neide; BRETAS, Silvana Aparecida. (Orgs.) **Pesquisa em Educação** :Interfaces, Experiências e Orientações. Maceió: EDUFAL, 2016.

SOUZA NETO, Edvaldo Alves de. **Saindo das Senzalas, mas não da História: libertos em Sergipe no pós-abolição (1888-1900)**. São Cristóvão: Editora UFS,2017.

SITES CONSULTADOS

Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe: www.jornaisdesergipe.ufs.br

Hemeroteca Digital: memoria.bn.br/hdb/uf.aspx

APÊNDICE A

FICHA ANÁLISE DOS JORNAIS

Descrição da Fonte:

I. Identificação:

Título:

Subtítulo:

Data:

Local:

Periodicidade:

Proprietários/Redatores e colaboradores:

Tiragem e Preço:

Número de páginas:

II. Projeto Gráfico (organização e distribuição dos temas / conteúdos):

III. Análise da Fonte:

I. Significados da abolição da escravatura:

II. Contexto (percepções sobre o acontecimento/tema ao qual a fonte se refere):

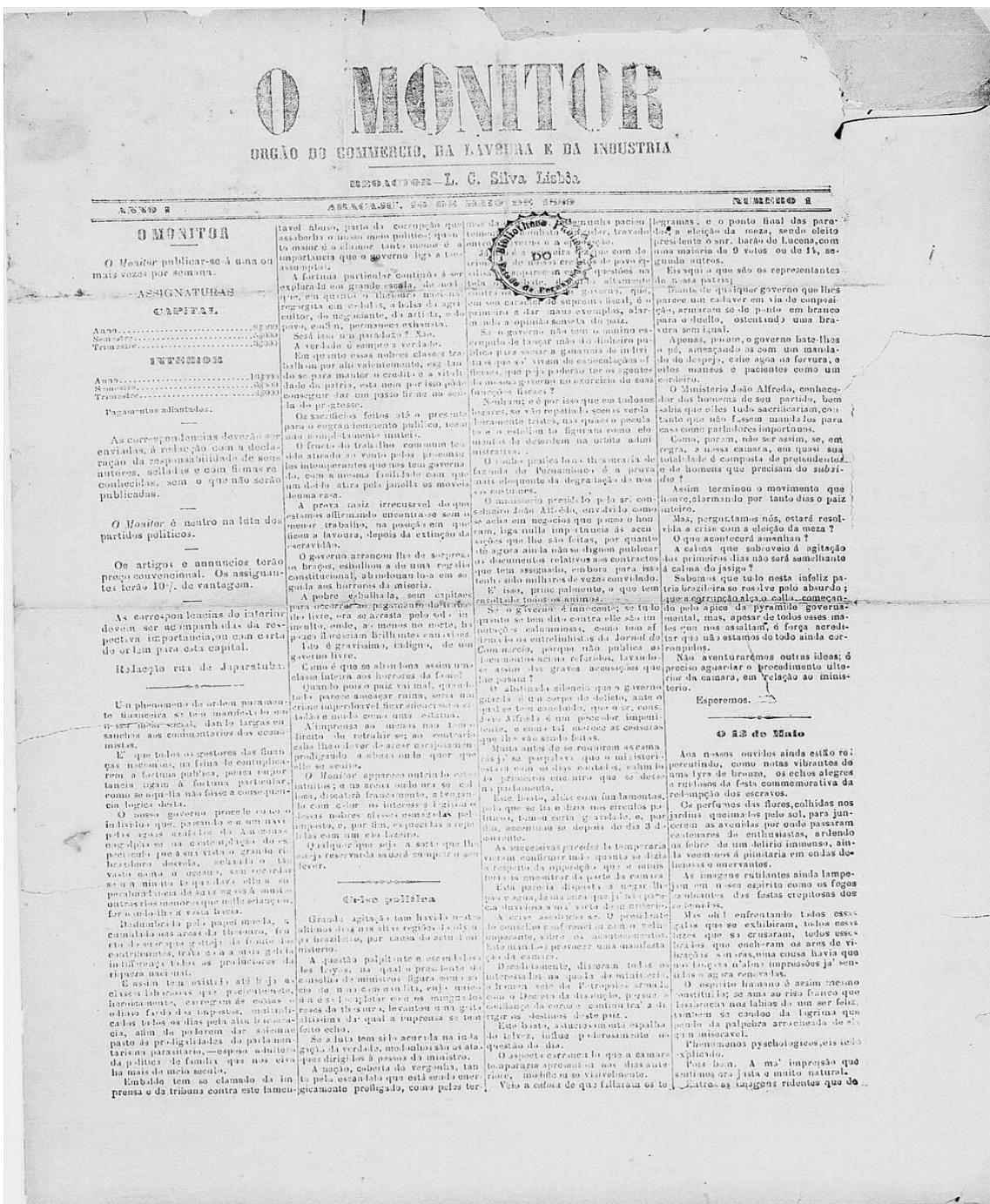
ANEXO B

JORNAL A REFORMA DE 20 DE MAIO DE 1888 (p.1)



ANEXO C

JORNAL O MONITOR DE 16 DE MAIO DE 1889 (p.1)



ANEXO D

JORNAL O MONITOR DE 16 DE MAIO DE 1889 (p.2)

Em 15 de Maio um respeitável
mentador, parecemos ver, triste-
mentes abatida, pálida e desgrada-
da, solenta e angustiada, a imagem da
avara naciona.

Assim a vida diária das comuni-
dades que nos tem de um mundo es-
trangeiro, pressa a elle como Prometheu
na Causso, é lírica que elle seja
lembrada.

A hymn do gloria que se entoa
em louvor da liberdade, dize também
juntar-se o brado de angústia da pa-
bre naufraga.

O aniversario de lei 13 é tam-
bém dia de aniversario em que co-
meçou a agonia de misera abandonada.

A polonaise artística do nosso orga-
nismo, que se vê cada dia mais
diminuir se lhe as palmas, in-
dicio vidente da fragilidade ou antes
da anomia que se aprofunda em seu
seio.

Quem era autor, santo em corpo-
rigor, porque o governo do paiz
pouca importancia liga ao progresso
real das classes laboriosas, as inú-
meras classes que a força su-
ficiente para o progresso.

A penitencia da lavra naciona é se-
melhante a do individuo que, de
pois de ser pescado laboriosamente o
pescado, é feito estômaco de luto sem
o que se pode fazer.

Em dito militares de vezas e
d'as lardeira, que a escravidão se-
nou cancro que roia o organismo da
patria, um dia de degredo e des-
crito, o brilho da sua coroa pálida.

Do acordo nesse ponto, eramos
nos ainda de opinião que o paiz não
podia por mais tempo conservar em
sua estrutura social, sem se com-
mitendo um atentado contra as suas instâncias,
contra os principios da justica e do di-
reito, contra emim, os dogmas da ci-
vilização.

Mis a morte imediata e im-
previsivelmente pela lei de 13 de
Maio, que temos aplaudido arrancou a
consciencia publica, dava' seguir-se,
tambem imediatamente, o emprego
de meios que possam a lavra a
obrigar a mudar.

Não se faz respeito. Repetimos
ainda, o governo extraiu o cancro,
deixando a corpo da agricultura em
treco e um esgotamento sanguineo
permanente.

Ha um anno que este abandono re-
voluntario preocupa todos os espirito-se-
res, tem que ate o presente se ag-
gravar an a necessaria atiçao que a
lavra a abalada carencia de chivas.

Estamos ja' no meio do doce de
que o tempo conserva as sementes
e que o tempo se extivissem a semente

Este facto, em si mesmo muito des-
mumador, porque aseguira uma perda
em real, longa encilia da sortes appre-
ciables que possam levantar, que des-
cida esses perdidos todo o fruto de sua
lavra.

Em effito, assim é. Toda o milha-
res de pessas que se quebraram
Março, taxacionou, calhou a
morte agos, se acham perdidos quasi
toda quimica pol' ar arreto destas
dias venusas, ha' seis dezenas

A fricção da mananca subiu im-
mediato, estando presentemente a
varios e 120 rs. au litro, ou 52/30
marcos a libra.

A carne verda este se vendendo a
50 rs. o kilo, e segundas dizem-se
espectivas marchetas, hovemente
valores-se de 60 a 70 rs. o kilo, por que
se quebraram as sementes, que
tambem tom acasado a crecção.

Ora é fasil, pois, de calcular a sor-
te que nos espera, tenho em fronte a
tabela da que descrevemos.

Outro dia, o de nos d'ho' q' um bons
tres meses?

A serra est' aciabada e futura, sa-
gundo todos d'izem, é quasi nulla,
que se quebraram os ecos, os ecos
tambem pol' desmanhar, deixaram se
o amulh' das terras.

Outro dia, quer dizer que ficara' extanque
de todo o oficio publico e que o fui-

cionamento, novera' de inimigo, no
coração das dificuldades que o cercam.

Com esta classe a ouvir que della
sua vantagens conhecidas, o com-
mercio, por exemplo, sera' forçado a
pratizar suas transações, e fala de
Tudo parece conspirar-se, tudo pa-
rece unir-se, homens e elementos as-
tronómicos, para apressar a ruina de
Sergipe, ja' em viva adiantada de
lhe o seu destino.

Si, ao menos, houvesse um raio de
esperança, a transluir para vila atra-
vez do nevoeiro que a envolve in-
teriormente, é de que velho que
nunca mais resiste ao contacto com almas
dos românticos da desgraça.

Mas onde esta' a esperança?

Por todo o lado surge o velho,
o entorpecedor, o estupido, a indi-
rencia administrativa, o abandono do
centro, e tudo isto annula a coragem
que, no momento actual, deveria ser
o que nos resiste a' tempestades de
todo o genero, que entorpecem os es-
piritos.

A fome, a sede, o desassos, a nu-
trir o desespero e desespero—vai o que
deve ser.

Em excesso destes factos, só se pode
de chegar a esta triste conclusão.

Por quem padera a província espe-
rar o salvador desejado, se tudo em
que se resiste é o que se resiste.

Comerem-se que faltam deles resolu-
ções, é certo, mas o mesmo
governo geral o' proprio a abando-
na, no meio da escoriação que
lhe é feita.

Ha' hora, por ventura, carecencia de
fieis conque historias?

Inditiosa Sergipe, só' onde irás tu
parar?

NOTICARIO

O que nos espera

Como se ja' não fôs bastante a som
do mal que nos tem a fôlto
que a lavra a abalada carencia de chivas,
Estamos ja' no meio do doce de
que o tempo conserva as sementes
e que o tempo se extivissem a semente

Este facto, em si mesmo muito des-
mumador, porque aseguira uma perda
em real, longa encilia da sortes appre-
ciables que possam levantar, que des-
cida esses perdidos todo o fruto de sua
lavra.

Em effito, assim é. Toda o milha-
res de pessas que se quebraram
Março, taxacionou, calhou a
morte agos, se acham perdidos quasi
toda quimica pol' ar arreto destas
dias venusas, ha' seis dezenas

A fricção da mananca subiu im-
mediato, estando presentemente a
varios e 120 rs. au litro, ou 52/30
marcos a libra.

A carne verda este se vendendo a
50 rs. o kilo, e segundas dizem-se
espectivas marchetas, hovemente
valores-se de 60 a 70 rs. o kilo, por que
se quebraram as sementes, que
tambem tom acasado a crecção.

Ora é fasil, pois, de calcular a sor-
te que nos espera, tenho em fronte a
tabela da que descrevemos.

Outro dia, o de nos d'ho' q' um bons
tres meses?

A serra est' aciabada e futura, sa-
gundo todos d'izem, é quasi nulla,
que se quebraram os ecos, os ecos
tambem pol' desmanhar, deixaram se
o amulh' das terras.

Outro dia, quer dizer que ficara' extanque
de todo o oficio publico e que o fui-

cionamento, novera' de inimigo, no
coração das dificuldades que o cercam.

Com esta classe a ouvir que della
sua vantagens conhecidas, o com-
mercio, por exemplo, sera' forçado a
pratizar suas transações, e fala de
Tudo parece conspirar-se, tudo pa-
rece unir-se, homens e elementos as-
tronómicos, para apressar a ruina de
Sergipe, ja' em viva adiantada de
lhe o seu destino.

Si, ao menos, houvesse um raio de
esperança, a transluir para vila atra-
vez do nevoeiro que a envolve in-
teriormente, é de que velho que
nunca mais resiste ao contacto com almas
dos românticos da desgraça.

Mas onde esta' a esperança?

Por todo o lado surge o velho,
o entorpecedor, o estupido, a indi-
rencia administrativa, o abandono do
centro, e tudo isto annula a coragem
que, no momento actual, deveria ser
o que nos resiste a' tempestades de
todo o genero, que entorpecem os es-
piritos.

A fome, a sede, o desassos, a nu-
trir o desespero e desespero—vai o que
deve ser.

Em excesso destes factos, só se pode
de chegar a esta triste conclusão.

Por quem padera a província espe-
rar o salvador desejado, se tudo em
que se resiste é o que se resiste.

Comerem-se que faltam deles resolu-
ções, é certo, mas o mesmo
governo geral o' proprio a abando-
na, no meio da escoriação que
lhe é feita.

Ha' hora, por ventura, carecencia de
fieis conque historias?

Inditiosa Sergipe, só' onde irás tu
parar?

Congresso Ibáral

Em uno dos salões da "Tribuna Lí-
bera", presidente, secretaria, direcção
das províncias, feve' haver a reu-
não do congresso proximamente anno
vicio, abrindo-se a sessão a 12/12
horas.

As, com: Dantas presidio a
presidencia, ocupando definitivamente
o presidente, presidio a vice presidente
e o secretario.

Par' o secretario foram escolhidos
um dos cons. Thomaz Alves e
Júlio de Lira.

Tido ao congresso um questionario
sobre as principais matérias que des-
viam ser debatidas, depois de algu-
ma discussão, o presidente, no
muito, passou a elegir uma
comissão para dar parecer sobre o
questionario, ficando assim:
José da Costa, José da Cunha, José
Barbosa, Mireira de Britto, Antônio
Machado, Lourenço de Albuquerque,
Andrade, Pinto, Carlos Affonso e dr.
Gama Rosa.

Companhia de apreendizes

O governo decretou que da nova hon-
ra, que um empreendimento de
indústria meta' província, se daria
a um dos que a comandam.

Naquela noite, o governo, que
não se explicou o odio de classe
angreira contra um ministro de estado
incômodo e fraco, que não teve for-
ça resiste, quando **depois** que ficara' extanque

Em 15 de Maio um respeitável
mentador, parecemos ver, triste-
mentes abatida, pálida e desgrada-
da, solenta e angustiada, a imagem da
avara naciona.

Assim a vida diária das comuni-
dades que nos tem de um mundo es-
trangeiro, pressa a elle como Prometheu
na Causso, é lírica que elle seja
lembrada.

A hymn do gloria que se entoa
em louvor da liberdade, dize também
juntar-se o brado de angústia da pa-
bre naufraga.

O aniversario de lei 13 é tam-
bém dia de aniversario em que co-
meçou a agonia de misera abandonada.

A polonaise artística do nosso orga-
nismo, que se vê cada dia mais
diminuir se lhe as palmas, in-
dicio vidente da fragilidade ou antes
da anomia que se aprofunda em seu
seio.

Quem era autor, santo em corpo-
rigor, porque o governo do paiz
pouca importancia liga ao progresso
real das classes laboriosas, as inú-
meras classes que a força su-
ficiente para o progresso.

A penitencia da lavra naciona é se-
melhante a do individuo que, de
pois de ser pescado laboriosamente o
pescado, é feito estômaco de luto sem
o que se pode fazer.

Em dito militares de vezas e
d'as lardeira, que a escravidão se-
nou cancro que roia o organismo da
patria, um dia de degredo e des-
crito, o brilho da sua coroa pálida.

Do acordo nesse ponto, eramos
nos ainda de opinião que o paiz não
podia por mais tempo conservar em
sua estrutura social, sem se com-
mitendo um atentado contra as suas instâncias,
contra os principios da justica e do di-
reito, contra emim, os dogmas da ci-
vilização.

Mis a morte imediata e im-
previsivelmente pela lei de 13 de
Maio, que temos aplaudido arrancou a
consciencia publica, dava' seguir-se,
tambem imediatamente, o emprego
de meios que possam a lavra a
obrigar a mudar.

Não se faz respeito. Repetimos
ainda, o governo extraiu o cancro,
deixando a corpo da agricultura em
treco e um esgotamento sanguineo
permanente.

Ha um anno que este abandono re-
voluntario preocupa todos os espirito-se-
res, tem que ate o presente se ag-
gravar an a necessaria atiçao que a
lavra a abalada carencia de chivas.

Estamos ja' no meio do doce de
que o tempo conserva as sementes
e que o tempo se extivissem a semente

Este facto, em si mesmo muito des-
mumador, porque aseguira uma perda
em real, longa encilia da sortes appre-
ciables que possam levantar, que des-
cida esses perdidos todo o fruto de sua
lavra.

Em effito, assim é. Toda o milha-
res de pessas que se quebraram
Março, taxacionou, calhou a
morte agos, se acham perdidos quasi
toda quimica pol' ar arreto destas
dias venusas, ha' seis dezenas

A fricção da mananca subiu im-
mediato, estando presentemente a
varios e 120 rs. au litro, ou 52/30
marcos a libra.

A carne verda este se vendendo a
50 rs. o kilo, e segundas dizem-se
espectivas marchetas, hovemente
valores-se de 60 a 70 rs. o kilo, por que
se quebraram as sementes, que
tambem tom acasado a crecção.

Ora é fasil, pois, de calcular a sor-
te que nos espera, tenho em fronte a
tabela da que descrevemos.

Outro dia, o de nos d'ho' q' um bons
tres meses?

A serra est' aciabada e futura, sa-
gundo todos d'izem, é quasi nulla,
que se quebraram os ecos, os ecos
tambem pol' desmanhar, deixaram se
o amulh' das terras.

Outro dia, quer dizer que ficara' extanque
de todo o oficio publico e que o fui-

cionamento, novera' de inimigo, no
coração das dificuldades que o cercam.

Com esta classe a ouvir que della
sua vantagens conhecidas, o com-
mercio, por exemplo, sera' forçado a
pratizar suas transações, e fala de
Tudo parece conspirar-se, tudo pa-
rece unir-se, homens e elementos as-
tronómicos, para apressar a ruina de
Sergipe, ja' em viva adiantada de
lhe o seu destino.

Si, ao menos, houvesse um raio de
esperança, a transluir para vila atra-
vez do nevoeiro que a envolve in-
teriormente, é de que velho que
nunca mais resiste ao contacto com almas
dos românticos da desgraça.

Mas onde esta' a esperança?

Por todo o lado surge o velho,
o entorpecedor, o estupido, a indi-
rencia administrativa, o abandono do
centro, e tudo isto annula a coragem
que, no momento actual, deveria ser
o que nos resiste a' tempestades de
todo o genero, que entorpecem os es-
piritos.

A fome, a sede, o desassos, a nu-
trir o desespero e desespero—vai o que
deve ser.

Em excesso destes factos, só se pode
de chegar a esta triste conclusão.

Por quem padera a província espe-
rar o salvador desejado, se tudo em
que se resiste é o que se resiste.

Comerem-se que faltam deles resolu-
ções, é certo, mas o mesmo
governo geral o' proprio a abando-
na, no meio da escoriação que
lhe é feita.

Ha' hora, por ventura, carecencia de
fieis conque historias?

Inditiosa Sergipe, só' onde irás tu
parar?

Capitania de Portos

Os secretarios das capitâncias dos
portos do império, segundo o governo
não decretou, passaram a ter
encargos fixos, devendo os encar-
gamento que ate' hoje recebiam fazer
parte da recompensa geral dora em dia-

Te Deum

O dr. vice presidente da província
mandou celebrar no dia 13 do corrente
um Te Deum na igreja matriz das
ciade, para solemnizar religio-
samente o aniversario da lei que esten-
deu a festa logo as 3 horas da tar-
de o estiva bastante concorrida.

Oro Reverendo padre José Moreira
de Magalhães.

Festa

Os libertos desta cidade, vivamente
entusiasmados pelo 1º aniversario da
lei que os remis, comemoraram o neto
com uma festa solene na casa da res-
pectiva camara.

Aposentadoria

Telegrama do Rio anuncia ter sido
apresentado a amanhecer da secretaria
a polícia desta província Constantino
José de Moraes.

Contrabando

Relativamente à questão do contra-
bando que ultimamente, agiu se
nosta cidade, dirigiu a vice presidente
da província o seguinte oficio ao In-
spector da Fazenda:

Tido ao congresso um questionario
sobre as principais matérias que des-
viam ser debatidas, depois de algu-
ma discussão, o presidente, no
muito, passou a elegir uma
comissão para dar parecer sobre o
questionario, ficando assim:
José da Costa, José da Cunha, José
Barbosa, Mireira de Britto, Antônio
Machado, Lourenço de Albuquerque,
Andrade, Pinto, Carlos Affonso e dr.
Gama Rosa.

Companhia de apreendizes

O governo decretou que da nova hon-
ra, que um empreendimento de
indústria meta' província, se daria
a um dos que a comandam.

Naquela noite, o governo, que
não se explicou o odio de classe
angreira contra um ministro de estado
incômodo e fraco, que não teve for-
ça resiste, quando **depois** que ficara' extanque

ANEXO E

JORNAL O REPUBLICANO DE 12 DE MAIO DE 1891(p.2)

The image shows a page from the newspaper 'O REPUBLICANO'. The page is filled with dense text in Portuguese, organized into several columns. The most prominent features are large, bold, decorative headings in the center of the page, including 'CHUVISCOS', 'AO REDOR DA Imprensa', 'Correio', 'Gazeta', and 'FACTOS DIVERSOS'. The text discusses various topics of the time, such as education, science, politics, and local news. The layout is characteristic of 19th-century printed media.

ANEXO F

JORNAL O REPUBLICANO DE 13 DE MAIO DE 1891 (p.2)

